



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Ana Sofia Pires Dos Santos

Procedimentos Substantivos em Auditoria Financeira

Relatório de Estágio na empresa
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

Orientado por:
Dr. Carlos Trigacheiro, Instituto Politécnico de Tomar

Co-orientado por:
Mestre Daniel Oliveira, Instituto Politécnico de Tomar

Relatório de Estágio
apresentado ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre
em Auditoria e Análise Financeira

RESUMO

O presente relatório visa a conclusão do mestrado em Auditoria e Análise Financeira, cujo tema é Auditoria Financeira e procura apresentar as tarefas desenvolvidas por mim, durante o estágio curricular, enquanto assistente de auditoria na empresa Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda., no Entroncamento durante 22 semanas.

O relatório é composto por quatro capítulos em que nos primeiros três capítulos faço uma abordagem teórica geral à auditoria financeira, cujo objetivo é a introdução de conceitos base necessários ao trabalho de auditoria. Por fim, no quarto capítulo apresento uma descrição dos procedimentos efetuados por mim nas diversas áreas de trabalho, no desenvolvimento da auditoria financeira.

O primeiro capítulo pretende ser uma introdução teórica da auditoria financeira, suportada por diversas bibliografias, que integra: definições, objetivos e limitações da auditoria, o papel do auditor, a sua independência e os normativos utilizados em Portugal que servem de suporte à prática de auditoria.

O segundo capítulo aborda as fases de uma auditoria, desde o planeamento, com a relação entre materialidade, risco e prova de auditoria, assim como a importância dos papéis de trabalho tanto para a auditoria como para o auditor.

O terceiro capítulo integra os procedimentos analíticos e a relevância da amostragem como base num trabalho de auditoria, assim como os diversos relatórios que culminam o trabalho de um auditor. Neste capítulo abordo sobre o caminho a percorrer quando se tornam conhecidos eventos após a emissão e divulgação das demonstrações financeiras e respetivo relatório.

No quarto capítulo é feita uma breve apresentação da entidade de acolhimento, assim como das tarefas realizadas enquanto assistente de auditoria. Além dos objetivos elencados no plano/proposta de estágio, foi-me permitido desenvolver outros trabalhos que descrevo no final deste capítulo.

Finalizarei o relatório com uma análise crítica ao trabalho realizado.

Palavras – chave: Auditoria Financeira; Utilizadores da Informação Financeira; Demonstrações Financeiras; Procedimentos Analíticos

ABSTRACT

This report aims to conclude the master's degree in Auditing and Financial Analysis, which theme is focused on Financial Audit, and seeks to describe and present the development of my activity during an internship as audit assistant at Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda, in Entroncamento, during 22 weeks.

It consists of four chapters. In the first three, a theoretical approach to the Financial Audit in general is presented, whose purpose is to introduce basic concepts required to audit work. Finally, in the fourth chapter I present a description of the procedures performed by me in different work areas towards the development of financial audit .

The first chapter is an introduction to the theoretical part of the financial audit, supported by various bibliographies, which incorporates definitions, objectives and limitations of the audit, the role of the auditor, their independence and the Standards used in Portugal that support the Audit practice.

The second chapter is dedicated to the steps of an audit since the planning, and the connection between materiality, risk and audit evidence, as well as the importance of working roles for the audit, as so to the auditor.

The third chapter integrates the analytical procedures in general, and the relevance of sampling based on audit work, as well as the various reports identified as the aim of the work of an auditor. In this chapter I also wanted to leave a note that clarifies the path to be taken as some events are acknowledged after the issuance and dissemination of financial statements and respective report.

The fourth chapter is a brief presentation of the company where the internship took place, as well as the tasks performed by me as assistant audit

.

In addition to the goals listed in the plan / proposal stage, I was able to carry out other tasks rather than financial audit, which I describe later in this chapter.

I conclude the report with a critical analysis of the work done.

.

Keywords: Financial Audit; Stakeholders; Financial Statements; Analytical Procedures.

AGRADECIMENTOS

No final desta etapa quero agradecer a colaboração de todos aqueles que me apoiaram na realização deste mestrado.

Ao Dr. Carlos Trigacheiro e Mestre Daniel Oliveira por serem uma inspiração, pela orientação e disponibilidade demonstradas nesta fase final de percurso académico.

Aos Sócios da RLGM, Lda., Mestre João Rosa Lopes, Mestre Carlos Rosa Lopes e Mestre José de Jesus Gonçalves Mendes, pelo acolhimento, orientação no decorrer do estágio, assim como aos funcionários, em especial à Dr.^a Fernanda Faria que foi incansável nos seus ensinamentos, na orientação e paciência, de quem me orgulho ter ficado amiga pessoal.

Um agradecimento muito especial, ao meu marido pelo apoio e força incondicionais que tanto contribuíram para o sucesso deste percurso.

Aos meus filhos, mais do que um agradecimento, um pedido de desculpas pelas ausências, pela atenção não dada, pelas brincadeiras não vividas.

À restante família pelo estímulo e apoio que sempre transmitiram.

A todos vós o meu muito Obrigado.

Índice

Índice de Tabelas	xv
Índice de Ilustrações	xv
Índice de Abreviaturas	xvii
Introdução.....	1
1. Justificação da Escolha de Modalidade de Estágio e Metodologia.....	3
1.1. Justificação da Escolha	3
1.2. Metodologia	3
Capítulo I – Enquadramento Teórico da Auditoria Financeira	5
1. Formas e Tipos de Auditoria.....	5
2. Evolução Histórica da Auditoria	9
3. Revisão de Literatura.....	11
4. Auditoria Financeira	19
4.1. Definição.....	19
4.2. Objetivo	19
4.3. Necessidade da Auditoria	23
4.4. Limitações	24
5. A Atividade de Auditoria e o Papel/Função do Auditor	25
5.1. Papel	25
5.2. Independência de Facto ou Aparente.....	26
5.2.1. Ameaças e Salvaguardas	28
5.2.2. Incompatibilidades e Impedimentos	28
5.2.3. Rotação dos Auditores	29
6. Auditoria em Portugal	31
6.1. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	31

6.2. Normas / Diretrizes e Recomendações Técnicas de Revisão e Interpretações Técnicas.....	32
6.3. Código de Ética da OROC	33
6.4. Controlo de Qualidade	35
Capítulo II – As Fases de uma Auditoria.....	37
1. Planeamento em Auditoria	37
1.1. Fases de uma Auditoria	37
2. Materialidade e Risco.....	43
2.1. Conceito.....	43
2.2. Avaliação do Risco de Auditoria de Demonstrações Financeiras	46
3. Prova em Auditoria	49
3.1. Tipos de Prova	50
3.2. Credibilidade da Prova	50
4. Documentação de Trabalho.....	53
4.1. Definição	53
4.2. Organização e Tipos de Documentos de Trabalho	54
5. Controlo Interno.....	55
5.1. Modelos de Controlo Interno.....	55
5.1.1. COSO (1992)	55
5.1.2. Enterprise Risk Management - ERM (2004).....	58
5.2. Limitações do Controlo Interno.....	60
Capítulo III - Trabalho de Campo	63
1. Procedimentos Analíticos.....	63
2. Amostragem	67
2.1. Introdução.....	67
2.2. Amostragem Estatística e Não Estatística, Vantagens e Desvantagens	67

3. Relatório	71
4. Eventos Subsequentes	75
Capítulo IV – Trabalho Realizado	77
1. Entidade Acolhedora do Estágio	77
1.1. Caracterização da Entidade	77
1.2. Caracterização dos Clientes	77
1.3. Valores e Cultura.....	79
1.4. Estrutura Organizacional	80
2. Tarefas Realizadas por Áreas.....	81
2.1. Introdução	81
2.2. Planeamento	81
2.3. Procedimentos	85
3. Análise Crítica das Tarefas Realizadas	109
3.1. Limitações	109
Conclusões.....	111
Bibliografia.....	113
Anexos.....	119

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Utilizadores da Informação Financeira.....	21
Tabela 2 - Indicadores de Referência para Cálculo da Materialidade	44
Tabela 3 – Avaliação do Risco	45
Tabela 4 – Relação entre os Riscos	46
Tabela 5 - Amostragem Estatística VS Amostragem Não Estatística	68
Tabela 6 – Vantagens e Desvantagens da Amostragem Estatística e Não Estatística	68

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Estrutura Hierárquica das Normas de Auditoria em Portugal.....	33
Ilustração 2 – Fases de uma Auditoria	37
Ilustração 3 - Credibilidade da Prova.....	51
Ilustração 4 - Componentes do Controlo Interno	56
Ilustração 5 – Evolução COSO 1992 para COSO 2004.....	59
Ilustração 6 - Formação da Opinião do Auditor/Revisor	73
Ilustração 7 - Sectores de Atividade onde a RLGM, Lda. Atua.....	78
Ilustração 8 - Imposto sobre o Rendimento do Período.....	99

Índice de Abreviaturas

AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
CI	Controlo Interno
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
CLC	Certificação Legal de Contas
CMVM	Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
CNSA	Comissão Nacional de Supervisão de Auditoria
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DF	Demonstrações Financeiras
DL	Decreto-lei
ERM	<i>Enterprise Risk Management</i>
EROC	Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas
ESNL	Entidades do Setor não Lucrativo
FCT	Fundo de Compensação do Trabalho
FGCT	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IAASB	<i>International Auditing and Assurance Standards Board</i>
IFAC	<i>International Federations of Accountants</i>
IIA	<i>Institute of internal Auditors</i>
IRC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISA	<i>International Statements on Auditing</i>
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ME	Materialidade de Execução
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MG	Materialidade Global
NCRF	Norma Contabilística de Relato financeiro
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PCAOB	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
POB	<i>Public Oversight Board</i>

PMR	Prazos Médios de Recebimentos
RA	Risco de Auditoria
RAI	Resultados antes de Impostos
RC	Risco de Controlo
RD	Risco de Detecção
RDM	Risco de Distorção Material
RI	Risco Inerente
ROC	Revisor Oficial de Contas
SCI	Sistema de Controlo Interno
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SOX	<i>Sarbanes-Oxley Act</i>
SROC	Sociedade Revisores Oficiais de Contas
VN	Volume de negócios

Introdução

O ambiente competitivo em que as empresas se moviam no final do século XX, alterou-se significativamente com a emergência da chamada era da informação.

A estabilidade e a previsibilidade do meio envolvente, característica da sociedade industrial, deram lugar à instabilidade permanente e à dificuldade em fazer previsões, típicas da sociedade de informação.

Esta constante mutação aliada a uma conjuntura de crise financeira dos mercados, obriga as empresas a adotar estratégias que lhe permitem fomentar a competitividade e a produtividade. Desta forma a informação financeira produzida e divulgada pelas empresas necessita de ser credibilizada junto dos *stakeholders*, a fim de obter um custo de capital mais acessível junto da banca, uma maior capacidade negocial junto de fornecedores e até transmitir uma imagem de segurança para funcionários e à restante sociedade. Funcionando assim, a auditoria financeira e o auditor como indutores de transparência, credibilidade e segurança.

Tendo a auditoria passado ao longo dos tempos por diversas crises de confiança, muitas das vezes em consequência de escândalos financeiros, as entidades de supervisão e as empresas de auditoria, têm cada vez mais um papel importante. Na medida, em que contribuem quer para a retoma da confiança nos mercados financeiros, quer para a credibilização da profissão. Dessa forma a qualidade da auditoria e o reforço da supervisão devem ser fatores chave, tal como o papel do auditor deve ser clarificado junto dos diversos utilizadores das demonstrações financeiras.

1. Justificação da Escolha de Modalidade de Estágio e Metodologia

1.1. Justificação da Escolha

A escolha por estágio deve-se ao facto de não possuir experiência prática na área, e pelo facto, de esta ser de extrema importância, pois a prática permite a consolidação de matérias teóricas. Assim, através da realização deste estágio curricular, pretendo adquirir competências e conhecimentos práticos da realidade das empresas e do trabalho de auditoria financeira, enriquecendo os meus conhecimentos e esclarecendo-me acerca do caminho profissional a seguir.

1.2. Metodologia

Métodos de investigação são técnicas de pesquisa, que segundo, Lakatos e Marconi (1995), *“são consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência; são também a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção dos seus propósitos. Correspondem à parte prática da coleta de dados”*.

A realização deste trabalho sustentou-se em duas técnicas, documentação indireta, nomeadamente em pesquisas bibliográficas, sobre os principais conceitos, procedimentos e riscos relevantes à temática de auditoria financeira. Desta forma procedi à revisão de literatura relacionada com o tema, destacando o planeamento e os procedimentos de uma auditoria. Quanto ao método utilizado foi a pesquisa documental, que compreendeu, legislação, livros e revistas da especialidade.

A outra técnica adotada foi a documentação direta, através da observação participante nos vários procedimentos utilizados no trabalho de auditoria. Desta técnica sobressai uma vantagem, a possibilidade de adquirir competências práticas.

Para Major e Vieira (2009), a observação participante,

É um método de investigação associado à necessidade de o investigador estar presente no local de investigação de forma a observar em primeira mão as atividades levadas (ou não) a cabo pelos observados.

Este método requer do investigador uma grande disponibilidade de tempo e de recursos.

Capítulo I – Enquadramento Teórico da Auditoria Financeira

1. Formas e Tipos de Auditoria

Embora este estágio aborde a auditoria financeira, também conhecida como auditoria externa, existem outros tipos de auditoria, tais como:

Auditoria Interna – o *Institute of internal Auditors*, (IIA) (2009), define auditoria interna como uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar os seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia por processos de gestão de risco, controles e governação. Segundo o mesmo organismo, a auditoria interna deverá ser realizada de acordo com as normas, independentemente do auditor ser parte interna da organização ou *outsourcing*.

Se o auditor interno for funcionário da empresa, deve exercer a sua atividade de forma independente dos serviços da organização que são objeto da sua atenção, que permitirá desenvolver a sua atividade de forma livre e objetiva. Por esta razão o auditor interno deverá depender hierarquicamente do órgão de gestão ou da comissão de auditoria, caso haja. (Costa, 2014).

Auditoria operacional, tal como refere Almeida (2014),

Envolve uma revisão sistemática de parte ou de todo o processo operacional de uma empresa, avaliando se os recursos estão a ser utilizados tendo em atenção a eficiência, eficácia e economicidade com o objetivo de avaliar a performance da empresa, identificar áreas em que possam ser efetuadas melhorias e fazer recomendações.

Para Nabais (1993) e Costa (2014), este tipo de auditoria é um aprofundamento do âmbito da auditoria interna e abrange um conjunto de técnicas de julgamento e de apreciação de operações realizadas pela empresa visando o alcance dos seguintes objetivos:

- Auditar os sistemas de informação e de organização e dos métodos da direção;
- Auditar as estratégias seguidas pela empresa; e
- Auditar a gestão.

Auditoria de gestão é segundo Almeida (2014), Nabais (1993) e Costa (2014), uma extensão do âmbito da auditoria operacional, na medida em que cobre um largo espectro de procedimentos, métodos de avaliação, políticas e enfoques, tendo o objetivo de avaliar a *performance* da empresa em relação a um conjunto de pressupostos ou de regras aceites para a guiar.

A auditoria prospetiva e estratégica, segundo Marques de Almeida, citado por Almeida (2014),

É um tipo de auditoria de gestão que aborda a empresa como um todo, com o propósito de compreender os fatores estratégicos internos e externos que a envolvem, incluindo a avaliação de alternativas estratégicas, sua implementação, avaliação e controlo. Abrange por consequência uma visão integrada dos aspetos fundamentais do processo de gestão estratégica, ligando-o ao processo de tomada de decisão.

Auditoria forense é uma área de especialização da auditoria financeira para a investigação de atos ilegais cometidos pela gestão por trabalhadores ou terceiros. A auditoria forense não trabalha com base na amostragem, mas analisa todas as transações onde há suspeitas de fraudes (Almeida, 2014).

Auditoria social para Nabais (1993), avalia os aspetos de responsabilidade social no seio da empresa. No entanto, Costa (2014), refere que o termo auditoria usado neste contexto não é consensual, sendo usadas expressões como auditoria da responsabilidade social ou balanço social.

Auditoria informática, consiste num exame simplificado e independente de acordo com os *standards* de auditoria geralmente aceites, cujo objetivo é averiguar se os critérios de informação são cumpridos, se as atividades desenvolvidas e recursos aplicados em

determinada organização estão de acordo com as disposições estabelecidas previamente ou com os standards e boas práticas relevantes. (Trigacheiro, 2014).

Para Costa (2014), a auditoria informática tem fundamentalmente como objetivo, verificar se existem controlos apropriados, certificar que os mesmos estão implementados e proceder à avaliação da performance da sua eficácia de forma a poder tirar-se conclusões sobre a performance de todo o sistema informático.

Podemos ainda classificar as auditorias, segundo Curado (2013):

- Quanto à sua extensão, que pode ser parcial (quando abrange determinados saldos de transações ou saldos de contas específicos), geral (quando engloba todas as demonstrações financeiras).
- Quanto à sua profundidade esta pode ser integral/completa (incide sobre todas as operações e registos efetuados no período em análise) ou por amostragem.
- Quanto à sua periodicidade, estas podem ser contínua ou corrente, na medida em que é realizada em todos os exercícios sociais, ou eventual, ou seja, sem carácter habitual ou periodicidade definida, apenas para satisfação de uma necessidade.

2. Evolução Histórica da Auditoria

A auditoria surge desde a época romana, ligada à contabilidade com o objetivo de dar credibilidade ao trabalho contabilístico, era vista como uma forma de controlo dos oficiais aos quais eram confiados dinheiros públicos. Nesta altura a indústria era baseada em pequenos negócios que eram geridos pelos proprietários, não havendo necessidade de auditoria (Almeida, 2014).

Foi com a evolução deste sistema familiar para a era da revolução industrial, no século XIX, que a auditoria se torna mais importante, com a abertura de novos mercados e a necessidade de obtenção de recursos de terceiros. Nesta altura o objetivo da auditoria era essencialmente a de deteção de fraudes e/ou erros, tal como refere o mesmo autor.

É neste século que surge em Inglaterra o primeiro organismo profissional de contabilistas e auditores *The Society of Accountants in Edinburgh*, que mais tarde deu origem ao atual *The Institute of Chartered Accountants of Scotland*.

Devido à colonização inglesa nos Estados Unidos da América e no Canadá e ao grande desenvolvimento industrial ocorrido nestes países, a auditoria andou à mesma velocidade, tendo alcançado um grande aperfeiçoamento técnico (Costa, 2014).

Surge em 1887 o *American Institute of Accountants*, que publica em 1917 os primeiros documentos técnicos sobre auditoria, o sucessor deste organismo o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), publicou mais tarde em 1948 as normas de auditoria geralmente aceites. Com a expansão das empresas multinacionais americanas para a América Latina, a auditoria expandiu-se também para esta região, até porque os auditores apenas poderiam exprimir opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas desde que a subsidiárias fossem auditadas. Contudo este avanço foi mais lento na Europa (excetuando a Inglaterra e Holanda), tal como refere Costa (2014).

No século XX, mais precisamente em 1929, com a queda da bolsa de Nova Iorque, tornou-se mais importante a questão da transparência e da credibilidade, o que desloca o objetivo da auditoria da deteção de fraudes e erros, para a verificação da verdade e razoabilidade da informação contida nos relatórios financeiros, de forma a serem um instrumento fiável para a tomada de decisão, sendo a deteção de fraudes e erros relegada para a administração das empresas.

A auditoria difunde-se ainda por países que sofreram influências das grandes potências europeias, tais como Japão, Austrália, Nova Zelandia, etc. (Nabais, 1993).

Outro marco importante na história da auditoria aconteceu mais recentemente no início do século XXI Com a criação nos Estados Unidos da América da lei Sarbanes – Oxley (a SOX em 2002), em consequência a uma série de falências de grandes empresas multinacionais, que levou consigo uma das grandes empresas auditoras existentes na altura. Esta empresa fornecia outros serviços fora do âmbito da auditoria o que originava perda de independência por parte dos auditores. Desta forma esta lei tinha como objetivo restaurar a confiança dos investidores e impulsionar o mercado de capitais (Almeida, 2014).

3. Revisão de Literatura

Auditoria Financeira

Segundo Stamp, e Moonitz., citados por Mendes (2012) auditoria é:

Um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de Demonstrações Financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião formada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as mesmas apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas geralmente aceites.

O objetivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é garantir credibilidade às Demonstrações Financeiras (DF) cuja responsabilidade pela preparação depende da administração.

Para Nabais (1993), citando J.M. Madariaga, auditoria financeira são *“os métodos empregues por auditores ou sociedade de auditores para averiguar a exatidão, a integridade e autenticidade das demonstrações financeiras apresentadas pela empresa”*.

Segundo Almeida (2014),

É um processo objetivo e sistemático efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos económicos, para averiguar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores das demonstrações financeiras.

O *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), vem por seu lado referir que *“auditoria significa um exame às demonstrações financeiras de qualquer emitente, por uma firma de auditores independentes com o objetivo de expressar uma opinião sobre tais demonstrações financeiras”*.

Em 2009, a *International Federations of Accountants* (IFAC), através da *International Statements on Auditing* (ISA) 200 – Objetivos gerais de um auditor na execução de uma auditoria - evidencia que o objetivo de uma auditoria é *“aumentar o grau de confiança dos*

destinatários das demonstrações financeiras”. Isto é conseguido através de uma expressão da opinião do auditor sobre se as DF são elaboradas em “*todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável*”.

Esta visão é partilhada tanto pela *Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers*, Knechel et. al. (2007) , como por Nabais (1993). Este último autor elenca ainda outros objetivos da auditoria financeira, tais como proporcionar à direção, DF credíveis e certificadas por uma autoridade independente e imparcial, proporcionar informações financeiras contabilísticas à direção e aos responsáveis das diferentes áreas, reduzir e controlar factos e situações de erro, fraudes e outras atuações anormais, servir de base para determinar o rendimento coletável, e servir de base para futuras negociações que levam à compra e venda de ações da empresa.

Para Costa (2014), o objetivo da auditoria financeira é “*a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras por parte de um profissional competente e independente*”.

Planeamento

De acordo com a DRA 300 – Planeamento – “*Planear uma auditoria, envolve estabelecer uma estratégia global para a auditoria e estabelecer um plano de auditoria*”.

Nabais (1993), refere que o planeamento de auditoria deve ser tal, de forma a identificar os potenciais problemas da empresa auditada e que se possam atingir os objetivos.

O conhecimento da empresa como um todo, das atividades e operações realizadas, do como e porquê a empresa faz é importante para que o trabalho de auditoria seja eficiente.

Para Almeida (2014),

O planeamento de auditoria permite a obtenção de prova suficiente e apropriada para suportar as suas conclusões minimizando as possibilidades de litígio, mantendo a relação custo/benefício num patamar aceitável e cumprindo as datas de conclusão do trabalho com que se comprometeu com o seu cliente.

Documentação de Trabalho

A DRA 230 – Papéis de trabalho - refere que são não só os documentos em papel, como outros meios de armazenamento de dados, nomeadamente eletrónicos, que têm como objetivo auxiliar no planeamento e na execução da auditoria, na coordenação e supervisão do trabalho efetuado. Além disso servem de prova dos trabalhos executados com vista a servir de suporte à sua opinião e a comprovar que foram cumpridos os normativos aplicáveis. São propriedade do auditor, este deve guarda-los durante o período necessário de acordo com as suas necessidades e com os requisitos da profissão.

De uma forma ou outra os vários autores vão de encontro a esta definição e objetivos, senão vejamos:

Documentos de trabalho são um conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas recolhidas ou redigidas pelo auditor preparados de forma manual, eletrónica ou por outros meios que constituem evidência do trabalho realizado e o fundamento da sua opinião (Sobrinho 1998).

Entende-se por documentação de trabalho como um conjunto de formulários e documentos que contém as informações e apontamentos redigidos ou colhidos pelo auditor no decurso do exame, as provas por ele realizadas e em muitos casos constituem o testemunho do trabalho executado e o fundamento da sua opinião. Por essa razão embora a empresa concorra para a sua obtenção eles são propriedade exclusiva e confidencial do auditor (Mautz, 1985).

Nabais (1993), na mesma linha de raciocínio reforça o papel de trabalho como prova, apontamentos e descrições dos serviços executados e que mais tarde servirão de base para a fundamentação da opinião do auditor.

Materialidade

Segundo o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) a informação é material, se a sua omissão ou distorção influenciar as decisões económicas dos utilizadores da informação financeira. Esta depende da dimensão do item ou erro, julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção.

A DRA 320 – Materialidade - define materialidade como sendo um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer

de forma agregada, no contexto das DF tomadas como um todo. A mesma diretriz esclarece que não existe definição matemática de materialidade, porque envolve tanto aspetos qualitativos, como quantitativos. Desta forma, é uma questão de ajuizamento do auditor.

Prova

Para Almeida (2014), é toda a documentação recolhida pelo auditor que serve de suporte à formulação de uma opinião sobre as DF.

Segundo Mautz (1985), prova é a forma do auditor obter informações suficientes a fim de dar uma opinião independente.

A DRA 510 – Prova de auditoria - define prova de auditoria como todas as informações utilizadas pelo auditor que lhe possibilitam chegar às conclusões sobre as quais baseia a sua opinião. Segundo a mesma diretriz, o auditor deve obter prova quer em quantidade, quer em qualidade, mas que na sua obtenção deverá ponderar a relação custo/benefício.

Controlo Interno

A ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento do negócio da entidade e do seu meio ambiente - define como controlo interno (CI):

O processo concebido e tornado eficaz pelos encarregados pela governação, gerência, e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos da entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência operacional e conformidade com as leis aplicáveis e regulamentos.

A DRA 410 – Controlo interno - define controlo interno como:

O Conjunto de todas as políticas e procedimentos adotados pela gestão de uma entidade que contribuam para a obtenção dos objetivos da gestão, assegurando a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraudes e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das

leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.

Knechet et. al (2007), por seu lado refere que o controlo compreende os elementos de uma organização tais como recursos, sistemas, processos, cultura, estrutura e tarefas. Que em conjunto, apoiam as pessoas na realização dos objetivos das organizações.

O mesmo autor seguindo o mesmo raciocínio que a ISA 315 afirma que os CI devem ser concebidos para fornecer uma segurança razoável de que os objetivos da organização são cumpridos e categoriza os objetivos relevantes para o controlo interno da seguinte forma.

- Melhoram a eficácia da tomada de decisões pela gestão e eficiência dos processos de negócio;
- Aumentam a credibilidade da informação; e
- Promovem o cumprimento das leis, regulamentos aplicáveis.

Para Costa (2014) o controlo interno tem como objetivo “ *a salvaguarda de ativos das empresas e conseguir precisão e integridade dos registos contabilísticos e peças finais*”.

O IIA (2009) define CI como:

Qualquer ação empreendida pela gestão, pelo conselho e outros membros da entidade para aperfeiçoar a gestão do risco e melhorar a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da organização. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para assegurar com razoabilidade que os objetivos e metas estão a ser alcançados.

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) em 1992 define CI como:

Um processo conduzido pelo Conselho de Administração, direção ou outros membros da entidade, com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objetivos: eficácia e eficiência dos recursos; fiabilidade da informação financeira; e cumprimento das leis e normas estabelecidas.

Procedimentos Analíticos

A ISA 520 - Procedimentos Analíticos - revela-nos a definição de procedimentos analíticos, como “*apreciações da informação financeira através da análise de relações plausíveis não só entre dados financeiros como não financeiros*”. Os procedimentos analíticos também abrangem a investigação de flutuações que sejam inconsistentes com outra informação relevante ou que difiram dos valores esperados, quando tal acontece, deve o auditor investigar tais diferenças executando procedimentos adicionais.

Barros, (2010), citando o Public Oversight Board (POB), evidencia que os procedimentos analíticos envolvem comparações de valores registados para o desenvolvimento das expetativas do auditor.

A aplicação de procedimentos analíticos, tal como refere o estudo levado a cabo pelo autor anterior, tanto pode ser usada no planeamento, na execução como na revisão global, estudo este que contraria estudos feitos no estrangeiro em que os auditores incidiam a maioria dos testes analíticos apenas na revisão final. Este ponto de vista é também partilhado por Arens, et. al. (2012).

Amostragem

ISA 530 – Amostragem - define amostragem como:

Aplicação de procedimentos de auditoria a menos de 100% dos itens dentro de uma população relevante para a auditoria de tal forma que todas as unidades da amostra têm uma probabilidade de seleção com o objetivo de proporcionar ao auditor uma base razoável sobre a qual extrai conclusões acerca de toda a população.

Relatório

Para Nabais (1993), o relatório reveste-se de grande importância para a generalidade das entidades interessadas ou relacionadas com a entidade auditada, que terão interesse em conhecer a credibilidade e exatidão das DF por diversas razões, nomeadamente investimentos com o mínimo de risco.

Por seu lado Mautz (1985) refere que a redação do relatório é essencialmente um problema de comunicação e transmissão de ideias a terceiros, que deve ser redigido da maneira que transmita melhor a mensagem, tornando-a útil, tendo em consideração o tipo de informação a transmitir, assim como os conhecimentos sobre o assunto dos possíveis leitores. Desrespeitar estas exigências segundo o mesmo é indício de falta de competência e/ou independência.

Almeida (2014), é mais completo nos objetivos do relatório, quando afirma que,

Expressar uma opinião independente sobre se as DF apresentam uma imagem verdadeira e apropriada é o derradeiro objetivo do auditor. Esta opinião é expressa no relatório do auditor e fornece aos utilizadores da informação financeira uma certeza razoável de que as demonstrações foram elaboradas em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

A DRA 700 - Certificação legal de contas - evidencia que os relatórios que são elaborados tendo por base uma auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria propiciam credibilidade no mercado global, tornando estas auditorias reconhecidas internacionalmente, ajudando a promover o entendimento entre os utilizadores da informação financeira e a identificar circunstâncias não usuais quando elas ocorrem.

4. Auditoria Financeira

4.1. Definição

Não existe uma definição rígida e exata do que é auditoria financeira, daí encontrarmos uma multiplicidade de definições, que de uma forma ou outra se assemelham, tal como refere Costa (2014). Embora no ponto anterior tenhamos abordado as diferentes definições, aqui reitero a definição dada segundo Stamp, e Moonitz., citados por Mendes (2012), que definem auditoria financeira como:

Um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de Demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião formada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas geralmente aceites.

O objetivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é garantir credibilidade às DF, cuja responsabilidade pela preparação depende da administração.

Esta definição é compartilhada por vários outros autores, tais como Costa (2014) ou Almeida (2014) ou por organismos como PCAOB em que a ideia comum a todas elas é emitir uma opinião sobre as DF, o que nos leva ao objetivo da auditoria financeira.

4.2. Objetivo

O objetivo da auditoria tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, refletindo as mudanças socioeconómicas que decorreram, derivado do facto dos investidores deixarem de estar ligados sentimentalmente às empresas. Esta mudança de atitude originou alterações em relação à informação contida nos relatórios financeiros, uma vez que estes seriam instrumentos de decisão para os investidores. Assim o objetivo da auditoria passou

da deteção de fraudes e/ou erros para a verificação da verdade e razoabilidade da informação contida nos relatórios (Almeida, 2014).

Por volta dos anos 60, os auditores alegam que a responsabilidade pela deteção de fraudes ou erros cabe à gestão, concentrando a sua atenção no controlo interno e na seleção de amostras. Com as inúmeras fraudes ocorridas nos anos 80 e consequentemente críticas acerca do papel do auditor, estes profissionais passaram a ter uma posição mais ativa nesta temática (Almeida & Silva, 2013). Desta forma, a deteção de fraudes e erros deixou de ser o objetivo central da auditoria, mas sim uma consequência da mesma, uma vez que no decorrer da auditoria, o auditor pode de facto encontrar-se nessa situação, como se pode verificar pelas normas emitidas pelos organismos profissionais. A ISA 240 – As responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras - clarifica que o auditor deve planear o seu trabalho por forma a obter uma expectativa razoável (dadas as limitações de uma auditoria) na deteção de fraude ou de erro.

A IFAC, através da ISA 200 - Objetivos gerais de um auditor na execução de uma auditoria - evidencia que o objetivo de uma auditoria é *“aumentar o grau de confiança dos destinatários das Demonstrações Financeiras”*. Isto é conseguido através de uma expressão da opinião do auditor sobre se as DF são elaboradas em *“todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável”*.

Desta forma, surge-nos a questão da importância da auditoria que se torna premente à medida que o capital das empresas se distancia de quem as gere. Cada uma das partes procura maximizar os seus interesses, fazendo o auditor um papel de credibilizador.

De facto, o relatório sobre as DF é do interesse de vários utilizadores, nomeadamente:

- A própria gestão que é a responsável pela emissão das DF e a quem interessa que as referidas demonstrações reflitam as condições financeiras e económicas num determinado período.
- Terceiros que tenham interesse em investir ou que já investiram na empresa, que providenciam recursos ou que tenham qualquer outro interesse na organização.

A todos eles vamos referir-mo-nos aqui também como *stakeholders*.

Utilizador	Necessidade do Relatório
Órgão de gestão	Análise da performance, tomada de decisões, relata dos resultados
Investidores	Avaliação da performance, tomada de decisões de investimento
Instituições financeiras	Decisão de conceder ou não empréstimos, prémios de risco, condições dos empréstimos
Autoridade tributária	Apuramento do resultado fiscal
Investidores potenciais	Tomadas de decisões de investimento
Reguladores	Cumprimento dos regulamentos, imposição de sanções
Trabalhadores	Aumentos salariais, prémios
Tribunais	Avaliação da situação financeira da empresa em caso de litígio
Obrigacionistas	Venda ou aquisição de mais obrigações
Fornecedores	Avaliação do risco de crédito

Tabela 1 - Utilizadores da Informação Financeira

Fonte: Almeida, 2014, *Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco*, Escolar Editora

Estes utilizadores necessitam de ter confiança de que a informação fornecida por uma entidade é credível, ou seja, que foi preparada objetivamente e apresentada de forma verdadeira e clara, esta credibilidade é dada pelo auditor, enquanto profissional independente.

De acordo com o *International Accounting Standards Board* (IASB), toda a informação financeira deverá ter cinco características qualitativas que a tornam útil para os utilizadores:

- **Compreensibilidade** – A informação financeira proporcionada pelas DF deve ser rapidamente compreensível pelos seus utilizadores, presume-se que os utilizadores, tenham um razoável conhecimento das atividades económicas, de contabilidade e vontade para estudar a informação com razoável diligência. No entanto, mesmo

matérias complexas, não devem ser excluídas partindo do princípio de que seriam demasiado complicadas de perceber para certos utilizadores.

- **Relevância** – A informação é relevante, quando influencia as decisões económicas dos utilizadores ao ajuda-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros, confirmar ou corrigir as suas avaliações passadas. A capacidade de fazer previsões a partir de DF históricas, é melhorada pela forma como é apresentada a informação sobre acontecimentos passados. Ou seja, a informação acerca da posição financeira e do desempenho passado é frequentemente usada como base para prever a posição financeira e o desempenho futuros a chamada auditoria previsional.
- **Materialidade** – A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas dos utilizadores das DF. Não sendo esta uma característica primária que a informação financeira tenha de ter para ser útil, esta proporciona o ponto de corte, na medida em que depende da dimensão do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção.
- **Fiabilidade** – Para que seja útil, a informação financeira, deve ser fiável, para isso deve estar isenta de erros materiais e de preconceitos e os utilizadores a possam usar como representando fidedignamente o que ela pretende apresentar. Deve ser também completa e neutra tendo em conta os limites da materialidade e do custo da sua preparação e divulgação.
- **Comparabilidade** – Os utilizadores devem ser capazes de comparar as DF de uma entidade a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Esta comparação pode também ser feita não só quanto às DF de uma entidade, mas também entre entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira. Daqui que a mensuração e exposição dos efeitos financeiros das transações e outros acontecimentos semelhantes devam ser feitos de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo nessa empresa e de forma consistente para diferentes empresas. No entanto, esta não deve ser impedimento de que se implementem medidas/políticas melhoradas. Para que seja possível a

comparação do desempenho, das alterações e da posição financeira de uma entidade ao longo do tempo, é importante que as DF mostrem a informação correspondente a períodos precedentes.

O referencial em Portugal que trata desta temática está enquadrado pela estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que tem por base a estrutura conceptual do IASB. Desta forma a estrutura conceptual do SNC, também faz referência a estas características qualitativas da informação financeira, para que esta seja útil.

4.3. Necessidade da Auditoria

Segundo Almeida (2014), são diversos fatores que criam a necessidade de auditoria às DF, são eles:

- Conflitos de interesses – o órgão de gestão poderá ter interesses em adulterar a seu favor as DF (caso as suas remunerações sejam indexadas aos resultados). Assim, poderá existir conflitos de interesses entre estes e os investidores que procuram saber a situação real da empresa. Desta forma, o auditor surge como a única forma de obterem informação fidedigna.
- Complexidade das transações – à medida que a complexidade cresce, cresce a possibilidade de haver distorções (intencionais ou não), materialmente relevantes e assim diminuir a compreensão da informação pelos seus utilizadores, logo existe a necessidade de existir um profissional independente para avaliar a qualidade das DF.
- Afastamento dos utilizadores da informação financeira – são poucos os utilizadores da informação financeira que têm acesso direto aos documentos contabilísticos que servem de base à preparação das DF. Para ultrapassar estes constrangimentos, confiam aos auditores a missão de expressar uma opinião sobre as DF.

4.4. Limitações

No entanto, a auditoria financeira está sujeita a uma serie de limitações que segundo o *Framework* da IAASB, são três:

- Tempestividade – se houver demora indevida no relato da informação, ela perde a sua relevância, mesmo que não tenha o máximo de fiabilidade é preferível que seja divulgada em tempo oportuno.
- Custo razoável – os benefícios derivados da informação, devem exceder o custo de a proporcionar. Esta avaliação é contudo um processo de ajuizamento. Além disso, o auditor não dispõe de recursos ilimitados para a realização de uma auditoria, assim a auditoria é efetuada numa base de amostragem dos dados constantes nas DF.
- Balanceamento entre características qualitativas – a aspiração é conseguir um balanceamento (compromisso) adequado entre as características, a fim de ir ao encontro dos objetivos das DF. A importância relativa das características em casos diferentes é uma questão de juízo profissional.

Na perspetiva de Almeida (2014), existem mais quatro constrangimentos:

- Critérios contabilísticos alternativos – as normas de contabilidade permitem a adoção de diferentes critérios contabilísticos, assim os utilizadores devem ter conhecimento dos critérios utilizados e da forma como estes influenciam as DF.
- Determinação da materialidade – a determinação da materialidade quer qualitativa, quer quantitativa, requer uma grande dose de julgamento profissional.
- Relatório de auditoria – a padronização do relatório de auditoria pode não refletir toda a complexidade que envolve o processo de auditoria e a formação de opinião do auditor.
- Risco de auditoria – o risco que o auditor corre de emitir uma opinião inapropriada sobre as DF.

5. A Atividade de Auditoria e o Papel/Função do Auditor

5.1. Papel

É amplamente reconhecido a importância do papel da auditoria numa sociedade global, contribuindo para a credibilização e transparência das DF e auxiliando os *stakeholders* nas suas decisões sustentadas, minorando o risco e diminuindo o custo do capital para a empresa.

Assim o auditor é responsável, segundo o Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas (EROOC), pela revisão legal das contas, auditoria às contas e os serviços relacionados de empresas ou de outras entidades, constituindo desta forma uma função de interesse público.

Segundo o art.º 48º do EROOC, como serviços relacionados podemos considerar pareceres sobre fusões, cisões, transformações, avaliações e outros que tenham uma natureza e âmbito bem definidos.

Fora da função de interesse público, os auditores podem ainda exercer funções de docência ou consultoria em matérias que integrem o programa de admissão à ordem dos revisores oficiais de contas e ainda membros de comissões de auditoria, e de órgãos de fiscalização ou de supervisão de empresas ou outras entidades, de acordo com o mesmo artigo.

Tal como referido anteriormente, o auditor é responsável por obter uma garantia razoável de fiabilidade, de que as DF tomadas como um todo, estão isentas de distorções materiais. Embora essa garantia seja “razoável de fiabilidade”, uma vez que teremos sempre as limitações inerentes a uma auditoria. No entanto no planeamento da auditoria o auditor deve ter essas limitações em consideração e ao longo da auditoria deve manter uma atitude de ceticismo profissional (ISA 240 – Fraudes e erros).

De acordo com a mesma norma a responsabilidade primária pela deteção de fraudes ou erros, cabe à gestão, no entanto muitos utilizadores da informação financeira, acreditam que os responsáveis pelas mesmas são os auditores e que estes têm toda a responsabilidade na deteção de fraudes, erros e atos ilegais da gestão, desconhecendo todas as limitações de uma auditoria e da forma como ela é realizada (amostragem, risco, materialidade).

A esta situação, os especialistas chamam de diferenças de expectativas, ou seja o que os utilizadores das DF esperam do que seja o trabalho do auditor, com aquilo que realmente ele é. Segundo Costa (2014), existem outros exemplos relacionados com as diferenças de expectativas tais como a continuidade da empresa, a viabilidade futura e a eficácia e a eficiência com que a gestão conduziu os negócios da empresa.

De acordo com Almeida (2014), existem vários estudos que evidenciam que estas diferenças derivam de normas desadequadas, *performance* dos auditores e de expectativas pouco razoáveis dos utilizadores das DF.

No caso Português estas diferenças de expectativas são mais acentuadas no que diz respeito ao papel do auditor na deteção de fraudes, erros e atos ilegais, como refere o mesmo autor.

5.2. Independência de Facto ou Aparente

Depois dos escândalos ocorridos principalmente nos Estados Unidos da América no início do século XXI (falência do grupo *Enron* levou consigo uma das maiores firmas mundiais de auditoria a Arthur Anderson), com a crise de *subprime* (iniciada pela falência do *Leahman Brothers*) e mais recentemente no nosso país, com os problemas nos bancos BPN e BES, o papel do auditor ou das comissões de auditoria tornou a ser o foco central, levantando questões sobre a independência dos auditores e a transparência da informação financeira. A desconfiança nas pessoas e nas instituições era quase total, revestindo-se assim o papel de auditor essencial para que a confiança nos mercados e nas empresas fosse restaurada. Como consequência destes escândalos (falências de empresas cujos relatórios de auditoria eram “limpos) e para restabelecer a confiança, os dois lados do atlântico tomaram medidas no sentido de reforçar a independência dos auditores e restaurar a confiança nos mercados. Nesse sentido, foi criada em 2002, nos Estados Unidos da América uma lei (SOX)¹ que clarifica o papel do auditor, da gestão e regulamenta a atividade de auditoria, que até aqui se auto-regulava.

Com o objetivo de debater a função da auditoria / auditor e o seu âmbito a União Europeia (na altura comunidade económica europeia (CEE)), lançou uma serie de

¹ Lei Sarbanes-Oxley, assinada a 30 de julho de 2002

documentos e recomendações, nomeadamente, o livro verde em 1996 (cuja última revisão ocorreu em 2010). Em 2002 a mesma entidade, emitiu uma recomendação com um conjunto de princípios fundamentais à independência dos auditores. Também a diretiva comunitária de 2006², que revoga a 8ª diretiva³, surge com o mesmo intuito em consequência dos escândalos financeiros.

À luz do disposto do art.º 68º-A do DL 487/99, na redação do DL 224/2008,

Na sua qualidade de profissional, o revisor oficial de contas deve atuar livre de qualquer pressão, influência ou interesse e deve evitar factos ou circunstâncias que sejam suscetíveis de comprometer a sua independência, integridade ou objetividade, de acordo com padrões de um terceiro objetivo, razoável e informado.

Impondo-se o dever de recusa de qualquer trabalho quando as circunstâncias concretas sejam suscetíveis de prejudicar a observância daqueles princípios.

Também o código de ética da IFAC vem reforçar este princípio, na medida em que define que independência tem duas vertentes, a independência da mente e a independência na aparência.

O revisor oficial de contas deve exercer a sua profissão com absoluta independência profissional livre de pressões, quer interiores (resultante dos seus próprios interesses), quer exteriores, de forma a emitir uma opinião justa e isenta.

Este conceito torna-se ainda mais relevante quando se fala de empresas de interesse público, em que existe uma exigência acrescida quer ao nível da independência, da transparência e de fiscalização.

A independência de um auditor deverá ser também uma independência económica, não só devido a ser um profissional externo à organização, mas também devido ao facto da percentagem de faturação desse cliente em relação à totalidade da faturação do auditor, não deverá ser significativa.

Se o auditor estiver preocupado com a perda potencial de um cliente pela incerteza de continuidade, pode o seu julgamento ser afetado e a sua independência comprometida. A sua opinião acerca da continuidade é de extrema importância na medida em que a mesma alerta para os *stakeholders* a possibilidade de que num curto espaço de tempo a empresa

² Diretiva 2006/43/CE, do conselho, de 17 de maio de 2006

³ Diretiva 84/253/CEE, do conselho, de 10 de abril de 1984

poder entrar em falência, situação que afasta investidores, financiadores e clientes. Por tudo o que foi descrito é perceptível que uma decisão como esta, que pode influenciar comportamentos, deva ser muito bem ponderada pelo auditor, tendo sempre em mente o dever de independência.

5.2.1. Ameaças e Salvaguardas

Se a independência do auditor for afetada por ameaças, tais como auto revisão, interesse pessoal, representação, familiaridade/confiança ou intimidação, deve o auditor dispor de um sistema adequado de salvaguardas para fazer face a tais ameaças. Estas salvaguardas têm as seguintes categorias, salvaguardas criadas pela profissão, pela legislação ou pela regulação, salvaguardas estabelecidas no contexto de trabalho e salvaguardas criadas pelo cliente de acordo com o código de ética da ordem dos revisores oficiais de contas.

A lei SOX (2002), tentou responder aos riscos de ameaça à independência dos auditores por familiaridade e aos riscos de auto revisão, isto porque as empresas de auditoria faturavam prestações de serviços extra auditoria de valores elevados (antes da referida lei a KPMG, faturava à Motorola 3,9 milhões de dólares em serviços de auditoria e 62,3 milhões em serviços extra auditoria).⁴

5.2.2. Incompatibilidades e Impedimentos

O EROC, aprovado pelo DL 487/99, na redação do DL 224/2008, mostra-nos uma serie de incompatibilidades e impedimentos que o revisor deverá ter em mente, por forma a manter a sua independência.

As incompatibilidades podem ser gerais ou específicas, absolutas ou relativas. Caso se verifique alguma das incompatibilidades enunciadas, o auditor deve cessar as suas funções como revisor, requerendo a suspensão de exercício ou cancelamento de inscrição, consoante o caso. (art.º 74º e seguintes do DL 487/99, na redação do DL 224/2008)

Os impedimentos estão ligados a questões de independência. Quer isto dizer que caso os auditores tenham exercido funções de auditoria nos últimos três anos, estão impedidos de exercer funções de administração ou gerência, ou que os auditores que tenham auditado

⁴ Almeida, Bruno, 2014, “Manual de auditoria financeira”

empresas de interesse público, estão impedidos de contratar colaboradores dessas entidades durante a vigência do mandato e nos três anos seguintes, assim como de celebrar contratos de trabalho com as referidas entidades ou nelas exercer funções nos órgãos de administração, gestão ou gerência durante o mesmo período, tal como refere o art.º 79º do EOROC.

A violação do dever de independência é punível por contra ordenação graduada entre 10.000€ a 50.000€ de acordo com a lei 36/2008 de 4 agosto.

Segundo Isabel Barrote (2010), a independência não é apenas uma consideração de momento, requer apreciação contínua pelo revisor ao longo do trabalho.

5.2.3. Rotação dos Auditores

A questão da rotação do auditor está particularmente ligada a uma ameaça à independência denominada familiaridade ou confiança, que resulta do relacionamento do auditor/cliente que se forma ao longo dos anos.

Para fazer face a esta ameaça, a lei SOX (2002), vem tornar obrigatória a rotação do sócio responsável pela auditoria de cinco em cinco anos. Por seu lado a União Europeia foi mais longe no tempo e recomenda a rotação dos sócios responsáveis de sete em sete anos, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de dois anos, isto para as entidades de interesse público, tal facto também se estende a Portugal, no âmbito do DL 487/99, na redação do DL 224/2008.

O que normalmente acontece é a rotação da equipa que faz a auditoria, rotação que é feita de uma forma simples e até mesmo natural, através da rotação de pessoal, mas o mesmo não acontece com o sócio responsável. A solução passa por haver rotação das sociedades revisoras oficiais de contas e não meramente da equipa e/ou do sócio responsável.

Esta visão contraria Houghton e Jubb (2003), citados por Almeida (2013), que duvidam que a rotação implique maior independência para o auditor. Para eles, o resultado da rotação pode ser a maximização de resultados por meio da minimização dos serviços de auditoria e fraco conhecimento do negócio da sociedade, pelo facto de não haver perspectivas de renovação. A rotação pode implicar uma baixa qualidade do serviço, porque nos primeiros anos, as auditorias têm sempre custos mais elevados. Uma alternativa,

segundo eles, seria aceitar os serviços de auditoria durante o período de mandato, para, a seguir, estabelecer contactos para o fornecimento de serviços extra auditoria.

Também o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (2011)⁵ (CNSA) partilha da opinião anterior no que respeita aos custos iniciais de uma auditoria e vai mais além, acrescentando um período mínimo do compromisso de três ou quatro anos, a fim de recuperar o investimento feito pelo auditor nos primeiros anos.

⁵ Consulta Pública da Comissão Europeia - livro verde – política de Auditoria: as lições da crise

6. Auditoria em Portugal

6.1. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

A primeira vez que surge em Portugal a designação de Revisor Oficial de Contas (ROC), segundo Costa (2014), foi em 1969 no DL n.º 49 381, decreto-lei que instituiu um novo regime de fiscalização das sociedades anónimas. No entanto, a primeira regulamentação da atividade foi efetuada em 1972 pelo decreto-lei n.º 1/72 de 3 janeiro que no seu preâmbulo reconhecia ser indispensável estruturar a profissão de forma a garantir um exercício eficaz das funções cometidas aos revisores e às sociedades de revisores. A segunda regulamentação ocorreu em 1979⁶, que atribuía obrigações aos ROC, entre elas constava um documento relativo a certificação legal de contas, de recusa de certificação ou de impossibilidade de certificação. No entanto só em 1983 foram emitidas as primeiras normas técnicas de revisão legal de contas, a que por lei, devia obedecer o exame das contas e a certificação legal de contas (CLC), a partir de então começaram a ser elaborados os referidos documentos.

O código de ética e deontologia promulgado em 1987 e o lançamento do manual do ROC em 1988, contribuíram em muito para a normalização, confiança e credibilização, permitindo exercer com dignidade e independência a profissão em Portugal.

Com a aprovação do Código das Sociedades Comerciais (CSC), em 1986 e com a aprovação do Código dos Valores Mobiliários em 1991, os ROC viram o seu âmbito de atuação alargado, no sentido em que passaram também a efetuar a revisão legal e a elaborar a CLC das sociedades por quotas de maior dimensão, assim como obrigou a que as contas anuais e semestrais das empresas públicas cotadas, fossem sujeitas a auditorias elaboradas por Sociedades Revisoras Oficiais de Contas (SROC), inscritas como auditores externos.

Em 1999⁷ a até então denominada Camara dos Revisores Oficiais de Contas, passou a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), também o presente diploma institui outras mudanças importantes para a profissão, nomeadamente a submissão à OROC de tudo o que respeita às atividades de revisão legal de contas, auditoria às contas e serviços

⁶ DL n.º 519-L2/79, de 29 de dezembro

⁷ DL n.º 487/99, de 16 de novembro

relacionados, assim como a submissão à disciplina normativa e ao controlo da OROC de todas as matérias de auditoria às contas, quer seja legal, estatutária ou contratual.

No final do ano 2000, evoluíram as obrigações impostas pelo Mercado de Valores Mobiliários, através do regulamento 6/2000, que impõe que os auditores de empresas cotadas tenham de ter inscrição na Comissão de Mercado de valores Mobiliários (CMVM), além da inscrição na OROC.

A última regulamentação foi efetuada pelo DL 224/2008, que resulta da transposição da diretiva comunitária n.º 2006/43/CE, em que foram aprovados os estatutos que se encontram de momento em vigor. Esta mesma diretiva deu origem a outro decreto-lei o DL 225/2008, que além de definir o âmbito do conceito de entidades de interesse público, cria o CNSA, ao qual é atribuída a responsabilidade pela organização de um sistema de supervisão público dos ROC e SROC. Este conselho integra um representante do Banco de Portugal, da CMVM, do Instituto de Seguros de Portugal, da OROC e da Inspeção-Geral de Finanças.

A nível internacional, a ordem é membro da IFAC e mantém relações de grande proximidade com os organismos congéneres de outros países. Estas ligações constituem um fator de acumulação de conhecimentos técnicos e credibilidade.

6.2. Normas / Diretrizes e Recomendações Técnicas de Revisão e Interpretações Técnicas

Entende-se por normas de auditoria, as regras de natureza técnica que os auditores devem observar no exame às DF, que ajudam assegurar que as auditorias financeiras sejam conduzidas de maneira minuciosa e sistemática, de modo a que o auditor possa chegar a conclusões fiáveis (Almeida, 2014).

Estas normas são de aplicação obrigatória e devem ser aplicadas em todas as auditorias independentemente do tipo, tamanho, da forma ou da finalidade da empresa, esta obrigação está patente na CLC na secção do âmbito em que diz o seguinte: “*o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as normas técnicas de auditoria e as diretrizes de revisão/auditoria da ordem dos revisores oficiais de contas...*”

Segundo o mesmo autor, a aplicação das normas no decorrer de um trabalho de auditoria é importante para todos os intervenientes no processo. É importante para o

auditor na medida em que reforça a sua reputação e qualidade do trabalho, a sua não aplicação implica inquéritos e até mesmo sanções disciplinares. Para os utilizadores da informação financeira as normas são vistas como uma forma de proteção dos seus interesses, mas quer para uns quer para outros serve também para reduzir, o que já aqui abordamos, de diferenças de expectativas.

Em Portugal é a OROC quem emite as normas.

As Normas dividem-se em normas gerais, normas de trabalho de campo e normas de relato. Supletivamente são aplicadas as ISA, que são as normas emitidas pelo *International Federations of Accountants*. Este organismo através do *International Auditing and Assurance Standards Board* emite as *International Standards on Auditing*.

Além das normas técnicas, fazem ainda parte do normativo português as diretrizes de revisão/auditoria (DRA), as recomendações técnicas, destinadas a orientar a execução das diversas tarefas envolvidas e as interpretações técnicas, que surgem em resultado de questões colocadas à comissão técnica das normas, que reconheceu que muitos dos assuntos abordados têm interesse geral e que por isso devem ser divulgadas.

De seguida apresentaremos a hierarquia das normas aplicadas em Portugal.

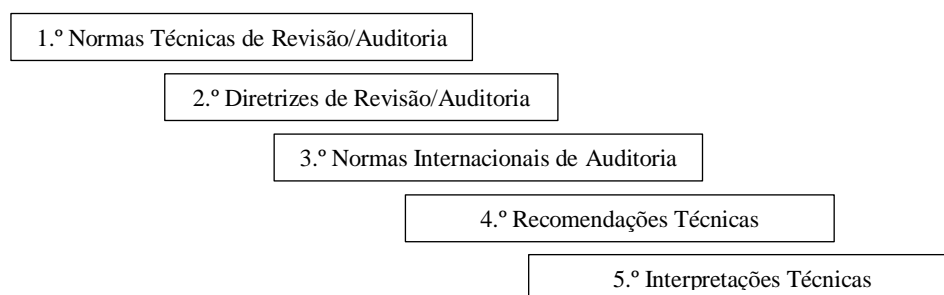


Ilustração 1 - Estrutura Hierárquica das Normas de Auditoria em Portugal

Fonte: Almeida, 2014, Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco, Escolar Editora

6.3. Código de Ética da OROC

É impossível identificar todas as ameaças e desenvolver salvaguardas para as mitigar nas circunstâncias em que os auditores desenvolvem a sua atividade. Assim foi criado o código de ética e deontologia que estabelece um quadro conceptual que exige que o auditor

identifique, avalie e responda de forma adequada as ameaças e ao cumprimento dos princípios éticos e fundamentais.

Este código foi aprovado e publicado em 2001, a sua última revisão ocorreu em 2011 (embora a sua promulgação tivesse ocorrido em 1987), a sua conceção foi baseada no código de ética do IFAC.

O presente código tem seis capítulos:

- Âmbito de aplicação, onde se aplica o código a todos os ROC, colaboradores de ROC e sócios de SROC, que não sejam ROC.
- Princípios fundamentais – pelos quais os auditores, devem em todas as situações pautar a sua conduta pessoal e profissional de acordo com os seguintes princípios:
 - a) Integridade – honestidade, em todas as relações;
 - b) Objetividade – não permitir que conflitos de interesses e/ou pressões de terceiros influenciem o seu julgamento;
 - c) Competência e zelo profissional – manter competências e conhecimentos a um nível necessário para que o cliente receba serviços de qualidade, como consequência de um trabalho baseado nas técnicas mais recentes, e na legislação. Agir com diligência e de acordo com os padrões técnicos e profissionais quando está a prestar os seus serviços;
 - d) Confidencialidade – respeitar a confidencialidade das informações recolhidas no decorrer do seu trabalho, não as divulgar a terceiros sem autorização, a menos que haja um direito ou dever legal ou profissional para o fazer;
 - e) Comportamento profissional – cumprir leis e regulamentos e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.
- O terceiro capítulo define e categoriza as ameaças aos princípios fundamentais assim como as salvaguardas a implementar de modo a eliminar ou reduzir a um nível aceitavelmente baixo a ameaça.
- Independência – classifica a independência em independência da mente e na aparência.

- Documentação, este capítulo refere a importância dos documentos de trabalho, assunto que exporemos num capítulo adiante
- Disposições finais.

Segundo Jesus,⁸ (2010), sobre ética, refere,

Não há código, nem manual de boas práticas que possa substituir o carácter. A moralização da atividade económica só se pode conseguir através da moralização dos indivíduos que nela atuam. Ser ético significa fazer a coisa certa, com base nos motivos certos, contudo, sabemos que a conduta dos revisores é objeto de avaliação permanente por terceiros, por isso agir com ética, significa ter um comportamento que os outros julgam correto.

6.4. Controlo de Qualidade

Por via dos escândalos financeiros ocorridos no início deste século e também da crise financeira, este assunto torna-se mais importante e fortemente discutido, sendo necessário implementar medidas no sentido de reforçar os mecanismos de supervisão.

Segundo Almeida (2014), o controlo de qualidade do trabalho efetuado pelo auditor reveste-se de duas componentes, uma interna e outra externa. A primeira consiste no controlo de qualidade dentro da empresa de auditoria, ou seja o controlo de qualidade é feito pelos pares “*peer review*”, a componente externa é efetuada pelos organismos profissionais, ou seja pela OROC sob supervisão do CNSA.

O CNSA tem por missão reforçar a confiança e a credibilidade na atividade de auditoria exercida pelos ROC e SROC em Portugal, assegurando assim que estes contribuam para o rigor, correção, fiabilidade e transparência dos documentos de prestação de contas. Esta missão, de interesse público, é assegurada através da organização de um sistema de supervisão de todos os ROC e SROC dotado de características de independência e com objetivos de eficiência e de transparência numa atuação que se pretende efetiva. Neste contexto, o CNSA rege-se por um conjunto de valores que orientam a sua atuação em

⁸ Congresso dos ROC acerca de ética e responsabilidade

defesa do interesse público, destacando-se a integridade, consistência e transparência. (CNSA).

O EROC no seu artigo 68º n.º 1, 2 e 3 vem referir “*os revisores oficiais de contas estão sujeitos a controlo de qualidade o qual será exercido pela Ordem sob supervisão do CNSA, este controlo deverá ser exercido relativamente as auditorias em conformidade com o regulamento e normas aplicáveis*”.

O mesmo artigo vem ainda esclarecer que além dos controlos de qualidade efetuados anualmente através de sorteio, os ROC ou SROC que auditem empresas de interesse publico devem ser controlados a cada três anos e os que não auditem empresas de interesse publico devem ser controlados pelo menos uma vez a cada seis anos.

Este controlo de qualidade é feito através de dois tipos de controlo o vertical e o horizontal.

O controlo horizontal consiste na avaliação global da atividade, designadamente no que se refere à forma de exercício das suas funções, aos meios humanos, materiais, sistema interno de controlo de qualidade utilizado e á observância dos deveres legalmente estabelecidos.

O controlo vertical consiste na verificação dos *dossiers* de trabalho instruídos de acordo com o previsto nas normas de auditoria em vigor. (Almeida, 2014).

Também a ISA 200 - Objetivos gerais de um auditor na execução de uma auditoria - vem definir responsabilidades específicas do auditor relativas aos procedimentos de controlo de qualidade numa auditoria às DF e, quando aplicável com as responsabilidades do auditor encarregado da revisão e controlo de qualidade de cada trabalho.

Capítulo II – As Fases de uma Auditoria

1. Planeamento em Auditoria

A auditoria surge no mundo dos negócios também como uma forma de monitorar o potencial conflito de interesses que possa existir na conceção da informação financeira, entre os gestores, acionistas e investidores. A este conflito de interesses dá-se o nome de teoria de agência, um dos principais pressupostos desta teoria, é o conflito entre o principal (proprietário) e o agente (gestor), que deve-se a objetivos diferentes que cada um tem. O proprietário tem em vista a maximização do valor da empresa e o gestor a maximização da sua remuneração com o menor esforço. (Berle e Means, 1932; Ross, 1973; Jensen e Meckin, 1976; citados por Almeida e Silva, 2013).

1.1. Fases de uma Auditoria

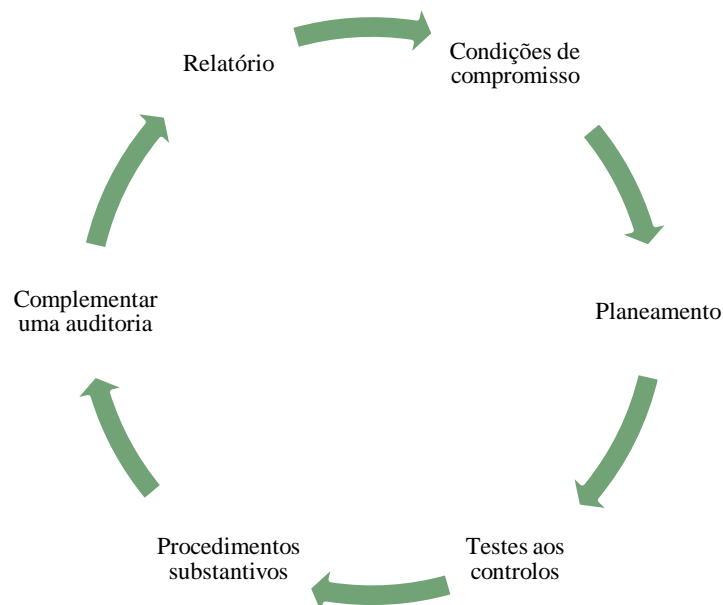


Ilustração 2 – Fases de uma Auditoria

Fonte: Almeida, 2014, Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco, Escolar Editora

Um trabalho de Auditoria, começa antes de mais com a obtenção da chamada carta de compromisso que Knechel et al (2007) designam de plano preliminar. Este plano tem dois grandes objetivos:

- Obter informações básicas sobre o cliente, que irá servir para que o planeamento seja eficaz e eficiente; e
- Identificar potenciais áreas problemáticas que vão requerer especial atenção durante a auditoria.

A ISA 210 - Aceitação dos termos de um trabalho de auditoria - clarifica as responsabilidades do auditor e do órgão de gestão quando acorda os termos de um trabalho de auditoria. Desta forma a carta de compromisso deve incluir:

- Objetivo e o âmbito da auditoria às DF;
- Responsabilidades, quer do auditor, quer do órgão de gestão;
- Identificação do referencial de relato financeiro aplicável na preparação das DF;
- Identificação da forma e conteúdo esperados do relatório de auditoria e uma declaração de que podem existir circunstâncias em que um relatório pode diferir na forma e conteúdo esperados.

Uma carta de compromisso focando nestes pontos tem vários objetivos, mas o mais importante será talvez o da redução das diferenças de expectativas, uma vez que é definido o que é esperado e de quem.

Após a aceitação do cliente, deve o auditor recolher o máximo de informação possível, a fim de conhecer o seu cliente.

Acerca do planeamento a ISA 200 - Objetivos gerais de um auditor na execução de uma auditoria - refere que o auditor deve planear uma auditoria com ceticismo profissional, que deve exercer o seu julgamento, por forma a obter segurança razoável para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria (RA), e assim permitir ao auditor retirar conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Por seu lado a DRA 300 - Planeamento - vem mostrar que um adequado planeamento deve permitir que:

- Seja dada uma atenção apropriada a áreas importantes da mesma;

- Sejam identificados potenciais problemas;
- As tarefas sejam devidamente distribuídas pelos vários técnicos e, se tal for o caso, em coordenação com o trabalho a desenvolver por outros auditores e peritos; e
- O trabalho seja completado de forma expedita e dentro dos prazos previstos.

De acordo com a DRA atrás mencionada existem cinco grandes assuntos que devem ser tidos em conta aquando do desenvolvimento do plano global de uma auditoria:

- Conhecimento do negócio e da sua atividade, através de uma prévia recolha e apreciação crítica dos factos significativos, do sistema contabilístico, do controlo interno e dos fatores internos e externos que condicionam a estrutura organizativa e a atividade exercida pela entidade. Compreender o negócio permite identificar potenciais fatores de risco e potenciais distorções nas DF.

Knechel et al (2007), são mais específicos e mostra-nos como obter esse conhecimento, seja através do entendimento das regras do sector, da obtenção de políticas e procedimentos, do código de conduta e missão, da obtenção do modelo de desenvolvimento do negócio do cliente que inclua informações como: clientes, produtos, mercado, fornecedores de recursos, parceiros estratégicos, e forças exteriores. Costa (2014), alarga estes procedimentos também a reuniões com diretores e pessoal - chave da organização, assim como leituras das atas de assembleias gerais e relatórios anuais;

- Compreensão do sistema contabilístico e de CI permitindo desta forma avaliar a forma como o CI efetivamente funciona e dos sistemas de informação em uso por forma a compreender como estes podem afetar os trabalhos de auditoria a desenvolver. Se concluir que este é seguro, o auditor deverá orientar o trabalho para testes de conformidade deixando os testes substantivos para áreas onde o controlo interno poderá ter mais falhas.

Na compreensão do sistema contabilístico, Knechel et al, (2007), diz-nos que é necessário verificar a evolução da razoabilidade de algumas estimativas contabilísticas tais como, imparidades e valor realizável dos ativos. Segundo o mesmo autor, estas estimativas podem ter um enorme impacto nas DF e embora a

responsabilidade deste cálculo seja da gestão, o auditor deve ter em consideração o impacto destas na leitura das DF;

- Definir o risco e materialidade, ou seja planejar a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as DF estão isentas de distorções materialmente relevantes causadas por erros ou fraudes. O risco, materialidade e prova estão indissociáveis e estão relacionados, ou seja quanto maior o risco, maior a quantidade de prova recolhida e menor a materialidade;
- Natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria é feita com base no julgamento do auditor e estão relacionados com o risco, a dimensão da entidade, com a complexidade da auditoria e com a experiência que o auditor tem da empresa, do seu negócio; e
- A responsabilidade do planeamento é do auditor responsável pela auditoria.

Há no entanto circunstâncias especiais que podem afetar o planeamento de uma auditoria, que Almeida (2014), e Knechel et al, (2007), elencam:

a) Uso de peritos

Os auditores podem recorrer ao conhecimento de peritos de outras áreas a fim de verificar a precisão de algumas afirmações das DF. A ISA 620 – Utilização do trabalho de um perito do auditor - elenca algumas situações em relação às quais pode ser necessária a utilização de um perito. Knechel et al, (2007), refere que os peritos deverão ser competentes, ter elevada reputação e devem ser independentes do cliente em questão.

Se o auditor concluir que o trabalho realizado pelo perito é adequado, pode aceitar as suas conclusões como prova de auditoria, sem no entanto esquecer que a responsabilidade final será sempre sua.

b) Auditoria interna

A ISA 610 - Consideração do trabalho de auditoria interna - clarifica a forma como os auditores externos poderão utilizar o trabalho dos auditores internos (caso os haja) para fundamentar as suas opiniões. Para isso deverá constatar a objetividade, os conhecimentos e a independência do auditor interno (que deve reportar ao comité de auditoria, se o houver, ou ao mais elevado cargo de gestão).

Sobre este assunto Knechel et al, (2007), defende que o auditor externo poderá usar os conhecimentos do auditor interno para perceber melhor o negócio do cliente, para fazer avaliações de risco e para realizar alguns testes. Todo esse trabalho deve ser minuciosamente revisto pelo auditor externo. Regras do PCAOB, permitem que auditores internos realizem alguns trabalhos a fim de testar o controlo interno, mas é o trabalho do auditor externo que deve fornecer a principal evidência para a opinião do auditor.

c) Transações com partes relacionadas

Knechel et al, (2007), define-as como transações entre duas partes com interesses comuns. Normalmente estas transações refletem apenas os negócios legítimos, mas quando esta situação não ocorre é a área onde poderá haver manipulação de dados e onde o auditor deverá ter uma atenção especial (Enron usava as transações com partes relacionadas para levar a cabo fraudes). A ISA 550 – Partes relacionadas - dá-nos alguns exemplos destas relações especiais, nomeadamente entre empresas mãe e as subsidiárias, afiliadas, etc.

d) Envolvimento de outros auditores

Como um dos fatores a ter em conta no planeamento destaca-se ainda o envolvimento com outros auditores quer nas auditorias de grupos, quer nas individuais, na medida em que deve existir um esforço para cumprir o *timing* para a emissão dos relatos de auditoria (ISA 620 – Utilização do trabalho de um perito do auditor).

e) Considerações adicionais para as primeiras auditorias

Num trabalho de auditoria inicial, o auditor deverá obter prova suficiente e apropriada acerca dos saldos de abertura. Se tal não for possível, deverá emitir uma opinião com reservas por desacordo ou então uma opinião adversa conforme apropriado. (DRA 500 - Saldos de abertura).

Segundo a mesma DRA, o planeamento em auditoria envolve o desenvolvimento de uma estratégia global de trabalho a realizar, estabelecendo qual a natureza, a extensão, a profundidade e a oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança desejado, tendo em conta, o RA e a definição dos limites de materialidade.

2. Materialidade e Risco

2.1. Conceito

Segundo o IAASB a informação é material, se a sua omissão ou distorção influenciar as decisões económicas dos utilizadores da informação financeira. Esta depende da dimensão do item ou erro, julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção.

Knechel et al, (2007), identificam uma questão que segundo eles reflete a essência da materialidade “isto importa?”. É com esta pergunta em mente que o auditor no decorrer da auditoria e perante potenciais problemas, deverá considerar o impacto do problema nas DF.

A DRA 320 – Materialidade - define-a como sendo um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das DF tomadas como um todo.

Desta forma a materialidade não é suscetível de uma definição geral matemática, porque envolve aspetos quer quantitativos quer qualitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um ponto de corte, em vez de ser uma característica qualitativa primária que a informação financeira tenha de ter para ser útil.

Para Gomes (2014) e segundo a ISA 320 – Materialidade - o auditor deverá definir dois tipos de materialidade, Materialidade Global (MG) e a Materialidade de Execução (ME). ME significa a quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor que são inferiores à materialidade definida para as DF como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de distorções não corrigidas e não detetadas agregadas excederem a materialidade para as DF como um todo.

A determinação da ME envolve o julgamento profissional do auditor e é influenciado pelo conhecimento que o auditor tem do negócio e também pela natureza e extensão das distorções identificadas em auditorias anteriores, tendo em conta as necessidades de informação financeira dos utentes das DF.

Embora não havendo uma métrica de cálculo para a definição da MG e ME, existem alguns indicadores de referência tal como se mostra na tabela abaixo para o cálculo da MG, considerando que o cálculo da materialidade terá de ser ajustado à realidade e risco de auditoria avaliado em cada entidade.

A escolha de determinado indicador em detrimento dos restantes, depende da análise feita pelo auditor das condições específicas, tais como por exemplo o conhecimento do negócio, ou a estabilidade ao longo do tempo de cada um dos indicadores.

Indicador de Referência	Intervalo Inferior	Intervalo Superior
1) RAI	5%	10%
2) Total de vendas e Prestação Serviços	0,50%	2%
3) Total do ativo	0,50%	2%
4) Total do Ativo Corrente	5%	10%
5) Total do Passivo Corrente	5%	10%
6) Total do Capital Próprio	1%	5%

Tabela 2 - Indicadores de Referência para Cálculo da Materialidade

Fonte: Costa, 2014, Auditoria Financeira teoria e prática, Rei dos Livros

No decorrer do processo de auditoria, o auditor aconselha a correção de todas as diferenças encontradas durante a auditoria, sejam elas materiais ou não. O cliente decide realizar ou não as situações apresentadas e posteriormente o auditor avalia o conjunto de distorções que se mantiveram, face à materialidade definida. Se estas forem superiores ao nível de materialidade fixada, deverá ter isso em conta na emissão da opinião.

Por seu lado a DRA 320 - Materialidade de uma auditoria, como a DRA 400 Avaliação do risco de auditoria - estabelecem a relação entre materialidade e risco de auditoria na avaliação da prova. Ou seja a materialidade não afeta o risco, e vice-versa, mas em conjunto influenciam a prova em auditoria, assim, quanto maior for o valor da materialidade, menor a quantidade de prova a obter, senão vejamos o modelo de risco em auditoria:

$$RA = f(RI; RC) * RD$$

RA – Risco de Auditoria é o risco de o auditor expressar uma opinião inadequadas sobre as DF.

RI – Risco inerente este risco não é controlado pelo auditor, e define-se como a suscetividade de um saldo, conta ou classe de transações conter uma distorção que possa

ser considerada materialmente relevante considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos ou classes, assumindo que não existem os respetivos controlos internos.

RC – Risco de controlo, este risco não é controlado, mas pode ser influenciado pelo auditor. Define-se como a suscetibilidade de uma distorção, que possa ocorrer num saldo de conta ou numa classe de transações que possa ser materialmente relevante, quer considerada individualmente ou quando agregada com distorções em outros saldos e classes, não vir a ser detetada e corrigida atempadamente pelo sistema de CI. Este risco pode ser minimizado, mas nunca zero.

RD – Risco de deteção, é a suscetibilidade dos controlos e procedimentos substantivos aplicados pelo auditor não virem a detetar uma distorção que possa ser materialmente relevante.

Como podemos verificar existe uma relação inversa entre a função de risco inerente e risco de controlo e risco de deteção. Assim quanto maior for a primeira, menos será o segundo (RD), por seu lado quanto maiores forem os primeiros, maior será o RA, é uma função direta.

Esta evidência pode ser visualizada mais facilmente através da seguinte figura:

		Avaliação pelo auditor do Risco de Controlo		
		Alto	Médio	Baixo
Avaliação pelo auditor no Risco Inerente	Alto	o mais baixo	mais baixo	médio
	Médio	mais baixo	médio	mais alto
	Baixo	médio	mais alto	o mais alto

Tabela 3 – Avaliação do Risco

Fonte: Formação da OROC, 2012, Planeamento de auditoria, Avaliação do Risco e Materialidade

O facto de se considerar o RI e o RC de forma conjunta, mostra que existe uma forte dependência entre eles. A esta relação denominou-se Risco de Distorção Material (RDM).

Quando o auditor avalia a função $f(RI;RC)$ como baixa, implica que o RD seja alto, então o auditor deve realizar testes substantivos de detalhe em menor extensão e menos tempestivamente, mantendo o RA num nível aceitavelmente baixo.

Quanto mais alta for a avaliação do RDM efetuada pelo auditor, maior fiabilidade e relevância terá de ser a prova obtida o contrário também se verifica.

A tabela seguinte mostra-nos a relação inversa entre os RDM e o RD.

Relação Inversa		
Alto		Baixo
Risco Inerente	Risco Controlo	Risco de Detecção

Relação Inversa		
Baixo		Alto
Risco Inerente	Risco Controlo	Risco de Detecção

Tabela 4 – Relação entre os Riscos

Fonte: Formação da OROC, 2012, Planeamento de auditoria, Avaliação do Risco e Materialidade

A DRA 400 - Avaliação do risco - vem dizer-nos que o RC e o RI estão inter-relacionados e avaliar os dois riscos de forma separada, existe a possibilidade de uma avaliação inadequada. Então a avaliação combinada dos referidos riscos permite uma melhor avaliação do RA.

2.2. Avaliação do Risco de Auditoria de Demonstrações Financeiras

Segundo a ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente – o auditor deve identificar se alguns dos riscos identificados, é no seu julgamento um risco significativo. Ao exercer esse julgamento, deve considerar os seguintes elementos:

- Se o risco é um risco de fraude;
- Se o risco está relacionado com os desenvolvimentos económico, contabilístico e outros recentes e significativos e por isso exige atenção especial;
- Complexidade das transações e se envolve partes relacionadas;
- O grau de subjetividade na mensuração da informação financeira relacionada com o risco;

- Se o risco envolve transações significativas, que vão fora do âmbito normal da atividade da entidade.

Se o auditor identificou um risco significativo deve inteirar-se da existência de atividades de controlo da entidade relevantes a fim de mitigar esse risco.

A mesma ISA refere ainda que para identificar os RDM, quer devido a fraude, quer a erro, deve ser através do conhecimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o CI. Desta forma, o auditor deverá ter em atenção alguns aspetos, nomeadamente a dispersão geográfica do cliente, a sazonalidade da sua atividade, o grau de dependência económica de clientes e/ou fornecedores, a existência de transações valorizadas com base em estimativas, insuficiências de documentação de suporte ou grande volume de transações.

3. Prova em Auditoria

Para Almeida (2014), prova em auditoria é toda a documentação recolhida pelo auditor que serve de suporte à formulação de uma opinião sobre as DF.

A necessidade de recolha da prova está relacionada com a diminuição do risco de auditoria, então o auditor deverá obter prova suficiente (quantidade) e apropriada (qualidade), a fim de avaliar se as DF dão ou não uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.

A ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da atividade e do seu ambiente - diz-nos que a informação obtida através da execução de procedimentos de avaliação do risco e atividades relacionadas pode ser usada pelo auditor como prova de auditoria para suportar as avaliações dos riscos de distorção material, a fim de se obter uma compreensão da entidade e do seu meio envolvente incluindo o CI.

Conforme refere Costa (2014), a prova em auditoria tem várias vertentes de importância, ou seja, não só é importante para fundamentar a opinião e propiciar o controlo e supervisão de como as normas aplicáveis estão a ser seguidas, mas também para o caso de ser necessário demonstrar em tribunal que o relatório emitido se baseou em informação recolhida devidamente tratada. Nabais (1993) refere também a importância da informação recolhida (prova).

A DRA 510 – Prova de auditoria - define prova de auditoria como todas as informações utilizadas pelo auditor que lhe possibilitam chegar às conclusões sobre as quais baseia a sua opinião.

Esta prova obtém-se através da realização de:

- Procedimentos de avaliação de risco;
- Testes aos controlos a fim de avaliar a eficácia operacional dos controlos corrigirem ou detetarem distorções;
- Procedimentos substantivos servem para detetarem distorções materiais; e
- Procedimentos analíticos que são as avaliações da informação financeira através da análise das razões plausíveis entre dados financeiros e não financeiros.

3.1. Tipos de Prova

Os tipos de prova mais relevantes para Almeida (2014) são:

- a) Sistema de informação contabilístico, que consiste nos métodos utilizados pela empresa para registrar, processar, sintetizar e relatar as transações efetuadas, assim como para manter um controlo sobre os ativos, passivos e capital próprio. Assim o auditor deve evidenciar nos seus documentos de trabalho evidência que os valores constantes nas DF coincidem ou não com os valores evidenciados no balancete;
- b) Documental, consiste numa variedade de documentos que servem de suporte aos registos contabilísticos efetuados pela empresa. A prova documental tanto pode ser gerada dentro da empresa como por um terceiro, sendo esta mais credível do que a prova gerada internamente; e
- c) Circularizações, é o processo de obter e avaliar prova através de comunicações escritas recebida diretamente de um terceiro, em resposta a um pedido de informação acerca de um item que afeta as DF.

3.2. Credibilidade da Prova

Em auditoria, a prova tanto pode ser interna como externa. Interna é quando o auditor a obtém na empresa que está a auditar, externa quando é obtida fora ou seja através de uma terceira entidade (Costa, 2014). Também a fonte pode ser considerada externa (fatura emitida pelo fornecedor, mas que se encontra na empresa) ou interna (cópia de uma fatura emitida para um cliente).

A ISA 200 - Objetivos gerais de um auditor na execução de uma auditoria - enfatiza que o auditor deverá manter uma atitude crítica sobre a validade ou fiabilidade da prova. Se existir qualquer indício de que esta não possa ser viável ou fiável, deve desenvolver procedimentos de auditoria que permite dissipar as dúvidas

Esquemáticamente podemos definir a credibilidade da prova da seguinte maneira:

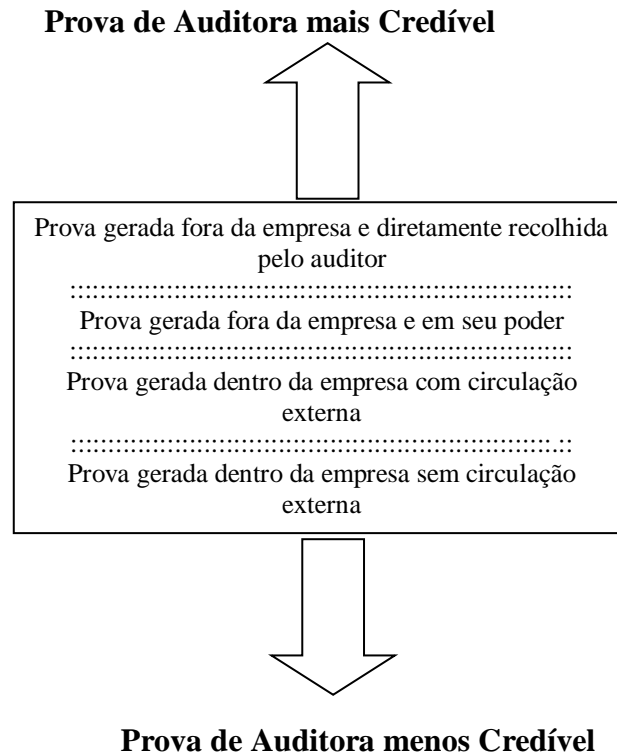


Ilustração 3 - Credibilidade da Prova

Fonte: Costa, 2014, Auditoria Financeira teoria e prática, Rei dos livros

Segundo a referida norma (DRA 510 – Prova de auditoria) existem alguns procedimentos gerais para a obtenção de prova, os procedimentos são:

- Inspeção quer de registos, de documentos ou bens físicos;
- Observação, de como são desenvolvidas as funções das diversas pessoas envolvidas;
- Confirmação externa, através de uma terceira entidade acerca de um pedido de informação que afeta as DF, por exemplo, a confirmação dos principais saldos de clientes, fornecedores, bancos, entidades públicas, etc. Estas confirmações podem ser obtidas através de circularizações ou certidões;
- Recálculo através da verificação dos cálculos aritméticos de documentos ou registos;
- Procedimentos analíticos consistem nas avaliações da informação financeira feitas através da análise de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros; e

- Indagações, quer aos órgãos de gestão ou a qualquer trabalhador da empresa, a fim de obter esclarecimentos inerentes à prossecução do seu exame.

4. Documentação de Trabalho

4.1. Definição

Papéis de trabalho, documentação de trabalho ou *audit documentation*, são alguns dos termos utilizados para definir o conjunto de elementos escritos, preparados ou obtidos pelo auditor e que constituem o registo das informações obtidas, dos programas de trabalho que adotou, das verificações a que procedeu, das provas recolhidas e das conclusões a que chegou.

Segundo a DRA 230 – Papéis de trabalho - servem de base à organização e coordenação das várias fases da auditoria, permitem a supervisão e controlo do trabalho, evidenciando a forma como o trabalho foi programado, executado e supervisionado assegurando que são cumpridas as respetivas normas. Reúnem prova que fundamentam a opinião, facilitando a elaboração do relatório de auditoria e servem de guia para auditorias futuras ao mesmo cliente.

Diferem de auditor para auditor e são dinâmicos tanto na forma, como no conteúdo, de acordo com as necessidades de informação, devendo interligar a necessidade da sua existência com a verificação obtida. Mas para Curado (2013) devem sempre respeitar algumas regras de forma a garantir a economia, eficiência e eficácia da auditoria, para isso deve obedecer à regra dos quatro C’:

- Claros - devem permitir a compreensão do seu conteúdo;
- Completos - devem traduzir totalmente a realidade observada;
- Concisos - para que os utilizadores os compreendam sem explicações adicionais da pessoa que os elaborou; e
- Conclusivos - devem traduzir convenientemente a realidade observada de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos.

Ou seja, devem de ter a abrangência e o grau de detalhe suficientes para ser suporte da auditoria realizada e deve compreender a documentação do planeamento, a natureza, a

oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria, bem como o julgamento exercido pelo auditor e as conclusões alcançadas.

Almeida (2014), refere ainda a importância da revisão dos papéis de trabalho por todos os níveis de responsabilidade da empresa de auditoria, a fim de verificar a adequada recolha de documentação para a auditoria realizada.

Para fins de fiscalização do exercício profissional o auditor deve conservar a guarda adequada dos papéis de trabalho, relatórios e pareceres, durante cinco anos a partir da data de emissão do seu parecer.

4.2. Organização e Tipos de Documentos de Trabalho

Tal como refere a DRA 230 – Papéis de trabalho - os documentos de trabalho podem conter dados que sejam aplicáveis a mais do que um trabalho e durante muito tempo, ou podem somente indicar a evidência obtida para uma determinada situação. Então podemos fazer a divisão dos documentos de trabalho em:

- *Dossier* corrente, que reúne os documentos relacionados com as verificações realizadas no exercício a auditar, nomeadamente as DF do ano a que respeita, avaliação dos riscos, programas de auditoria, documentos de trabalho documentando o trabalho realizado, entre outros.
- *Dossier* permanente, este agrupa os documentos que poderão ser consultados em vários exercícios por conterem dados de base relativos à empresa auditada, nomeadamente contrato de sociedade, certidão permanente, lista dos órgãos sociais, organograma da empresa, análise dos sistemas contabilísticos e controlo interno, DF dos últimos anos assim como os respetivos relatórios de gestão entre outros. Este *dossier* deve ser revisto no início de cada auditoria a fim de colocar novos elementos e retirar os desatualizados.

5. Controlo Interno

O CI é um dos aspetos mais importantes num processo de auditoria. O Sistema de Controlo Interno (SCI) é implementado pela gestão, independentemente da sua dimensão, a fim de possuir sistemas de controlo que lhe garantam eficiência na sua atividade.

A ISA 315- Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade do seu meio ambiente – refere que o auditor deve inteirar-se do CI relevante para a auditoria. A identificação do controlo, que é ou não relevante para a auditoria, depende do julgamento do auditor.

Existem vários modelos de controlo interno, sendo os mais utilizados, o Modelo “*Internal Control – Integrated Framework*” do Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission (COSO), o “*Guidance on Assessing Control*”, (CoCo) do Canadian Institute of chartered Accountants e o “*Internal Control: Revised Guide for Diretores on the Combined Code*” (Turnbull Report) do Institute of Chartered Accountants In England and Wales.

Neste relatório, iremos abordar apenas o modelo COSO, porque além de ser um modelo que foca toda a organização, foi introduzido pela Comissão Europeia e constitui a estrutura através da qual deve ser feita a avaliação da implementação e da eficiência de um sistema de controlo interno.

5.1. Modelos de Controlo Interno

5.1.1. COSO (1992)

O COSO (1992), segundo o *framework*, define controlo interno como

Um processo conduzido pelo Conselho de Administração, Direção ou outros membros da entidade, com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes objetivos: eficácia e eficiência dos recursos; fiabilidade da informação financeira; e cumprimento das leis e normas estabelecidas.

A estrutura conceptual do modelo do COSO 1992 pode ser esquematizada num cubo. Em que os três vetores, que se relacionam entre si, representam as categorias de objetivos, dentro dos níveis de uma entidade e as várias componentes necessárias ao seu cumprimento.

O COSO identifica cinco componentes do controlo interno:

- Ambiente de controlo;
- Avaliação de risco;
- Atividades de controlo;
- Informação e comunicação;
- Supervisão

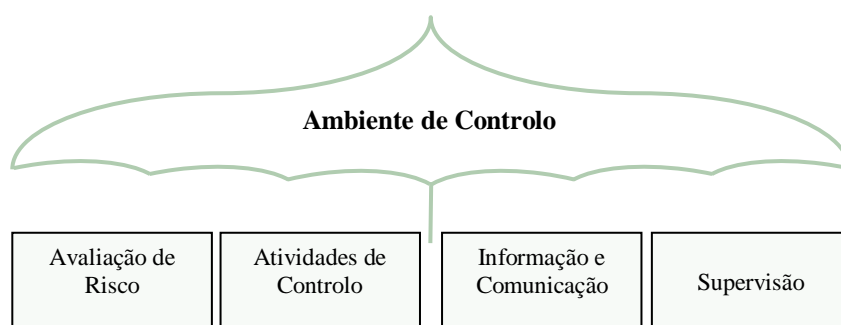


Ilustração 4 - Componentes do Controlo Interno

Fonte: Arens et. al., 2012, Auditing and Assurance Services – An Integrated Approach, Pearsons

Segundo Arens et al. (2012), estes cinco componentes necessitam de funcionar de modo integrado para assegurar o resultado positivo de cada objetivo.

O ambiente de controlo é um pilar base sobre o qual os outros componentes se sustentam. Desta forma, sem um eficaz ambiente de controlo os outros quatro componentes não funcionam, o que resulta num controlo interno ineficaz, independentemente da sua qualidade.

O mesmo autor considera que para o auditor perceber e avaliar o ambiente de controlo, deve considerar os seguintes princípios:

- Integridade e valores éticos - são o produto de padrões éticos e comportamentais da entidade, bem como a forma como eles são comunicados e reforçados na prática.

- Compromisso com a competência – a entidade possui funcionários com conhecimentos, experiência e que reconhecem as suas responsabilidades.
- Órgão de gestão – este compreende e reconhece a importância e supervisiona o sistema de controlo interno na organização.
- Filosofia da gestão e forma de atuação – a gestão através da sua atuação dá sinais claros do funcionamento de um bom sistema de controlo interno.
- Estrutura da organização – a estrutura organizacional de uma entidade define se existe um bom funcionamento do controlo interno
- Recursos humanos, políticas e práticas – as políticas e as práticas relacionadas com recursos humanos são desenvolvidas e implementadas com o intuito de facilitar a eficiência do controlo interno.

A avaliação do risco identifica os processos de avaliação do risco que, com base nos objetivos definidos, a entidade deverá detetar e analisar os riscos relevantes, definindo a forma como os mesmos deverão ser tratados. Almeida (2014) identifica algumas situações que originam estes riscos. Por exemplo, mudanças na envolvente operacional, mudanças tecnológicas, rápido crescimento da organização entre outros.

Arens et al. (2012), entende por atividades de controlo, as políticas, os procedimentos, que têm o objetivo de garantir que as ações necessárias são tomadas para lidar com os riscos para a concretização dos objetivos da organização. Para que esta componente funcione, deve-se verificar os seguintes tipos de controlo:

- Adequada segregação de funções;
- Autorização das operações e atividades;
- Documentos e registos adequados;
- Controlos físicos sobre ativos e registos; e
- Verificações independentes sobre o desempenho.

Informação e comunicação é o sistema que engloba o hardware, o software, os funcionários, os procedimentos e as bases de dados. A comunicação deve ser eficaz e a necessidade de controlo deve fazer-se sentir desde o topo até à base (Almeida, 2014).

A última componente é a monitorização, que não é mais do que um processo que avalia o desempenho do CI ao longo do tempo. Esta componente é importante quer para o órgão de gestão quer para funcionários, uma vez que os primeiros necessitam de ter uma segurança razoável de que os objetivos são cumpridos, os funcionários necessitam de saber que o cumprimento dos controlos é monitorizado.

Este modelo tem vindo a sofrer algumas alterações no sentido de se adaptar aos desenvolvimentos observados nos últimos anos.

5.1.2. Enterprise Risk Management - ERM (2004)

Em 2004, o COSO desenvolveu um modelo com uma visão mais alargada do conceito de CI o “*Enterprise Risk Management*” ERM, que adiciona três novos componentes aos cinco já definidos e adiciona os objetivos e natureza estratégica às categorias de objetivos de uma entidade.

Este é definido como sendo um processo efetuado pelo órgão de gestão e funcionários de uma entidade, aplicado à definição estratégica de toda a entidade e concebido para identificar potenciais acontecimentos que possam afetar a entidade e gerir os riscos dentro do risco aceitável, assegurando razoavelmente a concretização dos objetivos.

Os novos componentes são a definição de objetivos, identificação de eventos e respostas aos riscos.

A estrutura conceptual do modelo do COSO 2004 também é esquematizado num cubo, em que os quatro vetores, que se relacionam entre si, representam as categorias de objetivos, dentro dos níveis de uma entidade e as várias componentes necessárias ao seu cumprimento.

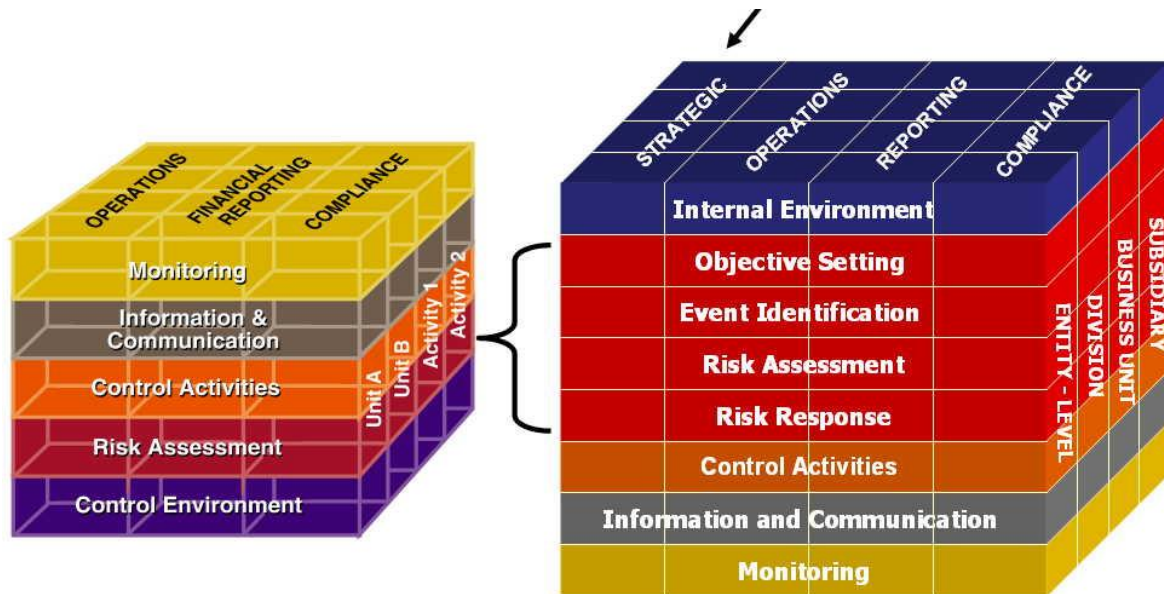


Ilustração 5 – Evolução COSO 1992 para COSO 2004

Fonte: COSO, 2004, ERM –Integrated framework – Executive Summary

Os controles mais importantes numa auditoria relacionam-se com os objetivos da entidade de preparar DF que deem uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro e a gestão de risco que possa dar origem a uma distorção material nessas DF.

A ISA 315 - Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade do seu meio ambiente – enumera alguns fatores relevantes para o julgamento do auditor sobre se um controlo individualmente ou em combinação com outros é relevante para a auditoria, tais como:

- Materialidade;
- A importância do risco associado;
- A dimensão da atividade;
- A natureza do negócio da entidade, incluindo as suas características de organização e propriedade;
- A diversidade e complexidade das operações da entidade;
- Requisitos legais e regulamentares aplicáveis;
- As circunstâncias e o componente aplicável do CI;

- A natureza e a complexidade dos sistemas que fazem parte do CI da entidade, incluindo o uso de organizações de serviços;
- E de que forma um controlo específico, individualmente ou em combinação com outros, evita, ou deteta e corrige, distorções materiais.

5.2. Limitações do Controlo Interno

Pelo facto de existir numa entidade um SCI, não significa que o mesmo esteja operativo, mesmo que esteja operativo, pode não ser adequado e não detetar distorções materiais. Assim, o auditor deverá considerar na sua avaliação, que o SCI tem algumas limitações que advêm do facto dos controlos serem desenvolvidos por pessoas que têm poder de governação na entidade. Existindo a possibilidade de ocorrerem erros, fraudes, conluíus

Podemos assim, segundo Almeida (2014), elencar algumas limitações do SCI:

- Relação custo/benefício – o custo de implementação de um SCI não pode exceder os benefícios obtidos com o mesmo;
- Possibilidade dos controlos serem ultrapassados pelo órgão de gestão – pela sua posição a gestão pode ultrapassar os controlos com o intuito de obter ganhos pessoais, ou de a entidade sobreavaliar os resultados. Quem primeiro tem de estar consciente da utilidade do CI é o órgão de gestão;
- Erros de julgamento em resultado de informações inadequadas, o órgão de gestão pode efetuar erros de julgamento no processo de tomada de decisão, os trabalhadores podem efetuar erros na realização de tarefas rotineiras;
- Conluio – existência de indivíduos em conjunto, ultrapassarem a segregação de funções para efetuarem irregularidades; e
- Não realização dos controlos – em resultado da não compreensão das instruções, de fadiga, descuido, ignorância.

Costa (2014) enumera mais algumas limitações, são elas:

- Dimensão da empresa – normalmente a implementação de um bom SCI é mais eficaz numa empresa de grande dimensão, no entanto qualquer entidade por mais

pequena que seja deveria de ter instituído um SCI ainda que menos informal ou sistematizado.

- Transações pouco usuais – O SCI é concebido para grandes rotinas, áreas e volumes de transações e quando se verificam transações pouco usuais ou áreas não controladas, estas escapam ao SCI;
- Utilização da informática – o uso da informática altera a lógica das atividades de controlo e envolve riscos ao nível de acessos, partilhas, seguranças e volatilidade.

O auditor deve avaliar os controlos, determinando se estes estão a ser aplicados eficazmente, com vista à satisfação dos objetivos das entidades e se previnem ou detetam e corrigem distorções materiais. A metodologia mais usual para o auditor compreender os controlos, segundo Almeida (2014), é através de testes de walkthrough. Estes testes são uma combinação de entrevistas, observações, análise documental, e reexecução, acompanhando uma transação desde o seu início até ao momento em que é evidenciada nas DF.

A avaliação do SCI deve de estar corretamente documentado e é um fator fundamental como instrumento de um planeamento do trabalho de auditoria de forma eficiente e eficaz. Desta forma os auditores documentam o entendimento do SCI, recorrendo ao registo da informação através de narrativas dos processos, indicação dos controlos relevantes, questionários padronizados e fluxogramas.

Capítulo III - Trabalho de Campo

1. Procedimentos Analíticos

A ISA 520 - Procedimentos analíticos - revela-nos a definição de procedimentos analíticos, como *“apreciações da informação financeira através da análise de relações plausíveis não só entre dados financeiros como não financeiros”*. Os procedimentos analíticos também abrangem a investigação de flutuações que sejam inconsistentes com outra informação relevante ou que difiram dos valores esperados, e quando tal acontece, deve o auditor investigar tais diferenças executando procedimentos adicionais.

Barros (2010), citando o POB, evidencia que os procedimentos analíticos envolvem comparações de valores registados para o desenvolvimento das expectativas do auditor.

O autor referido anteriormente, procedeu a um estudo em Portugal, tendo como base outros estudos efetuados no estrangeiro e nas suas conclusões mostra que a aplicação de procedimentos analíticos, tanto pode ser usada no planeamento, na execução como na revisão global. Estas conclusões contrariam as obtidas no estrangeiro em que os auditores incidiam a maioria dos testes analíticos apenas na revisão final. Embora as normas que abordam este assunto (ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente e ISA 520 – Procedimentos analíticos) apenas o referem para a fase de planeamento e da revisão final.

Os mesmos estudos revelam que os objetivos dos procedimentos analíticos nas diversas fases visavam o conhecimento do negócio e do sector, tal como a sinalização de erros, como objetivos prioritários e a redução de testes de detalhe e a continuidade da entidade como objetivos secundários.

Arens et al, (2012), vão de encontro à definição da ISA e referem que os procedimentos analíticos são compostos:

- Comparação os dados do cliente com os dados do sector. Esta comparação permite conhecer o negócio do cliente e a probabilidade de fracassos financeiros;
- Comparação os dados do cliente do período, com os dados do período antecedente, nomeadamente alguns itens do balanço, o total do balanço, calcular rácios e relações percentuais e compara-las com anos anteriores;

- Comparação dos dados do cliente com os dados previsionais previstos pelo cliente, esta comparação permite o apuramento de áreas que podem conter potenciais erros;
- Comparação dos dados do cliente com os resultados esperados pelo auditor. O auditor faz uma estimativa do que um saldo de conta deve ser, relacionando-a outra conta ou contas do balanço, ou da demonstração de resultados; e
- Comparação dos dados do cliente com os dados esperados usando dados não financeiros. Sendo o maior problema do uso deste procedimento a averiguação da precisão dos dados.

Pinho (2009), citando o AICPA, complementam o que foi referido enquadrando os procedimentos analíticos de auditoria em quatro diferentes tipos, segundo a sua natureza, apontando para uma ordem crescente de complexidade:

- Análise de tendências;
- Análise de rácios;
- Testes de razoabilidade;
- Análise de regressão.

Costa, (2007), defende o uso de procedimentos analíticos substantivos previamente ao uso de outros testes de pormenores com o objetivo de melhorar a eficiência e a eficácia da auditoria.

No entanto o mesmo autor alerta que o uso abusivo destes procedimentos subverte as virtualidades da ferramenta e enumera algumas situações a ter em consideração:

- Expetativas e previsões poderão não ser suficientemente precisas;
- Falta de fiabilidade dos dados a usar;
- Uso excessivo e inadequado do método, evitando relações e rácios inúteis;
- Aceitar explicações não realistas ou imprecisas das diferenças apuradas;

- Perseguir da mesma forma diferenças significativas e não significativas, aqui o conceito de materialidade faz todo o sentido;
- Colocar na análise de resultados pessoal pouco experiente, na medida em que esta análise requer um elevado nível de julgamento e treino.

2. Amostragem

2.1. Introdução

A definição dada pela ISA 530 – Amostragem de auditoria - é a aplicação de procedimentos de auditoria a menos de 100% dos itens dentro de uma população relevante para a auditoria, de tal forma que todas as unidades da amostra têm uma probabilidade de seleção, com o objetivo de proporcionar ao auditor uma base razoável sobre a qual extrai conclusões acerca de toda a população.

Assim, podemos dizer que amostragem consiste em selecionar parte de um todo com a finalidade de lhe aplicar procedimentos de auditoria por forma a concluir sobre a totalidade da população.

Surge então uma questão, “analisando apenas a amostra, as conclusões a que chegamos são as mesmas se analisássemos a população toda?” – a isto designa-se como risco de amostragem. Este reduz-se à medida que analisamos a população toda, mas isso teria custos bastante elevados e a relação custo/benefício deixaria de ser vantajosa.

Torna-se evidente que o mais importante é a identificação correta da população para que se possa alcançar os resultados esperados com os testes de auditoria.

Costa (2014), enuncia os itens específicos que a amostra deve considerar, tais como valores elevados, itens chave, elementos a partir de determinada quantia, itens para obtenção de informação e itens para testar as atividades de controlo.

2.2. Amostragem Estatística e Não Estatística, Vantagens e Desvantagens

Existem diversas diferenças entre amostragem estatística e não estatística mas o uso do julgamento do auditor em detrimento do uso de ferramentas estatísticas é talvez a diferença mais importante. No entanto, ambas devem ser criteriosamente selecionadas por forma a dotar o auditor de prova suficiente e apropriada (Almeida, 2014).

Rittenberg. L., et al, citado por Almeida (2014) evidencia as diferenças no seguinte quadro:

	Amostragem não Estatística	Amostragem Estatística
Dimensão da amostra	Determinada pelo julgamento do auditor	Determinada pela teoria das probabilidades
Seleção da amostra	Qualquer método que segundo o auditor seja representativo da população: casual, números aleatórios, tabelas de números aleatórios, etc.	A amostra deve ser selecionada aleatoriamente, para dar a cada elemento da população a mesma hipótese de ser selecionado
	O auditor também poderá optar por utilizar uma amostragem por blocos, por ex. analisar todas as transações que ocorreram nos últimos dias do ano.	A população a estudar também pode ser direcionada ex. análise de todas as transações ocorridas nos últimos 10 dias antes do fecho do exercício
Avaliação	Baseado no julgamento do auditor	A interferência estatística é usada para suportar o julgamento do auditor

Tabela 5 - Amostragem Estatística VS Amostragem Não Estatística

Fonte: Almeida, 2014, Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco, Escolar Editora

Apesar de serem diferentes ambas apresentam vantagens e desvantagens na sua utilização, a seguir elencam-se algumas, tais como:

Tipo de Amostragem	Vantagens	Desvantagens
Amostragem Estatística	<ul style="list-style-type: none"> . Mede o risco de amostragem . Reduz tempo e custos . Permite apresentação de resultados tempestivamente . Determina a amostra apropriada e eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> . Requer formação de pessoal específica . Requer software específico
Amostragem não Estatística	<ul style="list-style-type: none"> . Não necessita de software específico . É a mais usada, por ser mais simples em especial para pequenas populações 	<ul style="list-style-type: none"> . Usa o julgamento do auditor para determinar a dimensão da amostra . Não mede o risco de amostragem

Tabela 6 – Vantagens e Desvantagens da Amostragem Estatística e Não Estatística

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Almeida, 2014, Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco, Escolar Editora

Tal como refere a mencionada ISA, se o auditor conclui que a amostragem de auditoria não fornece uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada, deve:

- Ampliar os procedimentos de auditoria alternativos;
- Solicitar à administração a investigação das distorções identificadas e o potencial para distorções adicionais; e
- Ajustar a natureza e extensão dos procedimentos adicionais para atingir a segurança exigida.

3. Relatório

O culminar do trabalho de auditoria é feito com a emissão de um relatório, que segundo a DRA 700 – Certificação legal de contas – expressa a opinião de forma clara e concisa sobre se as DF apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da entidade, após um exame às contas. É talvez o único meio do auditor expressar e transmitir os resultados do trabalho efetuado.

Este relatório é do interesse das diversas partes interessadas na entidade, como referimos no ponto dois do capítulo I.

Por forma a minimizar o ruído na comunicação, as normas técnicas de auditoria estabelecem os modelos de certificação legal das contas que os ROC devem utilizar, não sendo admissíveis utilizações de expressões similares em substituição das referidas nos regulamentos profissionais.

O modelo de certificação legal das contas aplicável em Portugal deve ser observado por todos os ROC e está subdividido em parágrafos, uns de inclusão obrigatória e outros só incluídos quando se justifique.

Nesse relatório deve ser identificado:

- A natureza, e o objeto do trabalho, compõem a introdução, onde são identificadas as DF que foram alvo de análise, o nome da entidade analisada, a data e o exercício a que reporta. Numa CLC deve vir indicado os valores referentes ao total do balanço, do capital próprio e o valor do resultado líquido apurado, a fim de que o relatório não seja apresentado com DF que não foram analisadas;
- Deve haver uma descrição das responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios auditores. O principal objetivo, tal como já anteriormente referido, é o da redução das expectativas acerca do trabalho de cada uma das partes;
- Deve definir o âmbito do trabalho desenvolvido evidenciando que o trabalho foi realizado de acordo com as normas técnicas e a diretrizes de auditoria emitidas pela OROC. Deve ainda referir o grau de segurança obtido, tal como deve conter uma descrição sucinta do exame efetuado;

- Na secção da opinião, é onde os auditores expressam se o objetivo foi cumprido no caso das CLC. É emitida uma opinião acerca das DF e se estas apresentam a imagem verdadeira e apropriada da empresa de acordo com o normativo contabilístico aplicável (opinião expressa de forma positiva em que é obtida um grau de garantia razoável);
- Deve ter uma opinião acerca da consistência do relatório de gestão, com as DF; e
- Deve fornecer as razões pelas quais não foi emitida uma opinião limpa (ou seja, sem reservas e/ou ênfases).

Por fim deve ter a data do dia em que o auditor conclui o exame, sendo certo que esta data não pode ser anterior à data do relatório de gestão e das DF, devendo ser assinado pelo ROC responsável.

Os relatórios de auditoria podem ainda apresentar as seguintes formas:

- CLC
- Relatório de auditoria
- Relatório do auditor registado na CMVM sobre informação anual
- Relatórios com opinião expressa na negativa (exame simplificado em que só é obtida segurança moderada)
- Relatórios sobre trabalhos com finalidade especial

Os relatórios podem apresentar ênfases (matérias que não afetam a opinião, mas que o auditor considera importante chamar a atenção dos *stakeholders*) ou reservas (matérias que afetam a opinião), ambas, ou ainda opinião adversa (no caso distorções materiais muito significativas e o auditor achar que pode induzir os utentes das DF em erro).

Nos piores dos casos poderá ser emitida uma escusa de opinião. Isto acontece quando os auditores não estão em condições de expressar uma opinião, quer devido à inexistência das DF, quer devido ao facto destas existirem, mas não ser possível recolher prova suficiente e apropriada.

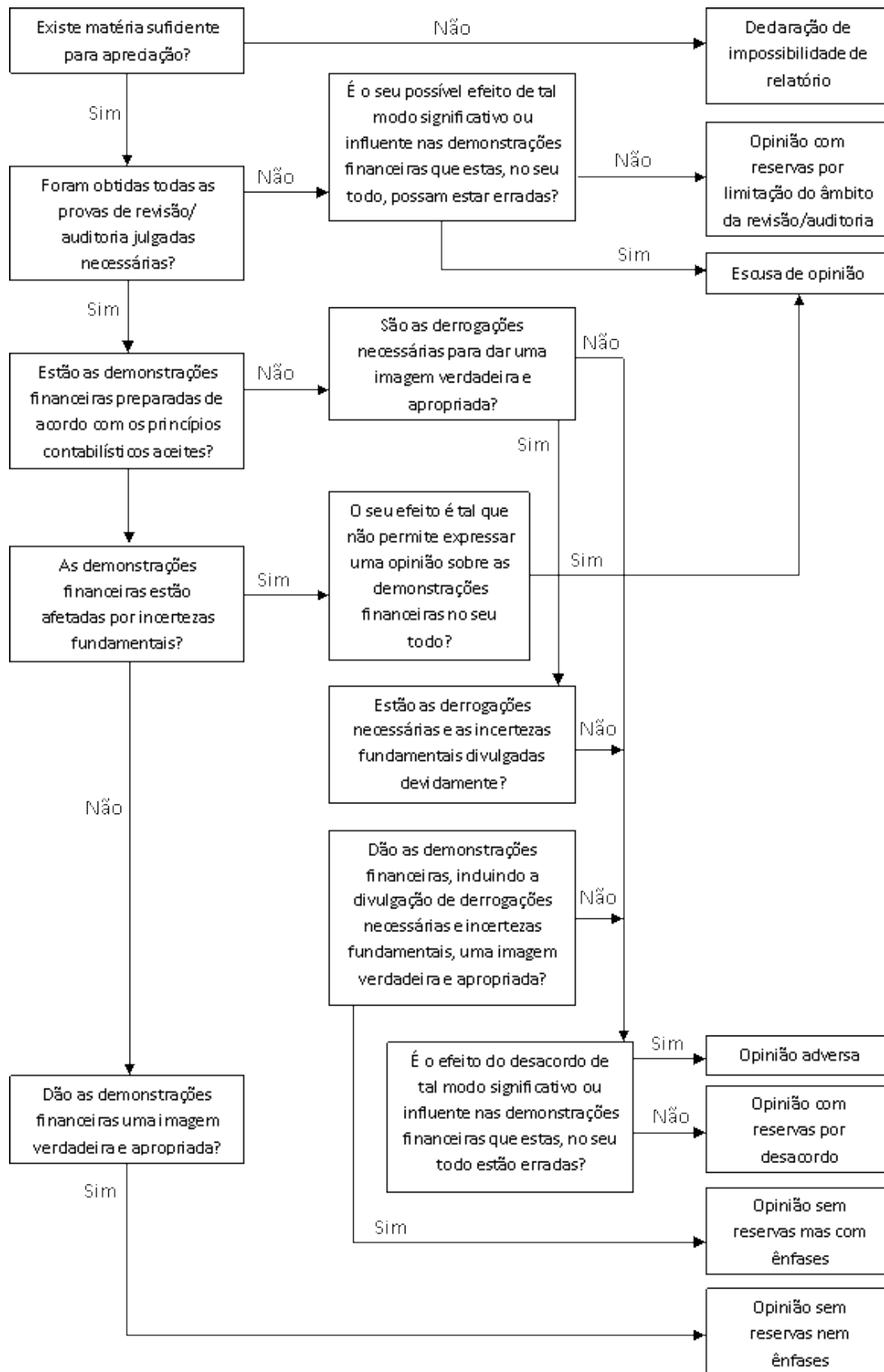


Ilustração 6 - Formação da Opinião do Auditor/Revisor

Fonte: Almeida, 2014, Manual de Auditoria Financeira: uma análise baseada no risco, Escolar Editora

4. Eventos Subsequentes

O auditor após a conclusão da auditoria, não tem obrigação de acompanhar o cliente (embora o deva fazer visando a forma como a entidade implementa as medidas de correção necessárias e por si sugeridas). Contudo, se algum tipo de informação chega à sua atenção, que afete a confiança ou a interpretação das demonstrações já auditadas, o auditor tem a responsabilidade de determinar se os utilizadores da informação auditada vão ser afetados negativamente pelas demonstrações lançadas anteriormente. Para tal deverá responder afirmativamente a quatro questões que Knechel et al, (2007) enumeram:

- Os factos estavam disponíveis na data, ou antes, do relatório de auditoria ser emitido?
- Os factos são baseados em informação confiável?
- O efeito dos factos é relevante para as DF e consequentemente para o relatório de auditoria?
- Os utilizadores ainda estão à espera do relatório do auditor?

É com as respostas a estas perguntas que o auditor deve identificar quais os eventos que originam ajustes, o que vai depender do momento temporal, em que ocorrer tal como refere a ISA 560 – Eventos Subsequentes, segundo a mesma, podemos distinguir três momentos:

1. Reportes que ocorreram após a data das DF, mas antes do relatório de auditoria. Neste caso, o auditor deve avaliar todos os acontecimentos que possam ter um efeito materialmente relevante nas DF e estas devem ser ajustadas de modo a refletirem esses acontecimentos, para que o relatório de auditoria as tenha em consideração.
2. Reportes que ocorreram entre a data do relatório de auditoria e a data da assembleia geral convocada para aprovação de contas. Neste caso só tem obrigação de examinar os eventos que lhe foram reportados e considerar a hipótese de alterar as DF, realizando procedimentos de auditoria que entenda como necessários e emitir novo relatório de auditoria com as alterações decorrentes das DF.

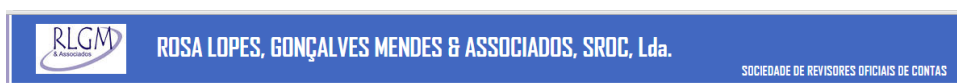
3. Reportes que ocorreram após a aprovação das DF em assembleia geral. O auditor não tem responsabilidades de fazer ajustes. No entanto se o evento for materialmente relevante e tenha ocorrido antes da emissão do relatório deveria o auditor ter tido conhecimento do evento. Se determinar que os utilizadores foram adversamente afetados, deve solicitar à gestão que as DF sejam alteradas de forma adequada e que sejam posteriormente divulgadas, devendo o auditor emitir um relatório de auditoria revisto, contendo um parágrafo sobre as razões para a revisão do relatório anterior. Este novo relatório deve ter a mesma data da das DF revistas.

Capítulo IV – Trabalho Realizado

1. Entidade Acolhedora do Estágio

1.1. Caracterização da Entidade

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda., adiante designada por RLGM, Lda. é uma sociedade de revisores oficiais de contas constituída em 1996 inscrita na OROC com o número 116 e sediada na cidade do Entroncamento.



Presta serviços de revisão legal de contas, auditoria às contas e serviços relacionados que são funções exclusivas dos ROC, tal como definido no art.º 40º do EROC.

Com uma estrutura e composição social que permite uma resposta rápida e de qualidade às necessidades dos clientes, sejam elas sociais, financeiras ou fiscais, é dotada de uma equipa com formação multidisciplinar, e uma enorme experiência prática dos principais sectores da economia, permitindo um perfeito conhecimento das necessidades dos clientes, garantindo assim um apoio eficaz e eficiente.

Atualmente presta serviços a mais de 150 empresas numa faixa territorial compreendida entre Algarve e Porto, Açores e Madeira.

1.2. Caracterização dos Clientes

De entre os sectores e indústrias com os quais a RLGM, Lda. colabora, destacam-se os seguintes:

AGRICULTURA		Agropecuária; Vinicultura.
AMBIENTE		Biocombustíveis; Tratamento de Resíduos; Turismo.
ASSOCIATIVISMO		Associações Nacionais; Associações Culturais; Associações de Urbanismo; Confederações.
AUTOMÓVEL		Aluguer; Comércio e Reparação; Comércio e Reparação de Pesados; Comércio e Reparação de Maquinaria Pesada.
COMÉRCIO		Aço; Cash and Carry; Comércio Abastecedor; Produtos Alimentares.
CONSTRUÇÃO		Comércio de Materiais de Construção; Empresas de Obras e Empreitadas Públicas; Empresas de Construção Civil.
INDÚSTRIA		Cerâmicas; Curtumes; Flocagens; Frio Industrial; Material Escolar; Papel; Produtos Alimentares; Produtos Químicos; Transformação de Plásticos.
INVESTIMENTOS		Imobiliárias; Sociedades Gestoras de Imóveis; Sociedades de Investimentos em Imóveis; Sociedades Gestoras de Participações Sociais.
TÊXTIL		Calçado; Confecções de Vestuário; Comércio de Vestuário;
PÚBLICO		Câmaras e Municípios; Empresas Públicas; Serviços Municipalizados.
SAÚDE		Farmacêuticas; Hospitais.
SERVIÇOS		Consultoria de Empresas; Consultoria Industrial; Ensino; Fundações; Lares; Museus; Trabalho Temporário; Transportes Colectivos e de Mercadorias.

Ilustração 7 - Sectores de Atividade onde a RLGM, Lda. Atua

Fonte: Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.

1.3. Valores e Cultura

Uma empresa não deve reger-se apenas por princípios económicos e financeiros. Como organização social, integrada numa sociedade em que os valores devem ser uma imagem identificadora, deve guiar-se por padrões e princípios éticos na condução dos negócios e assumir responsabilidades sociais.

Os valores de uma entidade são o seu substrato moral, que orientam a empresa no estabelecimento das metas e objetivos a alcançar, não menosprezando a qualidade do serviço prestado, e a procura da inovação. São os valores que permitem uma perceção completa da realidade que envolve a entidade auxiliando assim uma reação atempada face às mudanças que se vão operando nas diversas envolventes.

É dentro desta filosofia que a RLGM, Lda., tem definido um Código de Conduta Empresarial Ética, que norteia os que trabalham na empresa e para a empresa. Os principais valores defendidos são:

Ética - a empresa deverá reger-se sempre por princípios de ética e os seus colaboradores deve pautar a sua atuação por elevados padrões de integridade e honestidade;

Responsabilidade – as pessoas são a chave das organizações, pelo que a empresa incentivará a responsabilidade social e individual, garantindo aos que nela trabalham, uma adequada compensação e possibilidade de valorização e realização pessoal;

Legalidade – a empresa e os seus colaboradores comprometem-se a desenvolver a sua atividade em total conformidade com a lei, onde quer que a mesma se desenvolva;

Confidencialidade – os colaboradores devem garantir a confidencialidade sobre assuntos da empresa e dos seus clientes;

Princípio da não concorrência – os colaboradores comprometem-se a não exercer

qualquer atividade profissional externa que seja concorrente com as atividades da empresa; e

Igualdade de oportunidades – a empresa compromete-se a promover a igualdade de oportunidades para todos os seus colaboradores, no respeito pela sua integridade moral.

1.4. Estrutura Organizacional

A RLGM, Lda. apresenta uma estrutura horizontal, funcionando em equipa na execução do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

A RLGM, Lda está estruturada da seguinte forma, a nível superior estão os quatro sócios, três são ROC e um não ROC, que têm a seu cargo a administração da empresa e são o primeiro e principal contacto com os clientes. Estes são responsáveis pelo planeamento, orientação e execução dos diversos trabalhos, acompanhando, analisando e revendo sobre a forma como os trabalhos são realizados.

A RLGM, Lda. tem sete colaboradores auditores sendo seis internos e um externo, estes são responsáveis pela execução do trabalho de campo, nomeadamente inspeções físicas e documentais, preparação de pedidos de confirmações externas, análise de movimentos e dos saldos de contas.

2. Tarefas Realizadas por Áreas

2.1. Introdução

Devido ao facto do estágio iniciar numa altura em que se procedia ao encerramento do trabalho de auditorias financeiras, a primeira parte do plano de auditoria (planeamento) não foi por mim totalmente acompanhada. Assim, as atividades que irão ser descritas de forma mais aprofundada são referentes a procedimentos substantivos.

Os mapas de trabalho usados na empresa são especificamente criados pela e para a mesma, pelo que não serão aqui apresentados. No entanto apresentarei alguns dos mapas do programa de auditoria DRAI2, que existe na empresa e que serviram de base à elaboração dos referidos mapas.

O DRAI2, *dossier* de revisão/auditoria informatizado, é um dos sistemas de informação aplicado por muitas sociedades de revisores oficiais de contas, que permite uma maior rapidez e qualidade no desenvolvimento do trabalho de revisão/auditoria, proporcionando um tratamento rápido dos dados, e reduz o tempo despendido na elaboração de tarefas rotineiras.

Esta aplicação, para além de fazer a integração automática dos dados, tratando-os e analisando-os, permite identificar erros, problemas e encontrar soluções. Outra das suas características importantes é o facto de possuir vários tipos de questionários com o objetivo de avaliar o risco, a materialidade e o controlo interno, definindo assim uma estratégia de auditoria.

2.2. Planeamento

Como tarefa inicial, foi-me dado a conhecer, por forma a completar, o *dossier* corrente de alguns clientes. Este *dossier*, contém os respetivos programas de auditoria para cada área, assim como as DF que servirão de suporte à auditoria. Sempre que as DF não constarem, terá de ser efetuada uma solicitação ao cliente para que as disponibilize, a fim

de efetuar o carregamento do SIG⁹, de modo a obter mapas comparativos e uma análise por rácios.

Normalmente também são pedidos os extratos à data do fim do exercício (habitualmente 31/12), ficheiros de faturação, ficheiros de processamento de salários, comprovativos de entrega das retenções, listas de inventário entre outros. Estes documentos serão tratados e analisados. Desta análise constam, recálculos e confirmações de saldos. Posteriormente farão parte da documentação de trabalho e serão arquivados no *dossier* corrente.

No carregamento dos dados deve-se ter em atenção o equilíbrio do balanço (que tem um controlo automático), como ao desdobramento do saldo de conta de clientes, fornecedores e outros devedores e credores, que por vezes o sistema regista pelo líquido.

Ainda no planeamento é efetuada uma análise às variações do balanço, resultados, e rácios (ver anexo 2, 3 e 4), cujo objetivo é evidenciar áreas onde o auditor deverá ter maior atenção.

Nesta fase é também elaborado um documento com o conhecimento do negócio, cujo objetivo é o de auxiliar no planeamento da auditoria, onde são abordados assuntos como princípios contabilísticos, regulamentação específica, descrição e natureza da atividade, os produtos, formas de financiamento entre outros.

Existem alguns mapas de trabalho, que são ultimados no cliente, mas que são preparados quando se procede à preparação da auditoria (ver anexo 6).

Com base nos dados conhecidos da entidade e no historial de auditorias anteriores ao mesmo cliente, nesta altura do planeamento deve ser calculado o risco de auditoria (ver anexo 5). Para tal, deve-se responder a algumas questões que envolvem quer o meio ambiente, quer aspetos relacionados com o órgão de gestão, aspetos contabilísticos e financeiros, dos sistemas de informação utilizados, e da empresa de auditoria. No final consoante a pontuação total das questões respondidas, é dado o nível de risco, que se traduz em alto, médio ou baixo.

Simultaneamente é calculada a materialidade conforme documento anexo (7), que é definida consoante se basear em volume de negócios, total do ativo ou no resultado antes de impostos, ou ainda optar por definir o nível de materialidade livremente.

⁹ Programa em Excel onde são inseridos os valores constantes no balancete do exercício em análise, se for um cliente novo, inserem-se os dados relativos aos dois exercícios anteriores.

Como exemplo apresenta-se de seguida o cálculo da MG com base nos indicadores de referência apresentados no quadro número dois.

Não considerando fatores qualitativos, iremos calcular a materialidade com base nos Resultados Antes de Impostos (RAI).

	Rendimentos	Ativo líquido	Capital próprio	RAI
2012	132.279.450,00 €	104.082.150,00 €	57.185.575,00 €	17.567.730,00 €
Estimativa para 2013	138.716.770,00 €	94.408.890,00 €	56.523.100,00 €	25.336.080,00 €

	Mínimo		Máximo	
	%	Valor	%	Valor
RAI	5%	878.386,50 €	10%	1.756.773,00 €
Total de rendimentos	0,50%	661.397,25 €	2%	2.645.589,00 €
Total do ativo	0,50%	520.410,75 €	2%	2.081.643,00 €
Total do capital próprio	1%	571.855,75 €	5%	2.859.278,75 €

Se o auditor concluir que os erros combinados são inferiores a 878 386, 50€, então as DF estão adequadamente apresentadas, se o risco combinado é maior que 1 756 773€, como é de esperar as DF não estão adequadamente representadas. Os erros combinados entre estes dois limites, devem ser cuidadosamente analisados e o auditor deve aplicar o mesmo procedimento para os outros indicadores (total de rendimentos, total do ativo ou total do capital próprio).

As áreas de auditoria trabalhadas segundo o DRAI2 são identificadas por letras e decompõem-se da seguinte forma:

- A Ativos Intangíveis e depreciações
- B Ativos fixos tangíveis e depreciações
- C Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento
- D Inventários
- E Clientes, vendas e prestação de Serviços
- F Outras Contas a receber e a Pagar
- G Acionistas
- K Meios Financeiros Líquidos

L	Acréscimos e Diferimentos
M	Fornecedores Compras e fornecimentos
O	Financiamentos Obtidos
P	Provisões
Q	Estado e outros Entes Públicos e Impostos
S	Capital Próprio
V	Gastos e Rendimentos
W	Pessoal e Gastos com Pessoal
Z	Responsabilidades, compromissos e Contingências

No que respeita ao menu de secções administrativas, este compreende as secções de I a XIV:

- I. Documentos de prestação de contas;
- II. Assuntos à atenção do responsável do trabalho;
- III. Correspondência;
- IV. Indicadores de gestão mais significativos;
- V. Resumo de reclassificações e ajustamentos;
- VI. Revisão do trabalho de Revisão/Auditoria;
- VII. Assuntos a tratar em próxima visita;
- VIII. Memorandos, relatórios e cartas de recomendações;
- IX. Declaração do órgão de gestão;
- X. Livros das sociedades;
- XI. Planificação de revisão/auditoria;
- XII. Assuntos administrativos;
- XIII. Eventos subsequentes à data do balanço; e,
- XIV. Aceitação do trabalho.

Cada secção administrativa incorpora o seu índice bem como questionários relativos à parte administrativa do trabalho de revisão.

De salientar que durante a realização do estágio não foram abordadas todas as áreas e neste relatório apenas serão descritas as áreas e tarefas efetuadas por mim no decorrer do estágio.

2.3. Procedimentos

B – Ativos Fixos Tangíveis e Depreciações

A conta de ativos fixos tangíveis reflete segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 7 – Ativos fixos tangíveis

as quantias escrituradas referentes aos itens tangíveis da entidade que têm como finalidade o uso na produção, o fornecimento de bens ou serviços, o arrendamento a outros ou para fins administrativos, e se espera que sejam usados durante mais do que um período.

Estando estes ligados à atividade da empresa, estão sujeitos por regra, a desgaste, que consequentemente, será materializado na conta de depreciações acumuladas e registado como gasto do exercício.

Na fase de planeamento desta área, é analisado: o saldo de abertura das contas, se conferem com os saldos de fecho do ano anterior; o mapa comparativo com anos anteriores onde é analisada a evolução da conta por forma a identificar variações que são consideradas materiais.

Serão objeto de análise também:

- Verificação através de faturas (compra ou venda);
- Extratos de conta a fim de verificar os movimentos contabilísticos de suporte;
- Fichas de imobilizado (quando existem);
- Análise do mapa de amortizações;
- Verificação física, a fim de identificar ativos obsoletos ou danificados. Neste caso o auditor deverá verificar se o seu valor contabilístico excede ou não o seu valor recuperável, caso exceda, deverá constituir perdas por imparidade;
- Confrontação das certidões dos registos nas finanças com os registos da contabilidade, a fim de verificar a sua propriedade.

Em termos de procedimentos substantivos, nesta área efetuamos:

- Analise às amortizações e comparámo-las com o valor do ativo fixo, quer no total, quer por classes de ativos;
- Avaliámos se o método de amortização é adequado, se houve alterações e se estas estão adequadamente divulgadas no anexo;
- Verificámos a evolução dos ativos fixos através de um mapa comparativo a fim de se aferir a sua razoabilidade;
- Verificámos a existência de um ficheiro de registo de ativos fixos e se o mesmo está atualizado. Posteriormente, reconciliamos os valores constantes do ficheiro com as respetivas contas do balancete. Nas empresas com as quais tive contato, é o ponto que mais irregularidades apresenta, na medida em que ou não existe ficheiro ou então existe, mas encontra-se desatualizado;
- Obtivemos uma listagem dos abates efetuados durante o exercício e verificámos a adequação das respetivas amortizações tendo em consideração o mês do abate;
- Analisámos a cobertura de seguros e verificámos os respetivos diferimentos, caso se verifiquem; e
- No caso de ter sido feita alguma reavaliação para que os ativos reflitam o seu valor de mercado, verificámos se a revalorização foi aplicada a toda a classe de ativos e não só apenas a um ativo isolado. Também analisámos o relatório do avaliador para aferir a sua razoabilidade.

Outro procedimento substantivo realizado nesta área é o teste às imparidades dos ativos de acordo com as normas aplicáveis, mas o referido teste não foi aqui referido nem exemplificado uma vez que não tive oportunidade de o realizar.

C – Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimentos

Esta foi uma área pouco trabalhada por mim, uma vez que a maioria das empresas onde participei nas auditorias não dispunham de investimentos financeiros, apenas um cliente tinha participação no capital de outra e apresentava o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), na sua contabilização.

A NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas - refere que o investimento numa associada deve ser registado pelo método do MEP e define o que é o MEP

Este é o método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo, sendo posteriormente ajustado com base nas alterações verificadas, após a aquisição, no capital da investida, em função da quota-parte do investidor ou do empreendedor.

Assim um dos meus objetivos na análise desta conta foi verificar a titularidade da participação financeira, a correta contabilização do MEP de modo a que este reflita todas as alterações de valor do investimento, em função da percentagem de detenção no capital próprio e a sua divulgação adequada nas DF.

D – Inventários

Segundo a NCRF 18 – Inventários - “*os custos dos inventários devem incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e nas suas condições atuais*”.

A mesma norma diz que “*os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo*”.

Saliento que apenas contactei com empresas que transacionam mercadorias, e que os testes à valorização do inventário não foram efetuados por mim.

Em virtude de ter iniciado o estágio em data posterior a 31/12/2013, não acompanhei os inventários finais, no entanto foi-me permitido efetuar o inventário intercalar numa instituição pública no âmbito da prestação de contas semestrais. Em algumas empresas apenas se procede à contagem física das existências no final do ano o que origina muitas vezes dificuldade na justificação das diferenças encontradas.

A atividade do auditor relativamente às contagens físicas dos inventários consiste, em observar os procedimentos seguidos pela empresa na contagem e no registo das quantidades, garantindo que os procedimentos adotados são válidos. No entanto, o auditor

não tem responsabilidades nem realiza contagens físicas, cabendo sim, tais funções ao órgão de gestão.

O processo de inventário foi acompanhado por uma equipa de auditoria durante dois dias. No primeiro dia optámos por fazer parte de uma das equipas de contagem, o que nos permitiu obter um conhecimento mais aprofundado dos erros e anomalias ocorridas. No segundo dia efetuámos verificações pontuais a itens previamente seleccionados pela equipa de auditoria.

As equipas eram compostas por duas pessoas, sendo uma delas um funcionário do armazém, assistido por outra pessoa com outras funções na entidade. Teriam na sua posse as listagens de inventário, com a omissão de informação quantitativa a fim de se aferir as quantidades, a localização e a referência dos bens.

Os itens foram seleccionados através de listagens de inventários valorizadas e enviadas pelo cliente, a fim de efetuarmos uma serie de procedimentos, de modo a seleccionar os elementos que seriam por nós verificados. Esses procedimentos consistiram em seleccionar os bens de maior valor, que teriam maior impacto no valor global dos inventários.

No final da contagem foram confrontadas as diferenças encontradas tendo em atenção os seguintes itens (referencia, localização, quantidades e valores).

Das diferenças encontradas, podem ocorrer diversos cenários:

- Diferença nas quantidades;
- Na valorização dos inventários originando subvalorização ou sobre valorização. Neste caso deve recorrer a faturas de compra a fim de confirmar o seu valor; ou
- Existem bens obsoletos e como tal, deve ser constituída imparidade.

Posteriormente foram solicitadas por nós listagens atualizadas e assinadas pelo responsável. A listagem que foi arquivada no *dossier* corrente para servir de prova.

Após a contagem efetuei o relatório escrito que evidenciava:

- Entidade/Empresa;
- Data de Acompanhamento das Contagens;
- Data do Relatório;
- Identificação do auditor que acompanhou o inventário e elabora o relatório;

- Notas decorrentes do acompanhamento das contagens físicas, antes, durante e depois;
- Aspectos observados, antes, durante e depois das contagens;
- Sugestões de melhoria; e
- Conclusões, relativamente aos procedimentos da empresa e itens contados.

E – Clientes, Vendas e Prestação de Serviços

Nesta área existem algumas situações em que é necessária uma especial atenção, por parte do auditor, nomeadamente no que diz respeito à concentração de vendas num número reduzido de clientes o que é por si só um elemento que deverá ser alvo de atenção. Outro assunto a ter em conta é a existência de transações significativas entre partes interessadas.

O processo de circularização é o procedimento utilizado para verificar a veracidade dos saldos de clientes. Esta circularização de clientes é feita através de fonte externa diretamente ao auditor. Este procedimento vai ser usado noutras áreas descritas á frente. (fornecedores, bancos, advogados).

Uma vez que nem todos os clientes são selecionados, na RLGM, Lda., a seleção faz-se pelos saldos de maior valor, clientes com saldos contrários à sua natureza (credores), saldos antigos e sem movimento e saldos nulos mas com movimentos elevados ao longo do ano. Bem como outros clientes que são selecionados de forma aleatória. Posteriormente são enviadas cartas em que é solicitada a confirmação ou não do saldo em determinada data. No caso dos clientes é colocado o saldo constante nas DF porque a asserção que importa averiguar é a existência ou não do ativo.

É então criado um mapa de controlo de circularizações (anexo 8) onde é colocado o nome do cliente, o valor que consta na contabilidade e o valor do saldo que o cliente respondeu através da circularização. Se houver discordâncias entre os saldos devem ser registadas no referido mapa de controlo de circularizações e posteriormente averiguadas as razões de tais diferenças. As respostas recebidas são arquivadas no *dossier* corrente na área em questão.

Se o procedimento de circularização não é satisfatório, devem ser efetuados procedimentos alternativos (*follow up*), nomeadamente verificação de cobranças com data posterior à circularização.

Após o procedimento concluído deve ser analisado o total de saldo circularizado, a percentagem de respostas concordantes e discordantes.

Deve ser pedido e analisado o mapa de antiguidade de saldos de clientes. Assim como analisados e comparados com períodos antecedentes, rácios económico/financeiros como por exemplo, o prazo médio de recebimentos (PMR anexo 4), a margem bruta. Se estes valores forem desajustados, poderá ser um indício de empolamento das vendas e consequentemente de resultados. A análise do PMR, permite-nos ter uma ideia de como a cobrança de dívidas está a ocorrer e a necessidade de ajustamentos nas cobranças duvidosas.

Ao analisar o mapa de antiguidade de saldos, podemos identificar quais os clientes que poderão oferecer maior risco de incobrabilidade, e no âmbito da revisão do modelo 22, segundo o artigo n.º 36¹⁰ do Código do Imposto sobre o Rendimento Coletivo (CIRC), podemos deduzir fiscalmente créditos de cobrança duvidosa, constituídos por ajustamentos de dívidas a receber, desde que verificadas determinadas condições:

- a) O devedor deve se encontrar em processo de insolvência e recuperação de empresas ou de execução;
- b) Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- c) Os créditos estejam em mora há mais de seis meses desde o respetivo vencimento e existam provas das diligências efetuadas para o seu recebimento.

Assim sendo atribui a cada período uma percentagem que deve ser aplicada ao saldo em dívida, a fim de constituir um ajustamento de dívidas a receber (>6 meses – 25%; >12 meses – 50%; >18 meses – 75% e >24 meses – 100%). De salientar que existem exceções a esta regra, segundo o referido artigo, são elas: o estado ou outros créditos de entidades públicas; créditos sobre pessoas singulares ou coletivas que detenham mais de 10% do capital da empresa ou sobre membros dos seus órgãos sociais, saldo determinadas exceções; e créditos sobre empresas participadas em mais de 10%, salvo determinadas exceções.

Além deste processo é efetuada a confirmação do adequado processamento contabilístico como clientes de cobrança duvidosa.

No que diz respeito às vendas e prestações de serviços, um dos procedimentos que deve ser feito é a comparação desta conta com anos anteriores, se houver alterações

¹⁰ Em vigor no ano de 2013.

significativas, averiguar se tais diferenças dizem respeito a sazonalidade, quebras de produção/vendas ou se por outro lado não dizem respeito ao período sujeito a auditoria, influenciando erradamente o volume de vendas e consequentes resultados. Esta prática inadequada deve ser atentamente analisada, pois tende a acontecer com alguma frequência.

Com base nas vendas e prestação de serviços são selecionados documentos (faturas, notas de crédito, notas de débito) de elevado valor, assim, como outras que são selecionadas de forma aleatória, e na ocasião de deslocação á empresa, deve o auditor solicitar cópias ou suporte digital das mesmas. Na análise destes documentos devem ser tidas em consideração algumas questões, nomeadamente, se os dados do documento respeitam os requisitos legais exigidos pela lei portuguesa.

Uma situação a ter em conta diz respeito às notas de crédito, uma vez que devem corresponder ao período em causa. Neste caso os auditores devem solicitar ao cliente notas de crédito do início do período seguinte com o objetivo de confirmar essa situação.

K – Meios Financeiros Líquidos

Ao analisar as disponibilidades, o auditor deve considerar os princípios contabilísticos subjacentes a cada conta, sendo que esta rubrica se subdivide em caixa, depósitos bancários, outros depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros.

No que respeita a esta área, apenas abordarei aquelas que se encontram de uma forma geral em todas as empresas com que trabalhei, caixa e depósitos bancários.

Os riscos inerentes a esta área consistem no erro do montante de depósitos à ordem registado pela empresa, na existência de itens de reconciliação que configurem erros na contabilidade e na existência de montantes não reconciliados pela empresa.

Tal como refere Costa (2014), os meios financeiros líquidos são, de todos os ativos de uma empresa, os mais vulneráveis a ponto de serem objeto de apropriação indevida por parte das pessoas que trabalham na empresa alvo de auditoria. Por isso o montante a existir em caixa deverá ser o mais baixo possível, apenas para fazer face a pequenos pagamentos. Esta área permite avaliar a capacidade da empresa de solver os seus compromissos a curto prazo, daí ser importante a sua cuidada análise.

Ao nível de procedimentos efetuados, ao caixa, destacamos os seguintes:

- A verificação da existência do saldo, e a sua composição. Não devem fazer parte deste saldo cheques pré datados, selos de correio, cheques sacados por terceiros e que tenham sido devolvidos ou então de vales de caixa. A contagem física deverá ser efetuada de surpresa na presença do responsável pela guarda de fundos

- Análise da folha de caixa a fim de verificar movimentos pouco usuais ou de elevado montante. A cópia da folha de caixa deverá ser guardada no *dossier* corrente, a fim de fazer parte dos papéis de trabalho.

- Análise das variações ocorridas entre a data do balanço e o ano precedente e obter justificações para tais ocorrências.

Nas empresas onde passei, ao contrário do que é referido nos livros, nunca era adotado o fundo fixo de caixa.

Em depósitos bancários um dos procedimentos mais importantes é a circularização de bancos, que tem como objetivo verificar a existência dos saldos dos meios líquidos financeiros à data do balanço. A circularização de bancos consiste no envio de cartas às instituições financeiras com as quais a entidade se relaciona, estas cartas são assinadas pelos responsáveis da empresa e remetidas diretamente para o auditor. De salientar que nestas cartas não deve constar qualquer informação sobre os saldos evidenciados pela contabilidade.

Da mesma forma que nos clientes, caso não obtenha respostas satisfatórias, deve efetuar procedimentos alternativos, nomeadamente análise do envio de documentação enviada pela instituição de crédito ao cliente.

Outro dos procedimentos efetuados consiste em verificar se existem reconciliações efetuadas com regularidade e se existem itens por reconciliar antigos. O auditor deve obter uma cópia das reconciliações bancárias efetuadas, assim como da circularização dos bancos, que tal como já referimos, deve ser arrumada no *dossier* corrente na respetiva área para fazer parte dos documentos de trabalho. Nas empresas em que participei na auditoria a esta classe, quando o saldo do banco não coincidia com o saldo da empresa, normalmente devia-se a cheques em trânsito, sendo verificado se o seu desconto foi efetuado no mês seguinte.

É também importante aferir da adequada mensuração em divisas estrangeiras, mas nas auditorias em que participei, esta situação não ocorreu.

Ao mesmo tempo que efetuei análise a estas contas, efetuei procedimentos á conta de juros a fim de verificar a adequada especialização.

L – Acréscimos e Diferimentos

Esta área nunca é auditada de forma isolada, é efetuada simultaneamente com outras áreas. Desta forma, nas áreas correspondentes são descritos os procedimentos efetuados.

Ao longo dos trabalhos realizados tornou-se evidente que esta rubrica é por vezes descurada, ao ponto de os acréscimos de gastos não serem feitos, ou de não serem revertidos após o devido registo em gastos nos períodos seguintes. Esta situação era bastante evidente quando os gastos se referiam a gastos periódicos e de fácil estimativa, como é o caso dos consumos de água ou eletricidade.

M – Fornecedores Compras e Fornecimentos

Os riscos inerentes a esta área consistem no elevado número de transações que ocorrem numa empresa, tal como a tentação dos órgãos de gestão em subavaliar os gastos por forma a sobrevalorizar os resultados, ou sobrevalorizar gastos a fim de subvalorizar resultados.

Esta área alberga diferentes contas, tais como:

31 – Compras

62 – Fornecimentos e Serviços Externos

22 – Fornecedores

A auditoria tem em consideração a especialização do custo, verificando se este deveria ter sido diferido ou considerado como acréscimo de custos. Desta forma realiza-se simultaneamente a análise à área diferimentos no que respeita a custos.

Relativamente aos fornecedores, na RLGM, Lda. após a análise do balancete, estes são selecionados e circularizados da mesma forma que foram os clientes (área E). Normalmente, esta confirmação de saldos é efetuada com referência à data a que se referem as DF.

O principal objetivo pelo qual se faz a confirmação de saldos de fornecedores consiste em confirmar se todos os passivos resultantes de transações correntes (ou não), existentes ou incorridos à data das DF, estão refletidos e expressos no balanço pelos seus valores

apropriados. Nesta análise procura-se garantir que todos os passivos se encontram corretamente registados. Neste seguimento, nas cartas enviadas aos fornecedores, não devem constar os saldos registados na contabilidade da empresa.

Da experiência que obtive na análise de circularizações a fornecedores, muitas vezes os valores não coincidiam. De forma a averiguar as divergências, e na posse dos extratos enviados pelo fornecedor e dos extratos da contabilidade chegam-se ao(s) lançamento(s) que justificam esta diferença. Na grande parte dos casos, estas diferenças acontecem pela existência de faturas contabilizadas na contabilidade do fornecedor e que ainda não estão na contabilidade do cliente, ou pagamentos que a empresa regista mas só mais tarde são registados como recebimentos no fornecedor.

Por vezes estas diferenças complicam-se, não sendo, portanto, possível encontrar o motivo de divergência, indiciando que existe um possível ajustamento à conta, implicando que o auditor terá de planejar testes adicionais para concluir quanto à validade dos itens em reconciliação.

Um dos procedimentos analíticos realizados pela equipa de auditoria, era o cálculo da margem bruta comparativamente a anos anteriores. Em que uma margem elevada implica subvalorização dos gastos e consequentemente empolamento de resultados e vice-versa.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, visto que é uma conta bastante extensa, as contas analisadas são selecionadas com base na materialidade e relevância de cada subconta. Um dos principais problemas encontrados verifica-se no registo das faturas de serviços.

Os principais procedimentos utilizados consistem na análise da evolução de um ano para outro desta conta e compara-la com a mesma análise para as vendas uma vez que existe uma correlação entre as duas.

Na rubrica rendas e alugueres, através do contrato, afere-se a existência da despesa (débito) e a sua periodicidade. Deve ainda ser tido em consideração o princípio da especialização (os rendimentos e gastos são reconhecidos quando incorridos, independente do seu recebimento ou pagamento). Por vezes encontrava-se o registo da renda em gastos no ano corrente, correspondente à renda de janeiro do ano seguinte, não estando, portanto, corretamente contabilizadas, de acordo com o princípio da especialização.

No que respeita a seguros, a questão da periodicidade repete-se, na medida em que é necessário verificar com que regularidade estas despesas ocorrem (mensal, trimestral,

semestral ou anual) e se tal é registado tendo isso em consideração. Também a especialização do custo tem aqui uma relevância acrescida, na medida em que muitos seguros abrangem mais do que um exercício contabilístico. Nas empresas em que entrei em contacto com esta área, a especialização dos seguros era na grande maioria dos casos tida em consideração.

Outra situação que importa aferir é se nesta rubrica, os seguros com pessoal nomeadamente seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais não se encontram registados, remetendo-os para a área de pessoal.

Relativamente à subconta de honorários, torna-se importante verificar se estes se repetem ao longo do período, sendo o mais usual. Esta subconta engloba os advogados, auditores, entre outros. Na sua análise é importante verificar se o valor das retenções está devidamente registado na conta de Estado.

A subconta conservação e reparação engloba despesas de contratos de assistência técnica, conservação e reparação do ativo imobilizado, quando estes não aumentem o seu valor e a sua vida útil. Nesse caso deverão ser lançados em imobilizado.

O – Financiamentos Obtidos

O principal objetivo nesta área é determinar, se os saldos evidenciados são legítimos, se não existem passivos não reconhecidos, se os saldos estão adequadamente valorizados e contabilizados, se são empréstimos contraídos pela empresa no decurso da sua atividade económica.

Um dos procedimentos mais importantes nesta área é confirmar junto do Banco de Portugal, a lista de responsabilidades do cliente a fim de confirmar se os valores que constam nos balancetes na conta 25 coincidem. Se os valores não coincidirem deve o auditor averiguar a razão. Nas auditorias onde participei a razão para não coincidir, passava por juros mal contabilizados.

No entanto existem responsabilidades que não estão refletidas na contabilidade e que constam no referido mapa de responsabilidades do Banco de Portugal, devendo esta informação ser alocada para o anexo ao balanço e à demonstração de resultados.

Se a auditoria for recorrente, obter cópia (ou digitalização) dos novos contratos de financiamento, se for uma auditoria a um novo cliente, deve obter cópias de todos os contratos em vigor para arquivar e servir de documentação de trabalho.

Além do procedimento acima referido, deve-se verificar a comparação dos juros com o período anterior, assim como razoabilidade dos juros contabilizados.

Sempre que haja reconciliações desta conta, deve o auditor confirmá-la e obter cópia para arquivar.

Também na análise desta deve ser tida em consideração os juros referente aos financiamentos, se estão bem calculados, contabilizados e se a periodização é tida em conta.

Q - Estado e outros Entes Públicos e Impostos

Outra das tarefas que realizei na maioria das auditorias em que participei, foi a verificação de pagamentos ao estado, nomeadamente, pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), retenções na fonte, pagamentos por conta, pagamentos especiais por conta e taxa social única. O procedimento passa por solicitar as declarações de não dívida às Finanças e à Segurança Social, assim como as declarações de IVA, mensais ou trimestrais consoante o caso específico de cada cliente, as declarações mensais de retenções na fonte e as de taxa social única. O objetivo é testar os cálculos, de modo a averiguar se os montantes a entregar/receber ao Estado foram os devidos e se foram cumpridos os prazos legalmente em vigor.

Assim, a conta 241 é creditada pelo imposto estimado para o período, sendo debitada pelo pagamento. Ou seja, o saldo credor é representativo de imposto a pagar, enquanto o saldo devedor evidencia valores que possam ser recuperados da empresa. Com este facto, esta conta poderá apresentar no balanço da empresa registos no ativo, saldo devedor, e registos no passivo, saldo credor.

Relativamente à conta 2411 – Pagamentos por conta, realizei testes ao pagamento especial por conta e ao pagamento por conta, sendo necessário obter por parte da empresa as suas guias e comprovativos de pagamento, assim como a sua confirmação através do modelo 22.

No caso do pagamento por conta este será pago em três prestações, tendo como prazos limite julho, setembro e dezembro (caso o ano civil coincida com o ano fiscal), sendo cruzados com as guias de pagamento de Imposto sobre o Rendimento Coletivo (IRC). São solicitados também os comprovativos de pagamento. O saldo da conta será depois transferido para a conta 2415, quando se proceder ao apuramento do imposto liquidado.

Segundo o art.º 106 do CIRC, refere que, sem prejuízo dos pagamentos por conta, os sujeitos passivos ficam obrigados a um pagamento especial por conta, a efetuar durante o mês de março ou em duas prestações, março e outubro (caso o ano civil coincida com o ano fiscal), do ano a que respeita. O seu cálculo realiza-se da seguinte forma: a diferença entre o valor correspondente a 1% do respetivo Volume de Negócios (VN), com limite mínimo de 1.000€ e quando este for superior, é igual a este limite acrescido de 20% da parte excedente com o limite máximo de 70 000€, e o montante dos pagamentos por conta efetuados no ano anterior. Este pagamento é dedutível à coleta do próprio período de tributação e dos quatro períodos seguintes.

Como exemplo temos o seguinte:

Volume de negócios – 500 000€

Pagamento por Conta do ano anterior – 1 200€

Então o cálculo faz-se da seguinte forma:

$$1\% * 500\,000\text{€} = (5\,000\text{€} - 1\,000\text{€}) * 20\% = 800\text{€}$$

$$\text{Total a pagar } 1\,000\text{€} + 800 - 1\,200 = 600\text{€}$$

Se for pago em duas prestações o valor a pagar é 300€ em março e outros 300€ em outubro.

Na conta 242 - retenção de impostos sobre o rendimento- teve como principal objetivo de confirmar a correta mensuração e contabilização do IRS quer de dependente, quer de independentes, de retenções de capitais e de retenções prediais. A análise efetuada a esta conta consiste em verificar se os registos constantes na contabilidade ao longo do ano, conferem com os registos efetuados pelas Finanças. No entanto como as quantias retidas são entregues no mês seguinte aquele em que foram deduzidas, normalmente solicita-se o comprovativo de pagamento das retenções de dezembro e que só são pagas em janeiro do ano seguinte.

Relativamente ao IVA conta 243 – Imposto sobre o valor acrescentado, um dos testes efetuados é o teste ao IVA, que com auxílio do Excel, consiste em simular, num determinado mês, através das faturas de compras e vendas, o valor do IVA apurado. Confirmar a sua correta contabilização e se consta na declaração de IVA.

Outro teste efetuado, é ao nível de correspondências entre contas, por exemplo se a conta 2432 tem contrapartidas com a conta 22, se conta 2432 tem contrapartidas com a conta 62, se conta 2432 tem contrapartidas com a conta 31. Por outro lado, se a conta 2433 tem contrapartidas com a conta 21 e se a conta 71 tem contrapartidas com a conta 2433.

A conta 245 - contribuições para a segurança social - credita-se pelas importâncias retidas para a Segurança Social respetivas às remunerações pagas ao pessoal e pelas contribuições da empresa para a Segurança Social, por contrapartida das contas relativas a custos (63) com pessoal/órgãos sociais e é debitada pelo pagamento das contribuições para a Segurança Social.

A análise prática que realizei consistiu na verificação nas bases de incidência das contribuições para a Segurança Social, se estariam corretamente mensuradas, registadas e pagas.

Numa das empresas que acompanhei, o método de contabilização do imposto sobre o rendimento era o método do imposto diferido. Por forma a compreender melhor o trabalho realizado, torna-se importante fazer um pequeno enquadramento do método e dos conceitos utilizados. Neste método é reconhecido o imposto corrente relativo ao período, assim como o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos efeitos fiscais do imposto sobre o rendimento, decorrente das normas fiscais, que têm impacto nos períodos seguintes. Traduz-se em acréscimos de quantias a pagar, que são recuperadas em períodos futuros, ou vice-versa, NCRF 25 – Impostos Diferidos.

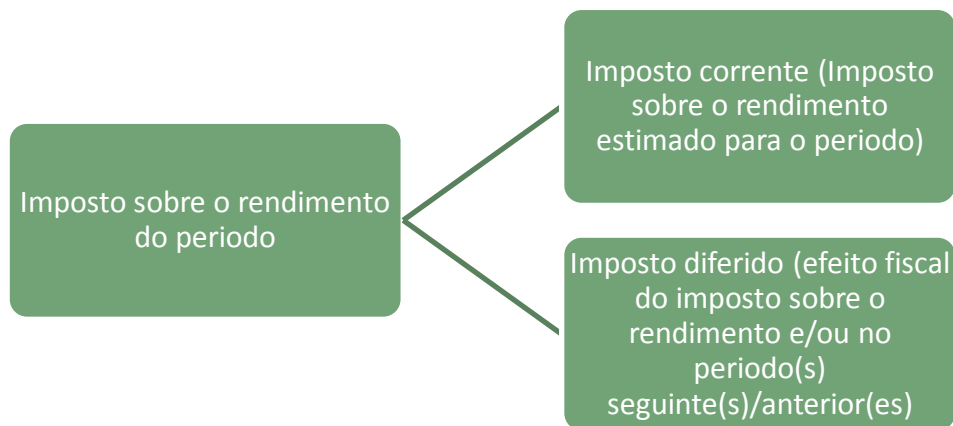


Ilustração 8 - Imposto sobre o Rendimento do Período

Fonte: Formação da OTOC, 2012, Impostos Diferidos

Tal como refere Gonçalves (2012),

A contabilização do imposto sobre o rendimento do período, pelo método do imposto diferido, contribui para a melhoria da qualidade informativa das demonstrações financeiras, pois fornece mais informação, na medida em que para além da divulgação do imposto corrente divulga as consequências fiscais futuras das transações e outros acontecimentos das entidades ocorridas no período.

Na visão de Costa e Antunes (2009), a génese dos impostos diferidos, é a divergência entre normas contabilísticas e normas fiscais, uma vez que em termos fiscais existem correções a efetuar ao resultado contabilístico apurado. Mas nem todas as diferenças contabilísticas e fiscais originam impostos diferidos, apenas as diferenças temporárias originam impostos diferidos. Ou seja, os seus efeitos fiscais são suscetíveis de compensação em períodos seguintes ou que constituem compensações de períodos anteriores. As diferenças temporais podem ser de duas naturezas, tributáveis ou dedutíveis. Das diferenças temporárias dedutíveis, resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (menos imposto a pagar) de períodos futuros quando a

quantia escriturada do ativo ou do passivo, seja recuperada ou liquidada. Das diferenças temporárias tributáveis, resultam quantias tributárias na determinação do lucro tributável (mais imposto a pagar) de períodos futuros, quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo, seja recuperada ou liquidada.

Das diferenças temporárias dedutíveis, deveremos reconhecer hoje, as quantias de imposto que iremos pagar a menos no futuro, decorrentes de factos ocorridos até ao presente – ativos por impostos diferidos.

Das diferenças temporárias tributáveis, deveremos reconhecer hoje, as quantias de imposto que iremos pagar a mais no futuro, decorrentes de factos ocorridos até ao presente – passivos por impostos diferidos.

Um ativo por imposto diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto que seja provável que exista um lucro tributável relativamente ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. A não ser, que o ativo por imposto diferido resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que não seja uma concentração de atividades empresariais, e no momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Decorrente do exposto, ativos por impostos diferidos, são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros respeitante de:

- Diferenças temporárias dedutíveis;
- Reporte de perdas fiscais não utilizadas; e
- Reporte de créditos tributáveis não utilizáveis.

Um passivo por imposto diferido são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis, como exemplos temos:

- Excedentes de revalorização de ativos (reservas de reavaliação);
- Aumentos de justo valor, quando não forem fiscalmente reconhecidos como rendimentos.

Segundo a NCRF 25 – Impostos Diferidos – *“os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais, que se espera que sejam de aplicar no período em que seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas à data do balanço”*. Para o cálculo das taxas fiscais, deve atender-se à taxa de IRC, à derrama municipal e à derrama estadual.

Na empresa em questão o método de contabilização do imposto sobre o rendimento era o método do imposto diferido. Fomos confrontados com uma reavaliação de um ativo por um perito avaliador (que origina passivo por imposto diferido) e por prejuízos fiscais no exercício contabilístico de 2012, sendo expetável a sua recuperação nos exercícios seguintes (que origina ativo por imposto diferido).

Desta forma, existia um imóvel registado pelo valor de 75 000€, tendo sido reavaliado por um perito avaliador por 120 000€. A vida útil estimada é de 50 anos e as depreciações acumuladas correspondem a 10 anos.

Custo de aquisição do imóvel em N-10=75 000€

Depreciação anual – $75\,000/50=1\,500\text{€}$

Depreciação acumulada= 15 000€

Quantia escriturada = 60 000€

Vida útil remanescente = $50-10= 40$ anos

Justo valor = 120 000€

Excedente de revalorização= $120\,000-60\,000= 60\,000\text{€}$

Depreciação de N= $120\,000/40=3\,000\text{€}$

Base contabilística = $120\,000 - 3\,000= 117\,000\text{€}$

Base fiscal = $75\,000- (15\,000+1500) = 58\,500\text{€}$

Considerando a taxa de imposto de 25% (IRC) +1,5% (derrama) = 26,5%

Base contabilística do ativo> Base fiscal do ativo

117 000€> 58 500€

Sendo a quantia contabilística do ativo maior do que o valor fiscal, temos passivo por imposto diferido.

Uma vez que a empresa não reconheceu o passivo por imposto diferido, foi sugerido pela equipa de auditoria o seguinte:

438/432	15 000,00 €	Anulação das depreciações acumuladas
432/5891	60 000,00 €	Reconhecer o excedente de revalorização
5892/2742	15 900,00 €	Reconhecer o passivo por imposto diferido
642/438	3 000,00 €	Depreciação do ativo no ano N
2742/8122	397,50 €	Reversão do imposto diferido
5891/56	1 500 €	Pela realização do excedente de reval. antes de impostos diferidos
56/5822	397,50 €	Pela realização do excedente de revalorização

Além de influenciar as DF, os impostos diferidos influenciam o modelo 22, na medida em que tanto as depreciações não aceites como custo, como a reversão do imposto diferido, vão a acrescer ao resultado líquido do período.

No caso do ativo por imposto diferido, no ano de 2012, foi constituído de forma correta o ativo por imposto diferido relativamente a um prejuízo fiscal no valor de 104 236,11€. No ano de 2013 a empresa apresentou um lucro tributável no valor de 66 348,65€. À luz do disposto do art.º 52º do CIRC, a dedução de prejuízos fiscais está limitada a 75% do lucro tributável, desta forma foi sugerido pela equipa de auditoria o seguinte:

8121/2413	13 186,79 €	Imposto corrente do período
8122/2741	13 186,79 €	Reversão parte do imposto diferido

Também no âmbito da revisão do modelo 22 o ativo por imposto diferido, vai a acrescer ao resultado líquido do período.

S – Capital Próprio

Embora esta fosse uma área pouco trabalhada por mim, os procedimentos que executei, consistiram em solicitar: a ata da assembleia geral onde era deliberado a aplicação de resultados e com ela confirmar se o resultado líquido foi distribuído da forma como foi lavrado em ata; verificar se as reservas estariam constituídas de acordo com o CSC e com os estatutos; analisar os movimentos do período através da obtenção dos saldos iniciais e finais.

Esta é uma área de particular interesse porque através dela podemos aferir a continuidade da empresa, quando o capital próprio é inferior a metade do capital social de

acordo com o art.º 35 do CSC. Este tipo de situação implica uma ênfase no relatório, situação que tive a oportunidade de verificar.

W - Pessoal e Gastos com Pessoal

Esta é uma área importante para a maioria das empresas, uma vez que esta representa grande parte do total dos gastos das empresas. No entanto é uma área onde o controlo interno é normalmente mais eficiente, na medida em que existem vários controlos paralelos, nomeadamente impostos e pagamento de salários, por tudo isto o nível de materialidade é baixo (Almeida, 2014).

Na empresa onde efetuei testes aos salários iniciei a minha análise com a verificação das fichas individuais de pessoal onde constavam dados como nome, morada, n.º contribuinte, n.º Segurança Social, situação familiar, data de admissão e função.

Posteriormente selecionei um mês e na posse dos recibos de vencimento, efetuei o processamento de salários, com recurso ao Excel (ver anexo 10), de alguns funcionários escolhidos por terem processamentos mais complexos (bónus, horas extraordinárias, ajudas custo estrangeiro) e outros de forma aleatória. O objetivo passava por confirmar se as taxas de Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) tinham em consideração a situação familiar descrita na ficha individual do trabalhador, se a sobretaxa incidia sobre os valores corretos e se o valor pago de subsídio de almoço se encontra dentro dos limites fixados por lei. Se excederam os limites verificar a incidência dos impostos, como IRS e Segurança Social.

De seguida verificava os respetivos pagamentos, se fosse por cheque, verificava se o cheque era nominativo, se o valor do cheque era o mesmo do recibo de vencimento. Se porventura o pagamento fosse por transferência bancária verificava a relação dos números de identificação bancária dos funcionários enviada ao banco.

Nesta rubrica os erros mais comuns que encontrei foram taxas de IRS mal aplicadas e penhoras de vencimento mal calculadas.

Após esta análise verificava se o total de retenções era o que constava da guia de pagamento ao Estado e o respetivo pagamento.

A verificação física dos funcionários, embora importante não foi possível de efetuar, uma vez que os funcionários se encontravam dispersos.

Além destes procedimentos, outro que efetuei consistiu em testes de razoabilidade referentes à despesa média mensal, encargos com a Segurança Social e estimativa de férias e subsídio de férias e de natal. Como exemplo, na empresa em que tive oportunidade de proceder a este tipo de análise, o número de meses a ter em conta eram os seguintes:

- 11 Meses de remunerações
- 3 Meses (em que um deles correspondente a 1 mês de férias, o seguinte ao subsídio de férias e por fim ao subsídio de Natal)

Pelo que os meses 11+1 teriam de estar registados na conta 631 – remunerações dos órgãos sociais, ou na conta 632 – remunerações do pessoal, conforme o caso.

Relativamente aos outros 2 meses (mês de férias e subsídio de férias) teria de garantir que estes estavam corretamente registados na conta 27 – acréscimos de Custos.

Resumindo, na minha análise teria de ter o registo correto nas seguintes contas:

63 – Remunerações ao Pessoal

11 Meses de vencimento correspondentes ao ano N e pagos em N.

1 Mês de férias correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Férias correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Natal correspondente ao ano N e pago em N

27 – Acréscimos de Custos

1 Mês de Férias, correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

1 Mês de Subsídio de Férias, correspondente ao ano N, mês a pagar em N+1

Outra situação com a qual me deparei em algumas empresas foi a presença de dois fundos, o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e (FGCT) e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Estes dois fundos foram instituídos pelo regime jurídico do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho que segundo o mesmo tem determinadas características, que exporemos a seguir.

O FCT que é um fundo de capitalização individual, é acionado pela entidade empregadora aquando do início de contrato de trabalho, que automaticamente aciona o FGCT, fundo este mutualista, ambos geridos pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. O FGCT destina-se, juntamente com o FCT, a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade da compensação devida ao trabalhador, por cessação do contrato de trabalho. Se a entidade patronal no final do contrato, não efetuar a

sua renovação, por facto não imputável ao trabalhador, deve indemnizar o trabalhador. Se o fizer, o FCT restitui as quantias pagas e a respectiva valorização positiva. Se o trabalhador não receber por parte da entidade patronal, todo ou parte da compensação que deveria ter recebido, deve o trabalhador acionar o FGCT e solicitar o reembolso do referido fundo que entregará ao funcionário a quantia que corresponderá a cerca de 50% do valor da compensação que deveria ter recebido.

A adesão a este fundo é obrigatório e beneficia apenas os trabalhadores cujos contratos se iniciaram a partir de 1 de outubro de 2013. No entanto existem exceções, são elas para contratos de trabalho de muito curta duração, ou para relações de trabalho abrangidas pelos regimes de vinculação de carreiras e remunerações da função pública.

O pagamento é mensal e corresponde a 1% do vencimento base e diuturnidades a que os trabalhadores tenham direito distribuído pelos dois fundos sendo 0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT.

Desta forma a entidade realiza doze pagamentos anuais, que correspondem a doze pagamentos mensais dos seus trabalhadores (os pagamentos não incidem sobre os subsídios).

O pagamento deste montante é efetuado até ao dia 20 de cada mês, mediante emissão de uma guia de pagamento.

A título de exemplo, um funcionário que tenha iniciado o seu contrato a 1 de Novembro de 2013, e cujo salário bruto seja de 1 000€, a entidade além dos descontos obrigatórios, deverá efetuar o seguinte cálculo e posterior pagamento, referente a estes fundos:

$$1\,000\text{€} \times 0,00925 = 9,25\text{€ (FCT)}$$

$$1\,000\text{€} \times 0,00075 = 0,75\text{€ (FGCT)}$$

A sua contabilização aquando do processamento do salário é efetuada da seguinte maneira:

Débito

4157 – Outros Investimentos Financeiros – FCT – trabalhador A – 9,25€

6357 – Encargos sobre Remunerações – FGCT – 0,75€

Crédito

2487 – Outras tributações – FCT e FGCT a pagar – 9,25€

2487 – Outras tributações – FCT e FGCT a pagar – 0,75€

No momento do pagamento:

Débito

2487 – Outras tributações – FCT e FGCT a pagar – 10€

Crédito

12 – Depósitos à Ordem – 10€

Enquanto assistente de auditoria, o meu trabalho consistiu em verificar a contabilização, a correta mensuração e o pagamento na data devida.

Comunicações da Auditoria e Considerações

Ao longo da auditoria às diferenças encontradas é sugerido ao cliente a sua correção, este se achar conveniente efetua as sugestões e recomendações. Após a finalização da auditoria, são preparados pela equipa os mapas finais onde consta um mapa com as notas finais da auditoria. Para que o auditor/sócio responsável tenha conhecimento quer das anomalias encontradas e corrigidas, quer das ainda não corrigidas, a fim de preparar uma reunião com a entidade auditada.

Nesta reunião é solicitada (caso não tenha sido anteriormente) a declaração do órgão de gestão, onde são evidenciadas várias afirmações. Esta declaração além de constituir prova, relembra o órgão de gestão das suas responsabilidades na preparação das DF. Esta deve ser assinada pela gestão e pelo técnico oficial de contas, a falta de uma ou de ambas as assinaturas, constitui uma limitação de âmbito, que dará lugar a uma reserva ou escusa de opinião consoante ache o auditor o mais adequado.

Após esta reunião, é solicitado pelos auditores as DF (caso ainda não as tenha, com a inclusão de todas as correções) finais a fim de emitir a CLC.

Dossier Permanente

O *dossier* permanente contém informações que o auditor considera importantes e que tenham de ser consultadas ao longo das auditorias presentes e futuras. O mesmo deve ser atualizado e revisto todos os anos, de forma a conter apenas documentos de interesse futuro. Segundo Almeida (2014), a suas principais finalidades são refrescar a memória do

auditor em relação a assuntos que se aplicam ao longo de vários exercícios; fornecer a novos elementos da equipa de auditoria informações sobre o modo como a empresa está organizada e sobre as suas principais políticas contabilísticas.

Os módulos que este *dossier* dispõe de acordo com o DRAI2, são: o “Índice” com as referências e respetivas descrições dos documentos que compõem o *dossier* permanente, relacionados com informações sobre a empresa; legislação aplicável; contratos e documentos importantes; relatórios e orçamentos; declarações obrigatórias; controlo interno e políticas e procedimentos contabilísticos; os “questionários de controlo interno”, aplicáveis às várias secções de trabalho de revisão/auditoria; e os “questionários de processamento eletrónico de dados”.

A minha função nesta área foi atualizar os referidos *dossiers* de alguns clientes.

Trabalho Especial – Entidades em Sector Não Lucrativo

Além das auditorias financeiras, que são aliás grande parte do trabalho, a RLGM, Lda. realiza outros trabalhos nomeadamente monitorização e validação de projetos. No caso em questão estive inserida num destes trabalhos numa organização não-governamental.

As Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL) como próprio nome indica não têm o lucro como objetivo final. Contudo o facto de responderem a finalidades de interesse geral que vão além da atividade produtiva, da venda de produtos ou da prestação de serviços, fazem com que seja justificado o reforço das exigências de transparência sobre as suas atividades, recursos e resultados.

O trabalho realizado, no decorrer do estágio, na temática das ESNL teve como alvo uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento – ONGD -de índole católica, que conta com voluntários e diversos técnicos, para desenvolverem projetos de cooperação e sensibilização tanto em Portugal como nos países lusófonos. Desta forma as minhas funções passaram pela validação da documentação no âmbito de um projeto na área do ensino da língua portuguesa, designado por Programa de Ensino de Qualidade em Português na Guiné – Bissau, cujo objetivo geral passa por melhorar a qualidade e a equidade da educação na Guiné – Bissau, através das seguintes atividades:

- Formação em exercício de professores do 1º e do 2º ciclo do ensino básico;

- Formação de professores do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário;
- Formação em educação de infância;
- Cursos de língua portuguesa como segunda língua;
- Formação em gestão e administração escolar e em gestão participativa e visitas aos estabelecimentos de educação para apoio na implementação do manual de procedimentos de gestão e administração escolar;
- Apoio à reabilitação/construção comunitária de salas de educação de infância,
- Apoio á criação e dinamização de hortas escolares;
- Formação piloto na área das necessidades educativas especiais; e
- Produção e emissão/distribuição de matérias pedagógicas e de materiais de divulgação de temáticas relacionadas com a educação, cidadania, necessidades educativas especiais, género, etc.

Estes projetos necessitam de recursos, quer materiais quer humanos, que pela sua dimensão precisam de ser auditados, contribuindo para a credibilização e transparência do projeto junto da sociedade e dos financiadores. Desta forma o trabalho por mim realizado consistia em validar não só os valores que constavam nos documentos, a sua concordância com o orçamento por rubrica e no total do projeto, como também, a elegibilidade da despesa, as datas e os recursos humanos afetos ao projeto.

3. Análise Crítica das Tarefas Realizadas

Durante o período do estágio, cerca de 22 semanas, integrei de forma relativamente fácil uma equipa de profissionais competentes e com elevada experiência profissional, que me permitiu crescer tanto a nível profissional, como a nível pessoal. Durante estas semanas foi-me dada a oportunidade de conhecer e trabalhar os mais diversos ramos de negócios. Mais do que conhecimentos na área da contabilidade financeira e auditoria, desenvolvi uma maior e melhor capacidade de adaptação aos vários contextos sociais e económicos onde trabalhei, assim como novas metodologias de trabalho. Tive a oportunidade de desenvolver diversas competências, como a utilização de diversas ferramentas informáticas (uma utilização mais eficiente do Excel e ferramentas de auditoria como o DRAI2), indo de encontro aos objetivos traçados para este estágio.

Na minha perspetiva, desempenhei as funções de forma empenhada, tentando sempre ser produtiva e eficiente.

3.1. Limitações

Dada a extensão da temática de auditoria financeira, pretendi com este trabalho chamar a atenção para os conceitos chave e procedimentos mais relevantes. Sendo o constrangimento dimensional a maior limitação.

Outra limitação deste trabalho foi temporal, devido ao facto de não ter conseguido desenvolver trabalhos aprofundados de controlo interno, que considero de elevada importância inserido num trabalho de auditoria. Uma vez que permite maior conhecimento da entidade e do seu meio, mas como já referido, tal não foi possível pelo *timing* em que decorreu o estágio.

Conclusões

Apesar de ter descrito os testes substantivos pelas várias áreas de auditoria, no processo de auditoria, as contas e/ou áreas não devem ser analisadas isoladamente. A contabilidade de uma empresa é representativa de um todo, é importante relacionar os diferentes itens, com o objetivo de não só compreender melhor, mas também de diminuir o tempo despendido na auditoria.

O presente relatório expõe o trabalho desenvolvido por uma assistente de auditoria integrada numa equipa de profissionais altamente competentes e treinados e pretende descrever os principais procedimentos realizados, que contribuíram para a solidificação de competências e para atingir os objetivos propostos para este estágio, cuja proposta se encontra em anexo.

No meu ponto de vista o estágio foi de encontro às expectativas, na medida em que me permitiu obter conhecimentos práticos acerca do trabalho de auditoria, que complementou os conhecimentos teóricos obtidos no percurso académico. Revestiu-se de extrema importância na medida em que percebi que a teoria se aplica à prática e que sem ela não é possível o desenvolvimento da função de auditor, mas também que a prática cimentou e fundamentou os conhecimentos teóricos. Esta percepção estimulou a minha vontade de exercer a profissão, ainda com mais vontade.

Reforço desta maneira a importância da realização de um estágio nesta área, esperando incentivar outros a que o façam, ciente dos ganhos obtidos.

Uma das percepções que tive no final do mestrado e após a conclusão do estágio é que o trabalho de auditoria é das áreas mais exigentes no mercado, porque além de elevados conhecimentos técnicos de contabilidade, auditoria, matemática, análise financeira, estatística, direito, fiscalidade, requer um esforço constante para adaptar estes conhecimentos às realidades empresariais que vai encontrando no decurso do seu trabalho, além de que são matérias em constante mutação o que exige uma atualização contínua. Além disso, o auditor tem de saber lidar diretamente com o cliente para obter esclarecimentos necessários à obtenção de informações relevantes para a execução do trabalho. Os prazos estabelecidos para os projetos introduzem a necessidade de deter uma elevada capacidade de gestão de tempo e conseqüentemente de resistência ao trabalho sob pressão.

Bibliografia

- Almeida, B. J. (setembro-dezembro de 2013). A independência do auditor em Portugal: o estudo teórico e empírico do remotness gap. *Revista Contemporânea de Contabilidade*.
- Almeida, B. J. (2014). *Manual de Auditoria Financeira – uma Análise integrada baseada no risco*. Editora Escolar.
- Almeida, B. J., & Silva, A. G. (novembro de 2013). Integração das teorias explicativas da auditoria no modelo de Accountability de Laughlin – análise teórica e empírica. *Revista Contabilidade e Gestão*.
- Arens, A., Elder, R., & Beasley, M. (2012). *Auditing and Assurance Services – An Integrated Approach*. Pearson.
- Aviso 15655/2009, de 7 de setembro, homologa as NCRF. (2009). *Diário da República*, 2ª série n.º 173. Secretaria Geral - Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Barros, C. (outubro/dezembro de 2010). A utilização e a Perceção dos Procedimentos Analíticos pelos Auditores. *Revista Revisores e Auditores n.º 51*.
- Barrote, I. (outubro/dezembro de 2010). A independência no trabalho do auditor na governação das empresas. *Revista Revisores e Auditores n.º 51*.
- CMVM. (2000). *Legislação/Regulamentos, Regulamento n.º 6/2000*. Obtido em 25 de setembro de 2014, de Comissão de Mercado de Valores Mobiliários: http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos/2000/Documents/a7b411ae96a34dc5a7df4291abc81b32Regulamento6_2000.pdf
- CNC. (2009). *Estrutura Conceptual SNC*. Obtido em 22 de maio de 2014, de Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/SNC%20-%20EstruturaConceptualDIS1409.pdf>
- CNC. (2009). *NCRF 13 – Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas*. Obtido em 20 de julho de 2014, de Comissão de Normalização Contabilística: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15655_2009_NCRF.pdf

- CNC. (2009). *NCRF 18 – Inventários*. Obtido em 20 de julho de 2014, de Comissão de Normalização Contabilística: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15655_2009_NCRF.pdf
- CNC. (2009). *NCRF 25 – Impostos Diferidos*. Obtido em 20 de julho de 2014, de Comissão de Normalização Contabilística: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15655_2009_NCRF.pdf
- CNC. (2009). *NCRF 7 – Ativos fixos Tangíveis*. Obtido em 20 de julho de 2014, de Comissão de Normalização Contabilística: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Aviso_15655_2009_NCRF.pdf
- CNSA. (2011). *Consulta Pública da Comissão Europeia – Livro Verde – Política de Auditoria: as lições da crise*. Conselho nacional de Supervisão de Auditoria.
- CNSA. (2014). Obtido em 23 de agosto de 2014, de Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria: <http://www.cnsa.pt>
- COSO. (2004). *ERM - Integrated Framework - Executive Summary*. Obtido em 28 de outubro de 2014, de Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission: http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary.pdf
- COSO. (2012). *Internal Control, Integrated Framework*. Obtido em 28 de outubro de 2014, de Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission: <http://www.coso.org/IC-IntegratedFramework-summary.htm>
- Costa, A. (julho/setembro de 2007). A Importância Crescente dos Procedimentos Analíticos em Auditoria. *Revista Revisores e Auditores n.º 51*.
- Costa, C. B. (2014). *Auditoria Financeira – teoria & prática*. Editora Rei dos Livros.
- Costa, E., & Antunes, J. (s.d.). *O que São e para que Servem os Impostos Diferidos*. Obtido em 29 de setembro de 2014, de <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/JornalNegocios9Marco.pdf>
- Curado, T. (2013). Apontamentos das aulas da unidade curricular de Auditoria Financeira, Escola Superior de Gestão de Tomar: IPT.
- DL 225/2008, aprova o CNSA. (2008). *Diário da Republica 1ª série n.º 226*. Assembleia da Republica.
- DL 442-B/88, aprova o Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas, redação da lei 2/2014 de 16 de janeiro. (2014). *Diário da Republica 1ª serie n.º 11*. Ministério das Finanças.

- DL 487/99 de 16 Novembro, na redação no DL 224/2008 de 20 de novembro, aprova o Estatuto dos revisores Oficiais de Contas. (2008). *Diário da Republica 1ª série n.º 226*. OROC.
- Finanças, M. d. (2013). *Legislação Comercial e das Sociedades Comerciais*. Coimbra: Almedina.
- Gomes, E. (janeiro/março de 2014). A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria. *Revista Revisores e Auditores n.º 64*.
- Gonçalves, C. (março de 2012). Impostos Diferidos. OTOC.
- IFAC. (2009). *ISA 200 - Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 210 – Aceitação dos termos do trabalho de auditoria*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 240 – Responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria de Demonstrações Financeiras*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 315 – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da atividade e do seu ambiente*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 520 – Procedimentos Analíticos*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf

- IFAC. (2009). *ISA 530 – Amostragem de auditoria*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 550 – Partes Relacionadas*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 560 – Eventos Subsequentes*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 610 – Consideração do trabalho de auditoria interna*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2009). *ISA 620 – Utilização do trabalho de um perito do auditor*. Obtido em 15 de maio de 2014, de International Federation of Accountants: http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/2012%20IAASB%20Handbook%20Part%20I_Web.pdf
- IFAC. (2013). *A Framework for Audit Quality*. Obtido em 20 de setembro de 2014, de International Federation of Accountants: <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/A%20Framework%20for%20Audit%20Quality.pdf>
- IIA. (2009). *Declaração de Posicionamento do IIA: O Papel da Auditoria Interna no Suprimento e Recursos para a Atividade de Auditoria Interna*. Auditors, Institute of Internal.
- Jesus, J. (2010, outubro). Ética e Responsabilidade. Conclusões apresentadas no congresso dos ROC. OROC.
- Knechel, Salterio, & Ballou. (2007). *Auditing Assurance & Risk*. Editora South-Western Cengage Learning.

- Lakatos, E., & Marconi, M. (1995). *Metodologia do Trabalho Científico*. Editora Atlas, S.A.
- Lei 36/2008, de 4 de agosto. (2008). *Diário da República, 1ª série n.º 149*. Assembleia da Republica.
- Lei 70/2013 de 30 de agosto, aprova o Regime Jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho. (2013). *Diário da República 1ª série n.º 167*. Assembleia da Republica.
- Major, M. J., & Vieira, R. (2009). *Contabilidade e Controlo de Gestão - teoria, metodologia e prática*. Escolar Editora.
- Mautz, R. K. (1985). *Tradução e adaptação técnica de Franco, Hilário “ Princípios de Auditoria*. Editora Atlas.
- Mendes, N. (2012). *A contribuição de um Auditor de Primeiro Ano num Processo de Revisão às Demonstrações Financeiras*. Universidade de Coimbra: Relatório de estágio de Mestrado.
- Nabais. (1993). *Noções práticas de Auditoria*. Editora Presença.
- OROC. (1997). *DRA 700 – Certificação legal de contas*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (1998). *DRA 230 – Papeis de trabalho*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (1998). *DRA 510 – Prova de revisão/auditoria*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (1999). *DRA 300 – Planeamento*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (1999). *DRA 320 – Materialidade de revisão/auditoria*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (1999). *DRA 500 – Saldos de abertura*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (2000). *DRA 400 – Avaliação do risco de revisão/auditoria*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>
- OROC. (2010). *DRA 410 – Controlo Interno*. Obtido em 16 de maio de 2014, de Infocontab: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/>

- OROC. (outubro de 2012). Material de Formação. *Planeamento de Auditoria, Avaliação do Risco e Materialidade*. Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- OROC. (2014). Obtido em 23 de agosto de 2014, de Ordem dos Revisores Oficiais de Contas: <http://www.oroc.pt>
- PCAOB. (2003). *Statement on Auditing Standards 1*. Obtido em 18 de setembro de 2014, de Public Company Accounting Oversight Board: http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/Auditing_Standard_1
- Pinto, C. (2009). *Utilização de Procedimentos Analíticos de Auditoria: o caso Português*. Universidade Aberta: Tese de Doutoramento.
- Regulamento 551/2011, altera o Código de Ética e Deontologia profissional da OROC. (2011). *Diário de República 2ª série n.º 198 - Parte E*. OROC.
- RLGL. (2014). Obtido em 4 de setembro de 2014, de Rosa Lopes Goncalves Mendes: <http://rlgm.pt>
- Sobrinho, J. (1998). Papeis de Trabalho na Auditoria. *Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ, Volume 3 n.º 2*.
- Triacheiro, C. (2013). Apontamentos das aulas da unidade curricular de Auditoria Interna, Escola Superior de Gestão de Tomar: IPT.

Anexos

Anexo 1: Plano de Estágio

PROPOSTA DE:

Estágio de Auditoria Financeira

Nome do(a) Aluno(a): Ana Sofia Pires Dos Santos

N.º: 3802

SÍNTESE DA PROPOSTA DE TRABALHO – Resumo e Estrutura Provisória

Auditoria financeira às diversas áreas:

- ✓ Meios financeiros líquidos através de reconciliações bancárias, análise de recebimentos, pagamentos, contagem física de caixa; verificação de segregação de funções.
- ✓ Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar através de procedimentos de circularização a fornecedores, cortes ao processo de compras adequação de saldos e a sua variação; realizar testes aos controlos dos gastos com pessoal; verificar pagamentos ao estado e adequada estimativa.
- ✓ Inventários e CMVMC, através testes às contagens físicas dos inventários, testes à valorimetria dos inventários, testes aos custos de MVMC.
- ✓ Investimentos não financeiros, através de verificação de listagens dos ativos, a sua verificação física, depreciações e adequada cobertura de seguros.
- ✓ Investimentos financeiros, através da sua verificação, reconhecimento e mensuração
- ✓ Vendas, prestações de serviços e dívidas a receber através de procedimentos de circularização a clientes, cortes ao processo de vendas, verificação da segregação de funções, adequação de saldos e a sua variação
- ✓ Levantamento do controlo interno de uma entidade, inicialmente através da obtenção da descrição do sistema a fim de verificar a sua eficiência e se de facto existe ou não controlo, posteriormente na verificação da descrição do sistema enunciado pelo cliente, reflete o que realmente existe; identificar riscos e pontos fracos.

OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS:

Objetivos gerais: solidificar conhecimentos e competências.

Objetivos específicos: desempenhar funções de assistente de auditoria

METODOLOGIA – Métodos e Técnicas a Utilizar

Questionários
 Observação
 Entrevistas
 Indagação
 Confirmações
 Conferências
 Recálculos
 Procedimentos analíticos

Meses Tarefas	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Pesquisa							
Revisão de literatura							
Enquadramento teórico							
Elaboração escrita do relatório							
Auditoria Financeira							
Levantamento do controlo interno							

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

RLGM & Associados, SROC, Lda – Rua D. João de Castro, n.º 71 / 4º Dto - Entroncamento

Anexo 2: Demonstrações Financeiras Comparativas

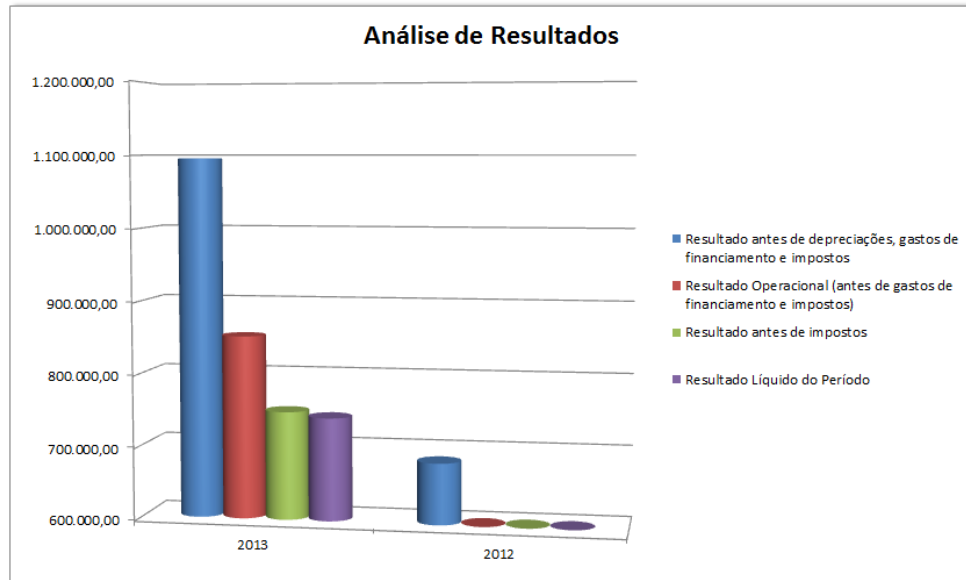
XPTO, Lda. - 2013					
BALANÇO ATIVO					
	NOTA	EURO			
		2013	2012	Varição	% Varição
A1 Ativo não corrente		1.532.070,00	1.207.103,00	324.967,00	26,92%
A1A Ativos fixos tangíveis		1.525.000,00	1.200.330,00	324.670,00	27,05%
A1D Ativos intangíveis		5.320,00	5.023,00	297,00	5,91%
A1G Participações financeiras - outros métodos		1.750,00	1.750,00	0,00	0,00%
A2 Ativo corrente		2.835.293,00	1.977.797,00	857.496,00	43,36%
A2A Inventários		1.898.746,50	1.197.632,00	701.114,50	58,54%
A2C Clientes		911.476,50	762.226,00	149.250,50	19,58%
A2E Estado e outros entes públicos		5.770,00	4.250,00	1.520,00	35,76%
A2G Outras contas a receber		630,00	2.763,00	-2.133,00	-77,20%
A2H Diferimentos		1.040,00	1.020,00	20,00	1,96%
A2L Caixa e depósitos bancários		17.630,00	9.906,00	7.724,00	77,97%
TOTAL		4.367.363,00	3.184.900,00		

XPTO, Lda. - 2013					
BALANÇO PASSIVO					
	NOTA	EURO			
		2013	2012	Varição	% Varição
P1 Capital próprio		2.692.233,00	1.950.000,00	742.233,00	38,06%
P1A Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00%
P1E Reservas legais		300.000,00	300.000,00	0,00	0,00%
P1F Outras reservas		0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
P1G Resultados transitados		650.000,00	309.267,00	340.733,00	110,17%
PIK Resultado líquido do período		742.233,00	340.733,00	401.500,00	117,83%
P2 Passivo não corrente		1.675.130,00	1.234.900,00	440.230,00	35,65%
P3A Fornecedores		520.828,00	345.670,00	175.158,00	50,67%
P3C Estado e outros entes públicos		79.320,00	52.990,00	26.330,00	49,69%
P3E Financiamentos obtidos		987.652,00	756.000,00	231.652,00	30,64%
P3F Outras contas a pagar		87.330,00	80.240,00	7.090,00	8,84%
TOTAL		4.367.363,00	3.184.900,00		

XPTO, Lda. - 2013					
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CORRESPONDENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
	NOTA	EURO			
		2013	2012	Varição	% Varição
R Rendimento e gastos					
RA A) Vendas e serviços prestados		4.725.000,00	4.028.570,00	696.430,00	17,29%
RB B) Subsídios à exploração		0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
RB C) Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
RF F) Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2.683.000,00	-2.550.233,00	-132.767,00	5,21%
RG G) Fornecimentos e serviços externos		-400.280,00	-325.750,00	-74.530,00	22,88%
RH H) Gastos com o pessoal		-523.720,00	-462.868,00	-60.852,00	13,15%
RN N) Outros rendimentos e ganhos		10.225,00	0,00	10.225,00	#DIV/0!
RO O) Outros ganhos e perdas		-32.932,00	-5.223,00	-27.709,00	530,52%
A.1 Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.095.293,00	684.496,00	410.797,00	60,01%
RP P) Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-242.750,00	-268.764,00	26.014,00	-9,68%
A.2 Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		852.543,00	415.732,00	436.811,00	105,07%
RS S) Juros e gastos similares suportados		-103.230,00	-72.777,00	-30.453,00	41,84%
A.3 Resultado antes de impostos		749.313,00	342.955,00	406.358,00	118,49%
RT T) Imposto sobre o rendimento do período		-7.080,00	-2.222,00	-4.858,00	218,63%
A.4 Resultado Líquido do Período		742.233,00	340.733,00	401.500,00	11783,42%

Anexo 3: Análise de Resultados

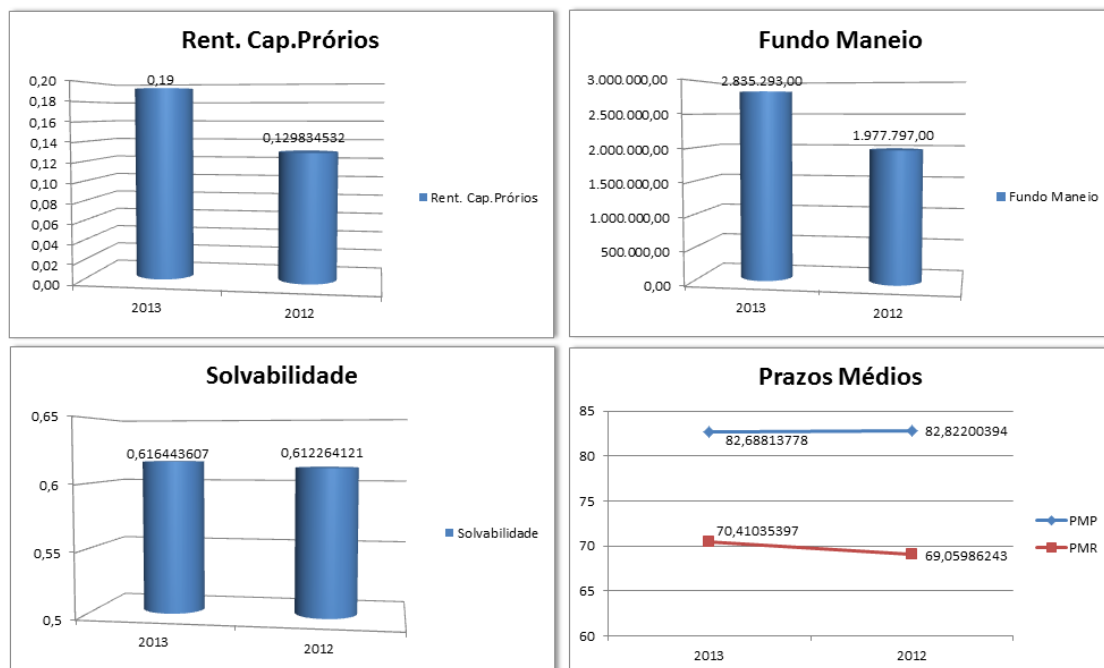
ANÁLISE DE RESULTADOS EMPRESA XPTO, LDA.



Anexo 4: Análise de Rácios

MAPA DE INDICADORES EMPRESA XPTO, LDA.

Indicadores		2013	2012
Financeiros			
Fundo Maneio	Cap. Perman- Inv. Líquido	2.835.293,00	1.977.797,00
Solvabilidade	Cap. Próp./ Passivo Total	0,616443607	0,612264121
Económicos			
Rent. Cap.Prórios	(RL+Enc. Finan.)/ativo líquido	0,19	0,129834532
Rotação			
PMP	Forn./(compras+FSE)*365	82,68813778	82,82200394
PMR	Clientes/(vendas+Prest.serviços)*365	70,41035397	69,05986243



Evolução dos custos operacionais empresa XPTO, Lda.

	2013	2012
CMVMC	2.683.000,00	2.550.233,00
FSE	400.280,00	325.750,00
Gastos com pessoal	523.720,00	462.868,00
Outros custos	32.932,00	5.223,00



Anexo 5: Questionário de Risco

Cliente: XPTO, Lda
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.1
		Ano 2013

Sim Não Pontuação Risco específico Risco Geral Controlo Geral

1. ASPECTOS DE GESTÃO

1.1. Existem pessoas de tal modo dominantes que existe o risco dos registos contabilísticos não reflectirem a globalidade das principais decisões operacionais e financeiras da Entidade?	4	0	3			
1.2. A gestão da Entidade possui uma experiência e um conhecimento adequado do negócio, de modo a efectuar uma gestão efectiva e eficiente?	-2	4	3			
1.3. A gestão tem perfil de aceitar investimentos não usuais e de alto risco?	4	0	3			
1.4. Existem indicações de influência inapropriada da Administração/Gerência em relação aos resultados reportados nas DF's?	5	0	3			
1.5. A gestão é proactiva no sentido de encorajar e apoiar (i) procedimentos éticos, e (ii) o cumprimento da legislação e dos regulamentos e códigos de conduta em vigor?	-2	4	3			
1.6. Existem alterações frequentes e significativas nos administradores, gerentes ou directores, nos sistemas contabilísticos ou na natureza das transacções, que tenham elevado o risco de ocorrerem erros ou omissões?	4	0	3			
1.7. A remuneração da gestão e dos principais funcionários da Entidade, é significativamente baseada nos respectivos resultados ou na cotação das suas acções?	5	0	3			
1.8. Estão os serviços (incluindo o de contabilidade) adequadamente dotados de pessoal em número e em conhecimentos, por forma a desempenhar adequadamente as suas funções?	0	4	3			
1.9. Existem funcionários cuja saída teria um impacto negativo material sobre a Entidade ou sobre as suas operações?	4	0	3			
1.10. Os funcionários encontram-se de uma forma geral cientes das suas responsabilidades, dos limites da sua autoridade, das práticas do negócio e dos códigos de conduta da Entidade?	-2	4	3			
1.11. Os orçamentos preparados pela Entidade são um efectivo indicador de performance e providenciam uma efectiva ferramenta do controlo de gestão?	-1	2	1			
1.12. A Entidade indicia apresentar falta de adequada segurança no sentido de salvaguardar: (i) os activos; (ii) o pessoal-chave, (iii) a continuidade do negócio; (iv) as chefias; e (v) as responsabilidades.	10	0	3			
1.12. A Entidade indicia apresentar falta de adequada segurança no sentido de salvaguardar: (i) os activos; (ii) o pessoal-chave, (iii) a continuidade do negócio; (iv) as chefias; e (v) as responsabilidades.	10	0	3			
1.13. Espera-se que a Entidade possa vir a ter dificuldades em cumprir as condições contratuais ligadas aos financiamentos, ou procure renegociar acordos financeiros existentes?	2	0	1			
1.14. Existiram alterações na estrutura societária da Entidade ou existiram transferências de interesses durante o período financeiro em análise?	4	0	1			
1.15. A administração identificou algum tipo de risco de fraude ou suspeita de alguma fraude em curso?	1	0	1			
1.16. Outro assunto relacionado com aspectos de gestão não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	1			

Ciente: XPTO, Lda
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por:	XI.11.1
		Ano 2013

Sim Não Pontuação Risco específico Risco Geral Controlo Geral

2. ASPECTOS DO NEGÓCIO

2.1. A Entidade está inserida num sector em crescimento?	0	4	2			
2.2. A Entidade está inserida num sector de alto risco, ou existem riscos específicos do sector que não se encontrem mitigados por controlos?	2	0	2			
2.3. Os indicadores financeiros da Entidade são significativamente diferentes dos indicadores do sector de actividade onde esta está inserida?	2	0	2			
2.4. A Entidade está dependente de um pequeno número de fornecedores?	1	0	1			
2.5. A Entidade está dependente de um pequeno número de clientes?	1	0	1			
2.8. Outro assunto relacionado com aspectos do negócio não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	1			

3. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTABILÍSTICOS

3.1. A Entidade tem uma procura crescente para os seus produtos ou serviços, e/ou não tem dificuldades de tesouraria/cash flow ?	0	4	2			
3.2. Existem pressões para que as DF's sejam rápida e ligeiramente preparadas?	5	0	2			
3.3. As demonstrações financeiras da Entidade serão utilizadas em conexão com a alienação do negócio ou segmentos de negócio, ou para efeitos de litígio?	8	0	2			
3.4. Existem activos ou passivos significativos cuja valorização esteja baseada somente em critérios definidos pela Administração?	4	0	2			
3.5. São os registos contabilísticos de uma maneira geral adequados e têm suporte documental referente às transacções, aos activos e passivos da Entidade?	-2	5	2			
3.6. Outro assunto relacionado com aspectos financeiros e contabilísticos não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	2			

4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

4.1. A Empresa utiliza um sistema contabilístico baseado em software de "pacote" com baixo nível de parameterizações e alterações? (Uma resposta "Não" corresponde a um sistema contabilístico manual ou com elevado índice de alterações face ao programa original)	-3	4	2			
4.2. O tipo de software utilizado apresenta-se adequado face às necessidades da Entidade e providencia outputs de forma expedita, com informação relevante, num formato adequado e para cada área significativa do negócio?	-3	4	2			
4.3. Encontram-se previstas adequadas políticas e procedimentos de segurança por forma a evitar acessos não autorizados a equipamentos informáticos, software ou outras informações armazenadas nos sistemas de informação?	-3	4	2			
4.4. Existe evidência de ter existido alguma ruptura ou falha nos sistemas de informação durante o período financeiro em análise?	4	0	2			
4.5. Foram introduzidos novos sistemas de informação com significância para o trabalho de auditoria, ou foram modificados os existentes?	4	0	2			
4.6. Existem transacções processadas fora dos sistemas normais de processamento?	1	0	1			
4.7. Outro assunto relacionado com os sistemas de informação não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	1			

Ciente: XPTO, Lda
Secção: Guia para avaliação do risco global - Questionário

Preparado Por:	Revisto Por: XI.11.1
	Ano 2013

Sim Não Pontuação Risco específico Risco Geral Controlo Geral

5. ASPECTOS RELACIONADOS COM O TRABALHO DE REVISÃO/AUDITORIA

5.1. O nosso relacionamento profissional com o cliente tem sido marcado pela franqueza e cordialidade?	-1	2	1			
5.2. Existe alguma indicação de que informação relevante acerca da Entidade, nos possa ser omitida por parte dos respectivos Serviços?	5	0	1			
5.3. Existiram ajustamentos de auditoria materiais em períodos anteriores?	4	0	1			
5.4. No caso de a Entidade ter uma subsidiária ou associada existem circunstâncias que possam afectar a revisão/auditoria da holding ou afectar qualquer outra Entidade do Grupo?	4	0	1			
5.5. Existem transacções ou saldos significativos que sejam particularmente complexos ou difíceis de auditar?	1	0	1			
5.6. Têm ocorrido novas decisões em matérias ou políticas contabilísticas, que possam resultar num risco acrescido de erros ou omissões e consequentemente afectar materialmente as DF's?	4	0	1			
5.7. A entidade tem estado envolvida em acções judiciais, ou em actos que se suspeitem ilegais, que possam dar origem a erros ou omissões materiais ou outras contingências?	4	0	1			
5.8. Outro assunto relacionado com aspectos de revisão/auditoria não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	4	0	1			

6. TRANSACCOES NÃO USUAIS

6.1. São alguns dos activos ou transacções da Entidade, susceptíveis de apropriação indevida, manipulações, erros ou omissões (incluindo as relacionadas com o fecho das contas) ?	5	0	1			
6.2. Existem transacções significativas com entidades relacionadas que possam originar incorrecções nas demonstrações financeiras?	5	0	1			
6.3. Existem outros tipos de transacções não detalhados no questionário que possam ser considerados invulgares?	5	0	1			

7. FACTORES EXTERNOS

7.2. O detentor de capital/administrador tem outros negócios ou actividades privadas que possam resultar em conflitos de interesses ou em outros impactos significativos na Entidade ?	5	0	1			
7.3. A Entidade não identifica, controla e cumpre as leis ou regulamentos específicos que lhe são aplicáveis?	4	-1	1			
7.4. As DF's serão apresentadas a alguma Entidade reguladora?	5	0	1			
7.5. Existe o risco de ocorrerem erros ou omissões na elaboração das DF's, resultantes destas serem utilizadas para a negociação de novos empréstimos ou de acordos financeiros?	5	0	1			
7.6. Existe algum tipo de pressão sobre a gestão no sentido de serem satisfeitas expectativas externas (de accionistas, investidores, analistas financeiros, agências de rating, etc.)?	5	0	1			
7.8. Existem ou é provável que venham a existir factores externos não controláveis pela Entidade que possam vir a ter impactos negativos na actividade ou sector em que esta se insere?	2	0	1			
7.9. Existem restrições ambientais que afectem directamente a actividade da Empresa, ou que afectem as suas participadas ou afiliadas relevantes?	1	0	1			
7.10. Outro assunto relacionado com factores externos não detalhado no questionário através dos pontos anteriores.	5	0	1			

Total da Pontuação
Risco Global Proposto
Risco Global Final

90
Alto
Médio

Nível Risco Final
(B) (M) (A)

SENSIBILIDADE AO RISCO:

Baixo 0 a 54 pontos
Médio 55 a 80 pontos
Alto + 80 pontos

Anexo 6: Exemplo de Mapa de Trabalho

Auditoria:										
Auditor:										
Materialidade:										
Saldo Inicial da Conta							Conf. Pagamento	Conf.valor	Conf.Iva	Observações
0										
n.º conta	Descrição da conta	Data	n.º Doc	Débito	Crédito	Saldo				
711113	Taxa Normal - Continente	31.01.2013	CLIENTES 1000013 N/ Factura		320,00	-320,00				
711113	Taxa Normal - Continente	31.01.2013	CLIENTES 1000014 N/ Factura		2.646,00	-2.966,00				
711113	Taxa Normal - Continente	31.01.2013	CLIENTES 1000022 N/ Factura		160,00	-3.126,00				
711113	Taxa Normal - Continente	28.02.2013	CLIENTES 2000023 N/ Factura		4.977,00	-8.103,00	D_71113_2	sim	sim	
711113	Taxa Normal - Continente	28.02.2013	CLIENTES 2000026 N/ Factura		90,00	-8.193,00				

Anexo 7: Cálculo da Materialidade

Cliente: XPTO, Lda	Preparado por:	Revisto por:	XI.9
Secção: Materialidade para Planeamento de Auditoria			Ano
			2013

Materialidade para Planeamento de Auditoria**1. DADOS PARA PLANEAMENTO**

	31 Dez 05
Volume de Negócios	50.000
Total do Activo Líquido	348.600
Resultado antes de Impostos	37.335

2. NÍVEIS MÁXIMOS DE MATERIALIDADE

Condição	Orientação	Montante
Entidades Comerciais	1% do Volume de Negócios	500
Entidades de Investimento	2% do Activo Líquido	6.972
Entidades Comissionistas	10% do Resultado antes Impostos	3.734
Entidades sem fins lucrativos	O mais apropriado dos anteriores	

3. MATERIALIDADE

Nível de Materialidade a utilizar no planeamento da auditoria:

500 Euros

4. BASES DE DECISÃO

--

Anexo 8: Controlo de Circularização

EMPRESA: XPTO, Lda**CLIENTES C/C**

31-12-2013

Nº Cliente	Nome Cliente	Confirmações recebidas				Observações
		Cf. contabilidade	Saldo confirmado	Saldo em desacordo	Diferença	
211110043	CFSO & FI	403.540,80	403.540,80		0,00	
211110029	P A, SA	350.506,66		283.672,44	66.834,22	cliente não registou faturas no valor da diferença de saldos
211110008	ETR II, LDA	135.500,88	135.500,88		0,00	
211110313	R., LDA	108.067,05	108.067,05		0,00	
211110439	S P N	106.792,40	106.792,40		0,00	
211110391	S.U., LDA	89.200,00		89.100,00	100,00	erros vêm de tras e valor não é materialmente relevante
211110246	C. R. P., SA	66.547,67	66.547,67		0,00	
211110126	S. P. A., S. A.	46.414,38	46.414,38		0,00	
211120013	R. 2002 S. L.d	104.041,80	104.041,80		0,00	
211120338	H. I, S.A.	187.285,21	187.285,21		0,00	
211120209	I. 88 TRADE, SLD	173.730,00	173.730,00		0,00	
211120427	R., S.L.	155.854,40	155.854,40		0,00	
211120158	S., S.L.D	132.212,73	132.212,73		0,00	
	TOTAL	1.656.153,18	1.216.446,52	372.772,44	66.934,22	

RESPOSTAS

TOTAL CLIENTES C/C		CLIENTES C/C CIRCUL		CLIENTES C/C	
Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
47	442.511.762	13	1.656.153		1.589.219

Respostas Concordantes 85%**Respostas Discordantes** 15%

Anexo 9: Exemplo de Mapa de Trabalho (análise da conta 25)

Análise da conta 25									
2513	Locações financeiras	27637,13	0	27637,13	0	379110,38	977438,63	0	598.328
25132	Locações financeiras - Passivo não	27637,13	0	27637,13	0	379110,38	977438,63	0	598.328
251321	Locações financeiras - S T	11005	0	11005	0	130634,68	492058,06	0	361.423
25132108	LEASING IMOB ST	3488,18	0	3488,18	0	41524,37	361624,43	0	320.100
25132111	LEASING S1	368,99	0	368,99	0	4364,69	5829,23	0	1.465
25132112	LEASING S2	5412,76	0	5412,76	0	64170,58	93023,42	0	28.853
25132113	LEASING S3	1735,07	0	1735,07	0	20575,04	31580,98	0	11.006
251322	Locações financeiras - M	0	0	0	0	12426,8	12426,8	0	0
2513223	LEASING M1	0	0	0	0	12426,8	12426,8	0	0
251323	Locações financeiras - BI	16632,13	0	16632,13	0	191007,42	367077,84	0	176.070
2513232	LEASING BI1	1375,05	0	1375,05	0	16150,83	33740,59	0	17.590
2513233	LEASING BI2	2010,59	0	2010,59	0	23615,07	65029,22	0	41.414
2513234	LEASING BI3	13246,49	0	13246,49	0	151241,52	268308,03	0	117.067
251324	Locações financeiras - CD	0	0	0	0	45041,48	105875,93	0	60.834

confere com mapa de responsabilidades de credito
 confere com mapa de responsabilidades de credito
 confere com mapa de responsabilidades de credito
 confere com mapa de responsabilidades de credito

não confere, o valor do iva regularizou no final do ano pela 7881

confere com mapa de responsabilidades de credito

Anexo 10: Testes aos Salários

40.445,90

0,00

ordenado base		40.445,90
ss	34,75%	14.054,95
trabalhador	11%	4.449,05
empresa	23,75%	9.605,90

2311 VG

ordenado base		1365
ajudas custo estrangeiro		350
sub		4,27
ajudas custo nacionais		200
taxa irs	17,5%	238,875
ss	11,00%	150,15
sobretaxa	3,50%	17,184125

1513,06088

2316 JP

ordenado base		1365
ajudas custo estrangeiro		225
sub		17,08
ajudas custo nacionais		250
premio mensal		200
taxa irs	17,5%	273,875
ss	11,00%	172,15
sobretaxa	3,50%	22,189125

1588,86588

23112 LS

ordenado base		660
ajudas custo estrangeiro		
sub		98,21
ajudas custo nacionais		
premio mensal		
taxa irs	4,0%	26,4
ss	11,00%	72,6
sobretaxa	3,50%	2,66

656,55

23113 AH

ordenado base		1365
ajudas custo estrangeiro		0

sub		34,16	
ajudas custo nacionais		375	
premio mensal		0	
taxa irs	17,5%	238,875	tem 11,5% e não tem dependentes
ss	11,00%	150,15	
sobretaxa	3,50%	17,184125	

1367,95088

2317 AMG

ordenado base		840	
ajudas custo estrangeiro			
sub		98,21	
ajudas custo nacionais			
premio mensal		400	
abono para falhas		42	
taxa irs	8,0%	99,2	
ss	11,00%	136,4	
sobretaxa	3,50%	18,179	
penhora vencimento		140	1/6 do valor ilíquido
		986,431	

2312 PJL

ordenado base		3100	
ajudas custo estrangeiro		40	
sub		8,54	
ajudas custo nacionais		600	
premio mensal		0	
abono para falhas		155	
taxa irs	29,5%	914,5	
ss	11,00%	341	
sobretaxa	3,50%	47,5825	
penhora vencimento		516,67	devia ser 1/6 do valor líquido
		2083,7875	

1299,585

34	TRABALHADORES
13	VISTOS
38%	Percentagem analisada